

**ESCOLA DE GUERRA NAVAL**

**CMG GIOVANI CORRÊA**

**A INFLUÊNCIA DOS INTERESSES GEOPOLÍTICOS DA CHINA E DOS EUA NA  
SEGURANÇA MARÍTIMA DA COSTA OESTE AFRICANA: DESAFIOS E  
OPORTUNIDADES PARA A MARINHA DO BRASIL**

Rio de Janeiro  
2021

CMG GIOVANI CORRÊA

**A INFLUÊNCIA DOS INTERESSES GEOPOLÍTICOS DA CHINA E DOS EUA NA  
SEGURANÇA MARÍTIMA DA COSTA OESTE AFRICANA: DESAFIOS E  
OPORTUNIDADES PARA A MARINHA DO BRASIL**

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,  
como requisito parcial para a conclusão do  
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM-1) Leonardo Faria de  
Mattos

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2021

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, CMG (RM-1) Leonardo Faria de Mattos, pela presteza e atenção com que me guiou, muitas vezes, com sacrifício dos seus momentos de descanso e lazer, oferecendo-me observações oportunas, objetivas e precisas, fruto do seu profundo conhecimento sobre Geopolítica e da sua vasta experiência profissional, que muito me ajudaram na pesquisa e na construção desse trabalho científico.

Estendo meus agradecimentos aos Capitães de Mar e Guerra Trindade, Posada, João Batista e Eduardo Pimentel por terem, gentilmente, me concedido entrevistas, durante as quais pude levantar valiosas informações sobre os assuntos estudados.

À minha esposa Marcia e aos meus filhos Júlia e Daniel agradeço pelas constantes demonstrações de carinho e amor, bem como pela compreensão e incentivo, que me proporcionaram a tranquilidade necessária para dedicar-me plenamente à monografia na busca do melhor resultado.

À Escola de Guerra Naval agradeço a excelência do Curso de Política e Estratégias Marítimas 2021 e à Marinha do Brasil agradeço a oportunidade de aperfeiçoamento profissional.

## RESUMO

O Atlântico Sul tem atraído a atenção de potências extrarregionais por suas riquezas naturais, por ser uma rota alternativa ao Canal de Suez e pelas ameaças às atividades relacionadas à Economia Azul, como pirataria e outros crimes transnacionais, mormente no Golfo da Guiné. A crescente presença da China no continente africano, em busca de seus interesses estratégicos, acirra a disputa com os Estados Unidos da América (EUA) pelo estabelecimento de esferas de influência, com potencial de transbordamento das tensões da região do Indo-Pacífico para o espaço marítimo declarado pela Organização das Nações Unidas como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). A partir da identificação e análise dos interesses geopolíticos da China e dos EUA na costa oeste africana e de sua correlação com a segurança marítima do Atlântico Sul, serão formuladas as ações de Diplomacia Naval que a Marinha do Brasil (MB) pode desenvolver, de acordo com suas capacidades, para fortalecimento da ZOPACAS como instrumento de cooperação para segurança marítima na costa ocidental da África. A relevância deste trabalho é evidenciada por seus resultados constituírem importantes subsídios para emprego dos meios da MB e formulação de uma futura estratégia marítima para o Atlântico Sul.

**Palavras-chave:** Atlântico Sul; Economia Azul; Golfo da Guiné; Segurança Marítima; ZOPACAS; África; Estratégia Marítima.

## ***ABSTRACT***

The South Atlantic has attracted the attention of extra-regional powers for its natural resources, for being an alternative route to the Suez Canal and for the threats to activities related to the Blue Economy, such as piracy and other transnational crimes, mainly in the Gulf of Guinea. The growing presence of China on the African continent, in pursuit of its strategic interests, intensifies the dispute with the United States of America for the establishment of spheres of influence, with the potential to spill over tensions from the Indo-Pacific region to the maritime space declared by the United Nations as the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic (ZOPACAS). From the identification and analysis of the geopolitical interests of China and the US on the West African coast and their relationship with the maritime security of the South Atlantic, this work will establish the Naval Diplomacy actions that the Brazilian Navy (BN) can develop, according to its capacities, to strengthen ZOPACAS as an instrument of cooperation for maritime security on the west coast of Africa. The relevance of this work is evidenced by the fact that its results constitute important subsidies for the employment of Brazilian Navy's assets and formulation of a future BN maritime strategy for the South Atlantic.

**Keywords:** South Atlantic; Blue Economy; Gulf of Guinea; Maritime Security; ZOPACAS; Africa; Maritime Strategy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Arquitetura de segurança marítima do Golfo da Guiné, segundo o Código de Yaoundé.....	115
Gráfico 1 –	Evolução da importação dos EUA de óleo cru e derivados de petróleo de Angola e Nigéria.....	116
Gráfico 2 –	Evolução da importação dos EUA de óleo cru e derivados de petróleo dos Estados da costa oeste africana.....	116
Gráfico 3 –	Comércio entre EUA e África x Comércio entre China e África.....	117

## **LISTA DE TABELAS**

- |  |     |
|--|-----|
| 1 - Comércio entre os EUA e os Estados da costa oeste africana em 2019.....  | 118 |
| 2 - Comércio entre a China e os Estados da costa oeste africana em 2019..... | 119 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRICOM	<i>United States Africa Command</i>
AMAS	Área Marítima do Atlântico Sul
ASA	Cúpula América do Sul-África
CAMAS	Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul
CISMAR	Centro Integrado de Segurança Marítima
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
DCMO	<i>Deputy Commander for Military Operations</i>
DCME	<i>Deputy Commander for Civil-Military Engagement</i>
ECCAS	<i>Economic Community of Central African States</i>
ECOWAS	<i>Economic Community of West African States</i>
ED	Estratégias de Defesa
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
END	Estratégia Nacional de Defesa
FOCAC	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i>
FTM	Força Tarefa Marítima
GGC	<i>Gulf of Guinea Commission</i>
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
ICC	<i>International Chamber of Commerce</i>
ICDS	<i>International College of Defence Studies</i>
IMO	Organização Marítima Internacional
INEEP	Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LCM	Linhas de Comunicação Marítimas
MB	Marinha do Brasil
MN	Milhas Náuticas
MT	Mar Territorial
NAM	Navio-Aeródromo Multipropósito
NaPaOc	Navio-Patrolha Oceânico
OBNAV	Objetivos Navais
PC	Plataforma Continental

PLA	<i>People's Liberation Army</i>
PEM 2040	Plano Estratégico da Marinha 2040
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
RMAC	<i>Regional Maritime Awareness Capability</i>
RPC	República Popular da China
SADC	<i>Southern African Development Community</i>
SisGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
UA	União Africana
UN COMTRADE	<i>United Nations Commodity Trade Statistics Database</i>
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USAU	<i>The United States Mission to the African Union</i>
ZC	Zona Contígua
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>CONSTRUÇÃO DO ARCABOUÇO TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
2.1	Relações Internacionais e Emprego do Poder.....	19
2.2	Geopolítica e Oceanopolítica.....	20
2.3	Diplomacia Marítima e Diplomacia Naval.....	22
2.4	Segurança Marítima e Complexo de Segurança Regional.....	23
2.5	Estratégia Marítima.....	25
2.6	Conceitos Relativos ao Direito do Mar.....	25
2.7	Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulamentada.....	26
<b>3</b>	<b>INTERESSES GEOPOLÍTICOS DOS EUA NA COSTA OESTE AFRICANA</b>	<b>28</b>
3.1	Interesses Políticos e Estratégicos.....	28
3.2	Interesses Econômicos.....	33
3.3	Diplomacia Naval como Instrumento de <i>Soft Power</i> .....	36
3.4	Reflexos para a Segurança Marítima na Costa Ocidental da África.....	42
<b>4</b>	<b>INTERESSES GEOPOLÍTICOS DA CHINA NA COSTA OESTE AFRICANA.....</b>	<b>45</b>
4.1	Interesses Políticos e Estratégicos.....	45
4.2	Interesses Econômicos.....	54
4.3	Diplomacia Naval como Componente de uma Ampla Estratégia Marítima.....	59
<b>5</b>	<b>A MARINHA DO BRASIL E O FORTALECIMENTO DA ZOPACAS.....</b>	<b>67</b>
5.1	Interesses Estratégicos Brasileiros de Defesa na Costa Oeste da África.....	67
5.2	Exercício da Diplomacia Naval Brasileira na Costa Oeste Africana.....	70
5.3	Oportunidades e Desafios para Fortalecimento da ZOPACAS.....	75
5.4	Ações de Diplomacia Naval para Promoção da ZOPACAS pela MB.....	79
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>86</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
	<b>ANEXO A – Figuras e Gráficos.....</b>	<b>115</b>
	<b>ANEXO B – Tabelas.....</b>	<b>118</b>
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com o Chefe do Departamento de Gestão de Ensino da Diretoria de Ensino da Marinha do Brasil - Capitão de Mar e Guerra Eduardo Pimentel Jorge de Souza.....</b>	<b>120</b>
	<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o Comandante do Centro Integrado de Segurança Marítima da Marinha do Brasil (CISMAR) - Capitão de Mar e Guerra João Batista Barbosa.....</b>	<b>122</b>
	<b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o Adido Naval do Brasil na China - Capitão de Mar e Guerra Eduardo Posada da Silva.....</b>	<b>125</b>

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com o Encarregado da Divisão de Apoio aos Adidos Navais do Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil - Capitão de Mar e Guerra André Luiz Trindade Gomes..... 127**

**APÊNDICE E – Ações de Diplomacia Naval, no curto e médio prazos, a serem desenvolvidas pela Marinha do Brasil, na costa oeste africana, para promoção da ZOPACAS como instrumento de cooperação para segurança marítima..... 130**

## 1. INTRODUÇÃO

O Atlântico Sul tem sido objeto de interesses geopolíticos de potências extrarregionais, em razão de sua reserva de riquezas e por ser uma rota de comércio exterior alternativa aos canais de Suez e do Panamá. Com a descoberta das grandes reservas petrolíferas em alto-mar na Nigéria, em 2005<sup>1</sup>, e do Pré-Sal no Brasil, em 2007<sup>2</sup>, houve um aumento na importância deste espaço marítimo e o acirramento das disputas geopolíticas entre os principais atores do sistema internacional, em especial China e Estados Unidos da América, com vista a atrair os países da região para suas respectivas esferas de influência.

A paralização do canal de Suez, por seis dias, em março de 2021, decorrente do encalhe do navio-mercante Ever Given, alertou o mundo sobre as vulnerabilidades dos pontos focais para o tráfego marítimo e sobre as consequências econômicas da insegurança no trânsito em torno da costa africana. Muitos armadores viram-se no dilema entre aguardar a liberação do canal ou arcar com os custos adicionais de trânsito pelo Cabo da Boa Esperança que, provavelmente, acarretariam o aumento no valor dos seguros decorrente da possibilidade de ataques piratas (KARASIK, 2021).

No tocante à costa oeste africana, a insegurança na área marítima adjacente tem suas origens no processo de descolonização, iniciado no final da década de 1950, que desencadeou um processo de fragilidade econômica e institucional generalizada, decorrente da dificuldade dos novos países em estabelecer a estrutura necessária para superar os desafios de séculos de exploração colonial e dependência externa. O modelo de Estado-Nação formado incluiu numerosos grupos étnicos que desencadearam constantes lutas internas pela disputa de poder (PENHA, 2011).

A necessidade de priorizar a solução dos problemas internos ao longo dos anos levou esses países a deixarem, em segundo plano, o investimento na constituição de uma Força Naval compatível com os desafios da região, a preocupação com a normatização necessária à governança de suas águas jurisdicionais e o fortalecimento de instituições para responsabilização jurídica de infratores.

---

<sup>1</sup> INEEP, 2019.

<sup>2</sup> PETROBRAS, 2018.

Segundo Siebels (2020), a segurança marítima é um aspecto chave da Economia Azul<sup>3</sup>. Logo, deve ser analisada também sob o aspecto econômico, além do aspecto militar, uma vez que o crescimento econômico permite o aumento da arrecadação dos governos, o que, por sua vez, viabiliza a construção e a manutenção de capacidades navais e a melhoria na qualidade de vida do cidadão comum. Hassan (2018) acrescenta que a Economia Azul provê um caminho para reduzir a dependência de atores externos ao continente, oferece uma gama de soluções africanas para os problemas dos africanos e estimula a integração econômica entre os países do continente.

Os esforços de cooperação e a formação de organizações regionais para apoio mútuo têm se mostrado insuficientes para o enfrentamento das ameaças às atividades marítimas na costa oeste da África, em especial no Golfo da Guiné, que, apesar da redução em 22% no número de incidentes de pirataria e roubo armado em 2020 (EUA, 2021a), registrou, desde 2018, uma mudança no perfil de ataques aos navios, caracterizado pelo aumento da violência e do sequestro de tripulantes com pedidos de resgate (95% dos casos registrados no mundo) (ICC, 2021).

Em 25 de janeiro de 2021, o Conselho da União Europeia lançou o Projeto Piloto de Conceito de Presença Coordenada Marítima para o Golfo da Guiné, que institui a Célula de Cooperação de Área Marítima de Interesse e prevê o envio voluntário de meios navais à região, a partir de maio, em um esforço cooperativo com as marinhas locais (UNIÃO EUROPEIA, 2021).

Em 10 de fevereiro de 2021, o secretário-geral da Organização Marítima Internacional (IMO, na sua sigla em inglês) emitiu a circular nº 4.342, expressando sua preocupação com a escalada da violência no Golfo da Guiné, e concitou os países membros a desenvolverem ações coordenadas para combate aos ataques a navios mercantes (IMO, 2021).

A cooperação internacional complementa a atuação das organizações regionais e oferece importantes oportunidades de treinamento das marinhas locais, no tocante ao planejamento de missões, estabelecimento da consciência situacional marítima<sup>4</sup>, condução de operações especiais e procedimentos de abordagem a navios mercantes, plataformas de petróleo e embarcações de pesca.

---

<sup>3</sup> A Economia Azul é aquela baseada na utilização de capacidades emergentes para coleta de dados e desenvolvimento de conhecimentos, que aproveita os recursos dos oceanos para o crescimento econômico, enquanto protege o meio ambiente e garante a equidade social (HOTALING; SPINRAD, 2021).

<sup>4</sup> Consciência Situacional Marítima é a “efetiva compreensão de tudo que está relacionado ao meio marinho e que possa causar impacto na defesa, na segurança, na economia e no meio ambiente do entorno estratégico” (BRASIL, 2020a, p. 40).

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 ao território estadunidense, os EUA emitiram uma nova Estratégia de Segurança Nacional, em 2002, que colocou o continente africano na prioridade de sua agenda internacional, pela percepção de ameaças que poderiam surgir a partir de países considerados fracos (EUA, 2002).

Em 2007, esse relacionamento foi intensificado com a ativação do Comando Combatente na África – AFRICOM, que promoveu a coordenação centralizada de esforços entre os Departamentos de Defesa e de Estado, a Agência para Desenvolvimento Internacional (USAID, na sua sigla em inglês) e demais agências governamentais de interesse, com foco no desenvolvimento econômico e humanitário, o estreitamento de laços diplomáticos e a capacitação militar para enfrentamento de ameaças (GWATIWA, 2021).

Entre as iniciativas do AFRICOM, destaca-se a Operação OBANGAME EXPRESS, o maior exercício multinacional na costa oeste africana, voltado a incentivar a cooperação internacional para o compartilhamento de informações, procedimentos de busca e salvamento, e ações de interdição marítima para combate a ilícitos no mar. Em 2021, o exercício ocorreu em sua décima edição, com 32 países participantes, incluindo os seguintes não africanos: Brasil, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Países Baixos e Portugal (EUA, 2021b).

A China possui um longo histórico de relacionamento com os países africanos, com quem comunga o passado de exploração pelas potências ocidentais. Em outubro de 2000, China e África lançaram o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), que se tornou, ao longo dos anos, o principal instrumento de relacionamento multilateral de alto nível, para o estabelecimento de uma “parceria estratégica e abrangente” (CHINA, 2016a). Em 2018, por ocasião da sua sétima edição, a FOCAC reuniu chefes de Estado e representantes de alto escalão de 53<sup>5</sup> dos 54 países africanos (CHINA, 2018a).

Os interesses geopolíticos da China nos países africanos limítrofes ao Atlântico Sul extrapolam a simples exploração dos recursos naturais, indispensáveis à segurança energética e alimentar de sua população, uma vez que o Cabo da Boa Esperança representa uma rota marítima estratégica para a China, pela possibilidade, em situação de crise, do seu comércio marítimo ser afetado no Oceano Pacífico, pelas Marinhas dos EUA e do Japão e, no Oceano Índico, pelos EUA, Índia e demais países da OTAN que operam na região.

Em relação à presença militar, a participação da China na costa ocidental da África tem se mostrado discreta em relação aos países da União Europeia e EUA, restringindo-se a

---

<sup>5</sup> Apenas Eswatini não atendeu ao Fórum, por divergências sobre o reconhecimento de Taiwan (SHABAN, 2018). Eswatini é o único país africano que ainda mantém relações diplomáticas com Taiwan, iniciadas em 1968, com o reconhecimento, por Taiwan, da independência de Eswatini do domínio britânico (MADOWO, 2019).

exercícios bilaterais e assistência militar. Entre maio e junho de 2014, a China realizou a primeira visita oficial de um navio militar a quatro países do Golfo da Guiné: Angola, Camarões, Costa do Marfim e Nigéria, quando conduziu exercícios de combate à pirataria. No tocante ao apoio material, forneceu botes e navios-patrolha, por meio de doação ou financiamento facilitado para Benin, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné Equatorial, Serra Leoa<sup>6</sup>, Cabo Verde<sup>7</sup>, Costa do Marfim<sup>8</sup> e Namíbia (DEFENSEWORLD, 2017).

Entretanto, a crescente aproximação da China com os países da região e os investimentos na infraestrutura de portos, como parte da Iniciativa do Cinturão e Rota, causam preocupação nas Marinhas dos EUA e demais países da OTAN, principalmente com a possibilidade de instalação de uma base naval chinesa para apoio à operação de navios de grande porte ou submarinos. Segundo o Gen. Stephen Townsend, Comandante do AFRICOM, em entrevista ao *The Associated Press*, em 6 de maio de 2021, em se concretizando, esta iniciativa poderia provocar o transbordamento das tensões existentes na região Indo-Pacífico para o Atlântico Sul (BALDOR, 2021).

A China, por sua vez, no seu Livro Branco de Defesa, declara o caráter pacífico da sua expansão militar e a necessidade de garantir os interesses marítimos estratégicos do país, perante múltiplas ameaças:

Os interesses da China no exterior estão em risco por ameaças imediatas, como turbulência internacional e regional, terrorismo e pirataria [...]. Nunca busque hegemonia, expansão ou esferas de influência. Esta é a característica distintiva da defesa nacional da China na nova era [...]. Para lidar com as deficiências nas operações e apoio no exterior, o Exército de Libertação do Povo (PLA) constrói Forças em oceanos distantes, desenvolve instalações logísticas no exterior e aumenta a capacidade de realizar tarefas militares diversificadas. O PLA conduz operações de proteção de embarcações, mantém a segurança das linhas de comunicação marítimas estratégicas, realiza evacuações no exterior e operações de proteção de direitos marítimos (CHINA, 2019, p. 5 a 7 e 15, tradução nossa)<sup>9</sup>.

Em que pese a amplitude dos investimentos dos EUA e da China na busca pela atração dos países da África Ocidental, o Brasil dispõe de uma importante vantagem diplomática, em razão de sua posição geográfica, dos seus laços históricos e culturais com esses países e por promover iniciativas para estimular a cooperação regional e a formação de uma

---

<sup>6</sup> ZHOU, SEIBEL, 2015

<sup>7</sup> CABO VERDE, 2015

<sup>8</sup> DEFENSEWEB, 2017

<sup>9</sup> “China’s overseas interests are endangered by immediate threats such as international and regional turmoil, terrorism, and piracy (...). Never Seeking Hegemony, Expansion or Spheres of Influence. This is the distinctive feature of China’s national defense in the new era. To address deficiencies in overseas operations and support, it builds far seas forces, develops overseas logistical facilities, and enhances capabilities in accomplishing diversified military tasks. The PLA conducts vessel protection operations, maintains the security of strategic SLOCs, and carries out overseas evacuation and maritime rights protection operations” (CHINA, 2019, p. 5 a 7 e 15).

identidade Sul-Atlântica, como a criação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1986, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS (ONU, 1986a).

Segundo Saraiva (2012), a ZOPACAS deveria motivar o contato com a Arquitetura de Segurança e Defesa da África e prover parte do processo decisório da política africana no Brasil, o que nos remete ao questionamento de como a Marinha do Brasil poderia contribuir para o fortalecimento desse Fórum, como instrumento de aproximação entre as nações de ambos os bordos do Atlântico Sul.

Entretanto, Abdenur *et al.* (2016) destacam que, enquanto outros países puderem se apropriar e conceituar o Atlântico Sul como seu oceano e o Brasil não corresponder às suas aspirações de liderança com compromissos, soluções comuns não apenas permanecerão frágeis, mas também continuarão a ser concebidas por aqueles que são capazes e estão dispostos a pagar o apoio a seus pares na região.

Segundo Rowlands (2019), a diplomacia é considerada um instrumento de comunicação usado nas relações de poder, para promover os interesses dos atores internacionais envolvidos e a Diplomacia Naval é um subconjunto da diplomacia geral e um meio de comunicação, por atores marítimos, tanto estatais como não estatais, em busca de seus interesses.

Considerando que o Brasil possui a maior economia e o maior poder militar dentre as nações do Atlântico Sul, nos deparamos com o problema que, diante dos reflexos dos interesses geopolíticos da China e dos EUA na costa oeste africana, as ações de Diplomacia Naval realizadas pela Marinha do Brasil na região não têm sido suficientes para gerar a percepção de uma liderança Sul-Atlântica no tocante à cooperação para segurança marítima.

O problema se justifica pelo interesse comum entre os membros da ZOPACAS<sup>10</sup>, expresso na resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 27 de outubro de 1986, de que os Estados de outras regiões, especialmente os que possuem forte expressão militar, reduzam ou eventualmente eliminem sua presença militar no Atlântico Sul, não introduzam armas nucleares ou armas de destruição em massa e **não tragam rivalidades ou conflitos externos à região** (ONU, 1986b, grifo nosso).

A questão central a ser tratada é como a Marinha do Brasil pode assumir o papel de líder regional na utilização da ZOPACAS como catalisadora de esforços para fortalecimento da

---

<sup>10</sup> Além do Brasil, outros 23 países são signatários da ZOPACAS: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (BRASIL, 2020c).

segurança marítima na costa ocidental da África, diante dos interesses geopolíticos dos EUA e da China na região?

Para responder a esse questionamento, o estudo tem como proposição formular as ações de Diplomacia Naval, no curto e médio prazos, a serem desenvolvidas pela Marinha do Brasil para promoção da ZOPACAS como instrumento de cooperação e fortalecimento da segurança marítima na costa ocidental da África, considerando os interesses geopolíticos da China e dos EUA na região e seus reflexos no ambiente marítimo.

O objeto de pesquisa são, portanto, as ações de Diplomacia Naval, no curto e médio prazos, a serem desenvolvidas pela Marinha do Brasil para promoção da ZOPACAS como instrumento de cooperação para segurança marítima da costa oeste africana.

Para este estudo, entende-se por costa oeste africana o conjunto de Estados limitados ao norte por Senegal e ao sul pela África do Sul, incluindo Cabo Verde e demais Estados insulares, e suas respectivas áreas de jurisdição marítimas.

O Golfo da Guiné, por sua vez, é a região da costa ocidental da África, limitada ao norte por Senegal e ao sul por Angola, além de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e suas respectivas áreas de jurisdição marítimas (OKAFOR-YARWOOD; PINGEON, 2020).

Em razão da grande amplitude de variáveis, a pesquisa se restringirá aos interesses geopolíticos dos EUA e da China que possuem relação direta ou indireta com a segurança marítima dos principais países da costa oeste africana, considerando a moldura temporal a partir de 2000, quando foi estabelecido o Fórum de cooperação de mais alto nível entre a China e a África, o *Forum On China Africa Cooperation* (FOCAC).

As ações formuladas se limitarão ao curto (até 4 anos) e médio (de 5 a 12 anos)<sup>11</sup> prazos, para garantir o equilíbrio entre o tempo mínimo para gerar a percepção nos atores envolvidos e a necessidade de ajustes decorrentes da experiência colhida e da evolução das ameaças no ambiente operacional marítimo.

Os seguintes objetivos estruturantes servirão como base para a proposição formulada: estabelecer a base conceitual e teórica a ser explorada na pesquisa; analisar os interesses políticos, estratégicos e econômicos dos EUA na costa oeste africana e os reflexos do emprego da sua Diplomacia Naval para a segurança marítima da região; analisar os interesses políticos, estratégicos e econômicos da China na costa oeste africana e os reflexos do emprego da sua Diplomacia Naval para a segurança marítima da região; e formular as ações de Diplomacia Naval a serem desenvolvidas pela Marinha do Brasil, a partir da identificação das

---

<sup>11</sup> Para efeito de planejamento e padronização, foram estabelecidos os seguintes períodos: curto prazo, de até quatro anos; médio prazo, de cinco a doze anos; e longo prazo, de treze a vinte anos (BRASIL, 2020a).

ações em curso e dos desafios e oportunidades vislumbrados nas análises anteriores.

A relevância da pesquisa para a Marinha do Brasil é evidenciada por seus resultados constituírem importantes subsídios para emprego dos meios da MB e para a formulação de uma futura estratégia marítima voltada ao fortalecimento da ZOPACAS, em consonância com o Objetivo Nacional de Defesa 7 – “Contribuir para a Estabilidade Regional e para a Paz e a Segurança Internacionais” (BRASIL, 2020d, p. 35), com o Objetivo Naval 5 – “Apoiar a Política Externa” e, em especial, com sua Estratégia Naval decorrente 5.1 - “Incrementar o nível de relacionamento com as Marinhas Amigas componentes da Zonas de Paz e Cooperação do Atlântico Sul” (BRASIL, 2020a, p. 67).

Referente à metodologia, no capítulo 2 será empregada a técnica de documentação indireta, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, para a construção da base conceitual teórica. No capítulo 3, serão utilizadas pesquisa documental e bibliográfica, para levantamento dos interesses geopolíticos dos EUA relacionados aos espaços marítimos da costa ocidental da África, respectivas interações cooperativas decorrentes e as consequências para a segurança marítima da região.

No capítulo 4 serão utilizadas a pesquisa documental e bibliográfica, bem como contatos diretos e entrevistas com Adidos Navais para levantamento dos interesses geopolíticos da China relacionados aos espaços marítimos da costa ocidental da África, respectivas interações decorrentes e as consequências para a segurança marítima da região.

No capítulo 5, por meio de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas com oficiais da MB, serão identificadas as interações relevantes entre a MB e as Marinhas da costa oeste africana, bem como as capacidades da Força para o exercício da Diplomacia Naval; e, por meio da análise e interpretação dos dados levantados neste capítulo e nos anteriores, serão formuladas as ações que a MB deve desenvolver, aproveitando as oportunidades identificadas.

## 2. CONSTRUÇÃO DO ARCABOUÇO TEÓRICO

O estudo das relações entre Estados e do emprego do poder militar como instrumento de diplomacia requerem o estabelecimento de uma base teórica para a compreensão dos dados coletados e das análises, em razão das diversas correntes de pensamento e da variedade de definições que permeiam os referidos temas.

Este capítulo tem como propósito identificar: os conceitos relacionados às perspectivas das Relações Internacionais; formas de emprego do Poder; Geopolítica e Oceanopolítica; Segurança Marítima e Complexo de Segurança Regional; Diplomacia Marítima e Diplomacia Naval; Estratégia Marítima; Direito do Mar; e Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulamentada.

### 2.1 Relações Internacionais e Emprego do Poder

O estudo das perspectivas das relações internacionais permite o estabelecimento, mesmo que incipiente, de relações de causas e efeitos da política internacional, por meio da associação da prática com a teoria, conforme as circunstâncias do momento.

Segundo Nye (2009), o Realismo considera a guerra e o uso da força como o problema central da política internacional e os Estados são os protagonistas. Os realistas partem do pressuposto do sistema anárquico de Estados. O Liberalismo pressupõe uma sociedade mundial transnacional que funciona ao lado dos Estados e influi na política internacional deles.

Xu (2018) ressalta que, enquanto o Realismo enfatiza a importância dos Estados, alegando que as relações internacionais são motivadas por interesses nacionais e conduzidas pelo poder, o Liberalismo é baseado na crença da natureza boa inerente aos seres humanos, baseando-se nas leis e instituições estáveis. Liberais acreditam que a atividade política deve ser moldada nos termos da condição universal humana, e não em relação a particularidades de qualquer Estado.

O Construtivismo, por sua vez, enfatiza a importância das ideias e da cultura para moldar a realidade e o discurso da política internacional. Os construtivistas analisam questões importantes sobre identidades, normas, cultura, interesses nacionais e governança internacional, pois consideram que os líderes e outras pessoas são motivados não somente por interesses materiais, mas também pelo sentido de identidade, moralidade e do que uma sociedade ou cultura considera adequado (NYE, 2009).

De acordo com Arquilla e Ronfeldt (1999), os Estados e outros atores procuram desenvolver vantagens comparativas. No caso de rivalidades entre as grandes potências, a busca se torna por vantagens competitivas. Entretanto, na Era da Informação, as vantagens cooperativas se tornarão cada vez mais importantes e sociedades que aperfeiçoarem suas habilidades em cooperar com seus amigos e aliados ganharão vantagens em relação aos seus competidores.

Segundo Nye (2004, p.1), “Poder é a capacidade de influenciar os outros para obter os resultados desejados”. O exercício do poder de forma direta para coagir os outros Estados a mudar, por meio de incentivos ou ameaças, é chamado de *hard power*. O comportamento atrativo, que busca cooptar outros Estados a desejarem os mesmos objetivos que os seus, é chamado de *soft power*, uma forma de exercício indireto do poder, baseado na atração pelos valores, políticas públicas, cultura e política externa, que são vistos como exemplos a serem seguidos. A melhor combinação de *hard e soft power* na condução da política externa é chamada de *smart power*.

## 2.2 Geopolítica e Oceanopolítica

Segundo Cohen (2015), Geopolítica é a análise da interação entre configurações geográficas e perspectivas com processos políticos. As configurações são compostas por características e padrões geográficos, assim como as múltiplas camadas que eles formam. Os processos políticos incluem forças que operam no nível internacional e aquelas, no âmbito doméstico, que influenciam o comportamento internacional.

Flint (2012) define Código Geopolítico<sup>12</sup> como a maneira como os Estados se orientam em relação ao mundo, classificando-o em três categorias: Global, Regional ou Local, conforme o poder e a influência de cada país. O Código Local refere-se a Estados que se preocupam com seus vizinhos imediatos, enquanto o Regional remete àqueles que se preocupam em exercer influência além dos seus vizinhos imediatos. O Global, por sua vez, alude aos países que possuem interesse em estar presentes e agir em qualquer parte do mundo.

O conceito de Oceanopolítica surge em 1983, com Therezinha de Castro, ao ser analisada e contrastada a influência dos oceanos nas Relações Internacionais entre o hemisfério

---

<sup>12</sup> Flint (2012) considera que cada Estado tem a liberdade de escolher seu posicionamento em relação à política externa, formando, assim, o Código Geopolítico, que indica a extensão de atuação dos seus interesses (Local, Regional ou Global).

norte, nomeado por ela como Hemisfério Continental, com 54,5% de terras, e o hemisfério sul, o Oceânico, com 88,7% de águas (CASTRO, 1983).

Castro (1983) enumera quatro linhas de comunicações marítimas vitais para o Brasil no Atlântico Sul, às quais o país não pode ter sua atuação limitada por atores externos: a Rota Sul-Americana, praticamente de cabotagem; a Rota Europeia, a partir do saliente nordestino, que atravessa o estrangulamento do Atlântico, com apoio em Cabo Verde; a Rota Africana, partindo da junção dos corredores de exportação Santos / Rio de Janeiro / Vitória; e a Rota do Cabo, de maior importância, por conectar o Brasil ao crescente mercado asiático.

Em relação à Oceanopolítica, a professora Therezinha de Castro classifica as nações em dois grupos: as que possuem e as que não possuem. Enfatiza que as ações fiscalizadoras das primeiras devem ser a de defender as vantagens já adquiridas e as das últimas, adquirir vantagens similares (CASTRO, 1983).

Em 1990, o Almirante Jorge Martínez Busch, da Marinha do Chile, em seu artigo “*Ocupación efectiva de nuestro Mar: La gran tarea de esta generación*”<sup>13</sup>, compara a centralidade dos espaços terrestres dos conceitos da geopolítica clássica de Federico Ratzel, Kjelle, Haushofer, Mackinder, Spykman e outros, a partir de “uma concepção de mundo influenciada pela imagem que a região norte da Europa lhes dava”<sup>14</sup>, com o predomínio dos oceanos no hemisfério austral e as influências que eles exercem nas decisões políticas como um espaço de desenvolvimento e crescimento do Estado (BUSCH, 1990, p.236, tradução nossa).

Em 1993, no seu artigo “*Oceanopolítica en el Desarrollo do Chile*”<sup>15</sup>, o Almirante Busch afirma que o propósito central da Oceanopolítica é garantir que a gestão política valorize a influência do mar no ciclo de vida do Estado, em harmonia com a Geopolítica, uma vez que ambos baseiam seus estudos em três grandes elementos: o Estado, o Poder e as Relações Políticas (BUSCH, 1993).

Segundo Barbosa Junior (2009), a Geopolítica deve ser considerada como a matriz inicial e moldura da Oceanopolítica, englobando a mesma, em um sentido mais amplo. More (2012, p. 241) acrescenta que a “Oceanopolítica, no entanto, propõe avançar nos estudos estratégicos sobre os oceanos como um ramo especializado da geografia política”. Barbosa Junior (2009) complementa que ela desenvolve conceitos a partir de ordenamento jurídico próprio, de estudos relacionados ao uso de sistemas marítimos, fluviais, hidroviários e

---

<sup>13</sup> “Ocupação efetiva do nosso mar: a grande tarefa desta geração” (tradução nossa).

<sup>14</sup> “*una concepción del mundo influida por la imagen que les dio la región norte de Europa*” (BUSCH, 1990, p.236).

<sup>15</sup> “Oceanopolítica no Desenvolvimento do Chile” (tradução nossa).

portuários, dos recursos naturais do mar, da mentalidade marítima e das ligações comerciais, históricas e culturais entre Estados.

Busch (1993) ressalta que a gravitação política e econômica dos espaços oceânicos, somada ao seu valor estratégico, fazem deles um cenário unificador de fronteiras, pela presença mundial crescente nesses espaços. Enumera, ainda, sete fatores intervenientes para análise Oceanopolítica:

- a) transporte marítimo;
- b) vínculo com alimentação, mediante a pesca;
- c) valor dos recursos energéticos;
- d) riqueza dos depósitos minerais no subsolo oceânico;
- e) Direito Internacional Marítimo, em constante evolução;
- f) capacidade científico-tecnológica e sua relação com a administração e exploração dos recursos marinhos e conhecimento do seu habitat; e
- g) elemento político-estratégico, relativo aos aspectos de segurança e uso do Poder Naval.

### **2.3 Diplomacia Marítima e Diplomacia Naval**

Le Mière (2014) define diplomacia marítima como o gerenciamento das relações internacionais no domínio marítimo, podendo ser dividida em cooperativa, persuasiva ou coercitiva. A diplomacia marítima cooperativa envolve diversos atores, militares ou não, em atividades destinadas à construção da confiança mútua, formação de alianças e apoio no desenvolvimento de capacidades. Abrange a visita de navios a portos, programas de treinamentos, exercícios conjuntos, ajuda humanitária, apoio em caso de desastres naturais, intercâmbios, formação acadêmica, visita de autoridades, fóruns de discussão, dentre outras iniciativas.

Le Mière (2014, p. 4, tradução nossa) diferencia a Diplomacia Naval como parte da Diplomacia Marítima, uma vez que a última é “o desdobramento de uma ampla gama de recursos que, juntos, constituem o poder marítimo de um país para produzir uma série de resultados diplomáticos”<sup>16</sup>.

Segundo Booth (1977), um dos ativos da Diplomacia Naval é o simbolismo dos navios de guerra, especialmente dos maiores, que os torna representantes significativos úteis e visíveis

---

<sup>16</sup> “the deployment of a wide range of assets that together comprise a country’s seapower to bring about a whole host of possible diplomatic outcomes” (LE MIÈRE, 2014, p. 4).

das intenções e compromissos de um país. Entretanto, a efetividade no emprego de uma Força Naval para influenciar uma região depende da quantidade, qualidade e adequação de suas capacidades para a execução das tarefas necessárias, da habilidade diplomática do país, por trás das ações desenvolvidas, das restrições de atuação impostas pelo governo e do sucesso dos esforços de seus competidores.

Till (2018) enfatiza que a Diplomacia Naval é mais eficaz quando devidamente integrada com todos os outros aspectos da política externa de uma nação, especialmente os marítimos. Bo (2020) considera que o contato próximo entre duas Forças Navais constitui um símbolo importante de relações militares e nacionais íntimas e maduras.

Segundo Reis (2014), a Diplomacia Naval oferece uma forma ampla de variadas atuações, decorrente das características do poder naval: a mobilidade (deslocar-se com os meios navais e estar presente em qualquer parte a partir do mar), a permanência (capacidade em fixar-se em determinadas regiões por longos períodos), a versatilidade (adaptar-se às mais variadas condições) e a flexibilidade (gradação do emprego da força).

## **2.4 Segurança Marítima e Complexo de Segurança Regional**

De acordo com a União Africana, o conceito de Segurança Marítima tem foco no fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico, que reflete a liberdade de entes públicos e privados em conduzir atividades legítimas, como o exercício da soberania e direitos jurisdicionais, extração de recursos, comércio, transporte e turismo, livre de ameaças ou de prejuízos decorrentes de atos ilegais ou agressões, para uma próspera e integrada África (UNIÃO AFRICANA, 2012).

Buzan (2003) estabeleceu, em 1983, a definição de Complexo de Segurança Regional (CSR) como um grupo de Estados cujos interesses primários de segurança estão intimamente ligados, a ponto de os assuntos afetos à segurança nacional não poderem ser considerados separadamente. Posteriormente, em 1998, Buzan e Wæver (2003) reformularam esta definição para incluir a interação de diferentes atores, além dos Estados, considerando então o CSR como um conjunto de unidades cujos principais processos de *securitização*<sup>17</sup> e

---

<sup>17</sup> “*Securitização*” é o processo discursivo, por meio do qual uma compreensão intersubjetiva é construída dentro de uma comunidade política para tratar uma ameaça existencial como um objeto referente valorizado e permitir um apelo por medidas urgentes e excepcionais para lidar com a ameaça. (BUZAN E WÆVER, 2003, p.491, tradução nossa).

*dessecuritização*<sup>18</sup> são tão interligados que os seus problemas de segurança não podem ser analisados ou resolvidos separadamente, um do outro.

Como exemplos de Complexos de Segurança Regionais, destacam-se a União Africana e as Comunidades Econômicas e de Desenvolvimento no continente africano, que se organizaram para estabelecer estruturas de cooperação mútua, dentro de estratégias conjuntas direcionadas à segurança marítima.

Em julho de 2011, os chefes de Estado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sua sigla em inglês) assinaram uma estratégia conjunta de segurança marítima (WALKER, 2020), tendo dentre seus 16 Estados-Membros África do Sul, Angola, Namíbia e República Democrática do Congo (SADC, 2021).

Em junho de 2013, os líderes da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental<sup>19</sup> (ECOWAS, na sua sigla em inglês), da Comunidade Econômica dos Estados da África Central<sup>20</sup> (ECCAS, na sua sigla em inglês) e da Comissão do Golfo da Guiné<sup>21</sup> (GGC, na sua sigla em inglês) reuniram-se em Yaoundé, Camarões, para estabelecer uma estratégia comum de prevenção e combate a atividades ilícitas no Golfo da Guiné, dando origem ao Código de Conduta de Yaoundé, à criação do Centro de Coordenação Regional (ICC, na sua sigla em inglês) e à formação de uma arquitetura de segurança marítima integrada, conforme FIG. 1, constante no ANEXO A (EZEOPA, 2021).

Em janeiro de 2014, os Estados-Membros da União Africana<sup>22</sup> aprovaram a Estratégia Marítima Integrada para a África 2050, que aborda a segurança marítima a partir de uma perspectiva multidimensional, imprescindível ao desenvolvimento econômico e sustentável da região, abrangendo a proteção do comércio marítimo, a partir do combate à pirataria, ao roubo armado e às demais atividades ilícitas no mar (EGEDE, 2018).

Seabra (2019) aponta a informalidade como característica marcante das iniciativas voltadas à solução dos problemas de segurança marítima da região, decorrente de uma aversão latente a qualquer tipo de formalização excessiva de laços de cooperação nesta área. Os entendimentos são expressos em memorandos ou códigos de conduta sem caráter legal

---

<sup>18</sup> “*Dessecuritização*” é o processo pelo qual uma comunidade política reduz ou para de tratar uma ameaça existente como objeto referente valorizado e reduz ou cessa o apelo por medidas urgentes e excepcionais para lidar com a ameaça. (BUZAN E WÆVER, 2003, p.489, tradução nossa).

<sup>19</sup> Composto pelos seguintes Estados costeiros e insulares: Benin, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo (ECOWAS, 2021).

<sup>20</sup> Composto pelos seguintes Estados costeiros: Angola, Camarões, Gabão, Guiné-Equatorial, República Democrática do Congo, República do Congo e São Tomé e Príncipe (ECCAS, 2021).

<sup>21</sup> A Comissão do Golfo da Guiné foi criada em 3 de julho de 2001 por Angola, Congo, Gabão, Nigéria e São Tomé e Príncipe para desenvolvimento da cooperação entre estes Estados. Camarões e a República Democrática do Congo aderiram em 2008 (CGG, 2021).

<sup>22</sup> A União Africana possui 55 Estados-Membros, incluindo todos os Estados da costa oeste africana.

vinculativo, que geram o ônus da obtenção de resultados práticos irregulares, porém a flexibilidade de permitir que países rivais desenvolvam formas de cooperação em interesses comuns, sem abdicarem de posições contrastantes em outros domínios.

## 2.5 Estratégia Marítima

Segundo a Academia de Defesa do Reino Unido, Estratégia é “uma linha de ação que integra fins, métodos e recursos para atingir objetivos políticos”<sup>23</sup> (Reino Unido, 2017, p.6, tradução nossa)

Estratégia Marítima é o direcionamento de todas as expressões do poder nacional que se relacionam com os interesses de um Estado no mar, com o propósito de atingir objetivos nacionais específicos. Envolve a Força Naval, no que tange às atividades de defesa nacional, e todo o espectro das atividades civis relacionadas ao mar (HATTENDORF, 2013).

Segundo Ezeoba (2021), em seu contexto mais amplo, Estratégia Marítima envolve várias expressões do poder, como a diplomacia, a proteção e a defesa do comércio marítimo, a regulação das atividades pesqueiras, a exploração, conservação e defesa da Zona Econômica Exclusiva, a defesa costeira, a proteção de infraestruturas críticas marítimas, bem como a participação em questões regionais e internacionais relacionadas ao uso dos oceanos.

## 2.6 Conceitos Relativos ao Direito do Mar

Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o Mar Territorial é o espaço marítimo adjacente à costa, limitado à 12 milhas náuticas (MN), no qual o Estado costeiro é soberano<sup>24</sup> (ONU, 1982).

A Zona Contígua (ZC) é um espaço marítimo em que o Estado costeiro pode tomar medidas de fiscalização e repressão de atos que violem alguns de seus direitos internos. Seu limite interno é o Mar Territorial, ou seja, após 12 MN, e seu limite externo é de 24 MN a partir da linha de base<sup>25</sup> (ONU, 1982).

A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) é uma zona situada além do Mar Territorial e a este adjacente, sujeita ao regime jurídico específico, com largura máxima de 200 MN a partir

---

<sup>23</sup> “*A course of action that integrates ends, ways and means to meet policy objectives*” (Reino Unido, 2017, p.6).

<sup>24</sup> Existem algumas limitações a esta soberania, sendo as duas principais: o direito de passagem inocente e a imunidade penal e civil das embarcações estrangeiras em Mar Territorial (ZANELLA, 2021).

<sup>25</sup> As linhas de base podem ser entendidas como uma linha imaginária, traçada a partir da costa do Estado costeiro, com finalidade de ser a base do cálculo de delimitação dos espaços oceânicos (ZANELLA, 2021).

da linha de base. O Estado costeiro possui direitos de soberania<sup>26</sup> para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo; e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins econômicos (ONU, 1982).

O Alto-Mar é definido na CNUDM não de forma positiva, mas negativamente, por exclusão das partes. É, portanto, todo o espaço marítimo não compreendido pelas demais faixas sob jurisdição do Estado costeiro (ZANELLA, 2021).

No tocante à segurança marítima, é importante diferenciar pirataria, de roubo armado em Mar Territorial. Segundo o Artigo 101 da CNUDM, somente os atos praticados em Alto-Mar ou fora da jurisdição do Estado (incluindo a ZC e a ZEE) se adequam ao conceito de pirataria. Desta forma, os crimes cometidos em Mar Territorial são classificados simplesmente como roubo armado ou sequestro e respondem pelo ordenamento jurídico do Estado costeiro como tal. Nesta situação, somente o Estado Costeiro, por meio do seu poder de polícia, pode prender e investigar os suspeitos do crime (ZANELLA, 2021).

Constituem pirataria quaisquer dos seguintes atos (ONU, 1982):

- a) todos os atos ilícitos de violência, detenção ou depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio privado, sendo dirigidos contra:
  - um navio em Alto-Mar ou pessoas (ou bens) a bordo;
  - um navio, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado;
- b) todo ato de participação voluntária na utilização de um navio, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de fatos que deram a esse navio o caráter de navio pirata; e
- c) toda a ação que tenha por fim incitar ou ajudar intencionalmente a cometer um dos atos enunciados nas alíneas anteriores.

## **2.7 Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulamentada**

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura define a pesca ilegal como aquela conduzida dentro das águas jurisdicionais de um Estado sem sua permissão ou contrariando suas leis e regulamentos (ONU, 2021b)

A pesca não reportada é aquela que não foi relatada ou relatada erroneamente às autoridades competentes de um Estado ou a uma Organização Regional de Gerenciamento de

---

<sup>26</sup> O conceito de “direitos de soberania” na ZEE não pode ser confundido com “soberania” aplicável ao Mar Territorial. Os direitos de soberania na ZEE podem ser divididos em duas categorias: conservação e gestão; e exploração e aproveitamento (ZANELLA, 2021).

Pesca, quando realizada em sua área de competência (ONU, 2021b).

A pesca não regulamentada é definida como:

– a realizada em áreas ou de espécies sobre as quais não há medidas de conservação ou gestão aplicáveis, quando conduzidas de forma inconsistente com as responsabilidades do Estado para a conservação dos recursos marinhos vivos nos termos do Direito Internacional (ONU, 2021b); ou

– a realizada em áreas onde se aplicam medidas de conservação e gestão de uma Organização Regional de Gerenciamento de Pesca, por embarcações sem nacionalidade ou de bandeira de um Estado ou de uma entidade de pesca<sup>27</sup> não partícipe da Organização, quando conduzida de forma inconsistente com as regras de gerenciamento estabelecidas (ONU, 2021b).

Segundo Liddick e State-Fayette (2014), há uma ligação entre a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada com outras formas de crimes organizados transnacionais, incluindo tráfico de pessoas para trabalhos forçados em navios pesqueiros. A escravidão na indústria de pesca ocorre em todos os oceanos, mas é notoriamente prevalente na costa oeste da África.

---

<sup>27</sup> Entidade de pesca é uma nova categoria de ator no Direito Internacional do Mar, que possui estrutura para fazer parte de acordos regionais ou internacionais e ter direitos e obrigações sobre o uso do mar, porém não constitui um Estado, como Taiwan (CHEN, 2014).

### 3. INTERESSES GEOPOLÍTICOS DOS EUA NA COSTA OESTE AFRICANA

Este capítulo tem como propósito analisar os interesses políticos, estratégicos e econômicos dos EUA na costa oeste africana e os reflexos do emprego da sua Diplomacia Naval para a segurança marítima da região.

#### 3.1 Interesses Políticos e Estratégicos

A iniciativa de aproximação dos EUA com os Estados africanos, em 2002, surgiu da percepção de ameaças para a segurança interna do país, a partir dos ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001.

A Estratégia de Segurança Nacional estadunidense de 2002 enfatizou que países fracos poderiam ameaçar os interesses nacionais dos EUA do mesmo modo que países fortes e apontou a necessidade de se reforçar a aproximação com o continente africano com base em três estratégias inter-relacionadas: atenção especial aos países com maior influência regional, como África do Sul e Nigéria; coordenação com aliados europeus e instituições internacionais para mediação de conflitos e realização de operações de paz; e fortalecimento das capacidades de reformas dos Estados e das organizações sub-regionais como meio prioritário para enfrentar ameaças transnacionais de forma sustentável (EUA, 2002).

A partir dessa Estratégia, surgiu o conceito, nos EUA, da aproximação 3D para as Relações Internacionais (PARKER, 2007), que prevê o balanceamento da aplicação de recursos entre as ações voltadas ao Desenvolvimento, Defesa e Diplomacia (SCHIRCH, 2009).

Em 2004, um painel de consultoria de especialistas na África, formado por solicitação do Congresso dos EUA para propor novas iniciativas, identificou cinco fatores que mais influenciaram o aumento do interesse no continente africano na década anterior: óleo, comércio global, conflitos armados, terror e AIDS<sup>28</sup> (PLOCH, 2009).

Em 2005, houve a descoberta de grandes reservas petrolíferas em alto-mar na Nigéria (INEEP, 2019) e, no ano seguinte, a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2006 assinalou o crescimento da importância geoestratégica da África e a alta prioridade da Administração Federal estadunidense atribuída ao continente (EUA, 2006).

---

<sup>28</sup> Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS, na sua sigla em inglês).

Destacou, ainda, que a superação das dificuldades dependeria de parceria, e não de paternalismos, e que os esforços voltados à promoção do desenvolvimento econômico e à expansão de uma efetiva e democrática governança deveriam contribuir para que os Estados africanos estabelecessem, por conta própria, soluções para seus desafios (EUA, 2006).

Essa visão estava alinhada com o sentimento de anti-imperialismo, ainda presente nos países da África, decorrente da experiência comum da colonização europeia e do amplo descrédito em relação à comunidade internacional. O princípio “Soluções Africanas para Problemas Africanos” reflete o sentimento comum de pertencimento à região e orienta a relação com atores externos, marcada pela forte aversão às interferências extrarregionais nos assuntos de segurança (GLAS, 2018).

Em 18 de junho de 2006, durante um discurso na Universidade de Georgetown, em Washington, DC, a secretária de Estado, Condoleezza Rice, anunciou a concepção da diplomacia dos EUA para o Século XXI, denominada “Diplomacia Transformacional”, baseada na parceria multilateral, na construção e fortalecimento da democracia e no desenvolvimento da boa governança dos Estados para atenderem às necessidades de suas populações e assumirem suas responsabilidades no sistema internacional (RICE, 2006).

Ainda em 2006, o Governo do presidente George W. Bush (2001 a 2009) estabeleceu uma missão dos EUA junto à União Africana, *The United States Mission to the African Union – USAU*, para promoção da diplomacia multilateral, com vista a projetar uma voz comum sobre o continente africano, reforçar as instituições democráticas e fomentar a boa governança. Vários Estados e a União Europeia seguiram os passos dos EUA e também estabeleceram relações diplomáticas diretas com a União Africana (GWATIWA; VAN DER MERWE, 2021).

Por meio da Agência de Desenvolvimento Internacional, *United States Agency for International Development – USAID*, em 2007, os EUA apoiaram a União Africana na elaboração e promulgação da “Carta Africana sobre Eleições Democráticas e Governança” e incentivaram os Estados-Membros a ratificarem esta iniciativa, fortalecendo a União Africana em suas relações bilaterais e, conseqüentemente, desenvolvendo sua capacidade de influenciar o continente africano (GWATIWA; VAN DER MERWE, 2021).

Em fevereiro de 2007, os EUA anunciaram a criação de um Comando Militar na África (U.S. AFRICOM, na sua sigla em inglês), com sede em Stuttgart, na Alemanha, para harmonizar os esforços entre o Departamento de Defesa, o Departamento de Estado e outras agências governamentais na promoção de ações voltadas à segurança, desenvolvimento econômico e exercício da diplomacia junto aos países africanos, em resposta ao crescimento da

importância estratégica do continente. O Comando tornou-se operacional em outubro de 2008 (EUA, 2021e).

Logo após o anúncio da criação do AFRICOM, Nigéria e África do Sul, os dois maiores líderes regionais, não só se opuseram à ideia, como estimularam os Estados em suas respectivas sub-regiões a adotarem a mesma postura, sob a percepção da possibilidade de intervenção dos EUA em assuntos internos e de que o verdadeiro propósito do AFRICOM fosse o de promover os interesses dos EUA e não os dos países africanos, mormente a exploração de recursos naturais, a guerra ao terrorismo e a contenção da influência chinesa (GWATIWA; VAN DER MERWE, 2021).

Segundo Deen (2013), a oposição para instalação de um Comando com sede no continente estava ligada ao receio das instituições regionais de perderem influência sobre os países africanos e ao temor dos líderes locais de uma possível interferência que pudesse alterar o equilíbrio de poder na região. Havia ainda a preocupação da União Africana em relação à possibilidade de os EUA enfraquecerem seu protagonismo na coordenação dos assuntos afetos à segurança. Griffiths (2016) acrescenta que alguns países da região temiam que a associação com os EUA poderia atrair ataques terroristas aos seus respectivos territórios.

O Governo do presidente Barack Obama (2009-2017) manteve a alta prioridade relativa à interação com o continente africano, estabelecida pelo seu antecessor, com foco no atendimento das prioridades estabelecidas pela União Africana (GWATIWA; VAN DER MERWE, 2021).

Ao longo dos seus dois mandatos, o presidente realizou visitas ao Egito e a Gana, em 2009; África do Sul, Senegal e Tanzânia, em 2013; e foi o primeiro presidente dos EUA a visitar a União Africana em sua sede, em Adis Abeba, na Etiópia, em 2015, quando também visitou o Quênia (UNIÃO AFRICANA, 2015).

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2010 enfatizou a necessidade de investimentos de longo prazo na África, em reconhecimento aos avanços na boa governança e na responsabilidade democrática, em prol do desenvolvimento econômico, segurança alimentar e energética, saúde e combate às ameaças transnacionais. Apontou, ainda, a inter-relação entre segurança e desenvolvimento e assinalou a Nigéria e a África do Sul como aliados-chave regionais (EUA, 2010).

Em 2012, os EUA emitiram a Estratégia Direcionada à África Subsaariana, que direcionou programas para capacitação de jovens, redução da pobreza, bem como iniciativas para ampliar o acesso dos países africanos ao mercado global e estimular os negócios de empresas estadunidenses no continente. Adicionalmente, o combate aos crimes transnacionais,

à pesca ilegal e à pirataria foi reforçado a partir do reconhecimento da necessidade em se aprofundar a parceria em segurança para desenvolvimento das capacidades militares e das instituições regionais (EUA, 2012a).

O Encontro de Líderes Africanos, sediado em Washington, em 2014, reuniu cerca de 45 chefes de Estado da África e diversas empresas africanas e estadunidenses, sendo o maior já realizado na história do EUA em prol da aproximação com a África (EUA, 2014). Apesar das críticas sobre a falta de iniciativa do governo Barack Obama para realizar reuniões bilaterais, o evento endereçou as prioridades estabelecidas para desenvolvimento econômico da África, incluindo o estabelecimento de resoluções de apoio à segurança marítima do Golfo da Guiné e ao combate ao terrorismo (COOK, 2014).

Em 2015, o presidente Barack Obama realizou uma visita à Etiópia, onde encontrou-se com os chefes de Estado e líderes da União Africana, na sua sede em Adis Abeba. Em seu discurso, o presidente afirmou que a África é uma das regiões de maior crescimento econômico no mundo, que a ascendente classe média africana representaria mais de um bilhão de consumidores e que o continente precisaria dar um salto tecnológico para conquistar o desenvolvimento necessário para formação de uma África integrada, próspera e pacífica. Ressaltou a renovação, por mais dez anos, do Ato de Crescimento e Oportunidade Africano<sup>29</sup>, e a prioridade de investimentos em energia, produção de alimentos e inovações tecnológicas (EUA, 2015a).

O Governo do presidente Donald Trump (2017 a 2021) manteve as políticas dos seus antecessores voltadas ao desenvolvimento econômico, estabilidade política e apoio à saúde, porém não estabeleceu uma estratégia definida para os desafios geopolíticos e de segurança do continente africano. A iniciativa “*Prosper Africa*” procurou assistir empresas dos EUA na busca por negócios na África (CAMPBELL, 2020a).

A Estratégia de Segurança Nacional de 2017 assinala o rápido crescimento econômico da África e seu potencial como mercado consumidor. Reconhece a expansão militar e econômica da China, que se tornou a maior parceira comercial da região, por meio de uma política agressiva, envolvendo corrupção de elites, dominação das indústrias de extração de recursos naturais e aprisionamento de países em relações insustentáveis de dívidas e compromissos (EUA, 2017).

---

<sup>29</sup> O Ato de Crescimento e Oportunidade Africano, *African Growth and Opportunity Act (AGOA)*, foi criado em 2000 para isentar tarifas de importação de mais de 1.800 produtos de países da África Subsaariana que possuam economia de mercado, respeitam o pluralismo político, cumpram as leis e tenham políticas para redução da pobreza, combate à corrupção e proteção aos direitos humanos (EUA, 2021q).

Segundo Campbell (2020b), a marca “América Primeiro” do presidente Donald Trump levou seu governo a uma posição cética em relação ao envolvimento internacional, com pouco interesse em ampliar o relacionamento com a África. A mudança de prioridade do combate ao terrorismo para a competição de poder com a Rússia e China implicou na tentativa de redução, por parte do presidente e do secretário de Defesa, da presença militar no continente africano, o que foi rechaçado pelo Congresso.

As ações adotadas no início do governo do presidente Joe Biden (2021-) indicam uma retomada na aproximação com o continente africano. Em fevereiro de 2021, indicou como representante do país na ONU a embaixadora Linda Thomas Greenfield, que liderava a seção de gerenciamento da política voltada à África Subsaariana do Departamento de Estado dos EUA, e já havia sido embaixadora na Libéria (LEE, 2020).

Por ocasião do 34º Encontro da União Africana, ocorrido em fevereiro de 2021, o presidente enviou uma mensagem, por videoconferência, aos líderes reunidos, ressaltando a disposição dos EUA em reconstruir a parceria com a instituição, em uma visão de futuro que envolveria a ampliação do comércio e dos investimentos, a cooperação em segurança e o respeito pelos direitos humanos e instituições democráticas. Reconheceu, ainda, o espírito empreendedor e inovador do povo africano (EUA, 2021d).

A preocupação do governo dos EUA em conter a expansão da influência da China foi evidenciada durante o encontro das sete maiores potências econômicas do mundo (G7), ocorrido em junho de 2021, em que o presidente Biden solicitou ao Japão e às nações europeias que ampliassem o financiamento aos países emergentes para investimento em infraestrutura e comunicações, como alternativa ao oferecido pelo governo chinês (SANGER; LANDLER, 2021).

Os EUA mantêm relações diplomáticas com todos os países da costa oeste africana, sendo que apenas Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe não possuem embaixadas norte-americanas em seus respectivos territórios (EUA, 2021h).

As ações estratégicas e políticas dos EUA voltadas à África, além do caráter humanitário, procuram desenvolver o respeito mútuo e os valores mais caros ao mundo ocidental, como democracia, respeito aos direitos humanos e boa governança, de forma a permitir o estabelecimento das condições mínimas de investimento estrangeiro nos países africanos, reduzindo riscos e garantindo a transparência necessária.

A prioridade ao continente africano, estabelecida em 2002, no governo do presidente George W. Bush, a partir de uma preocupação com a segurança interna dos EUA, e depois reforçada com a descoberta de grandes reservas de petróleo no litoral da Nigéria,

culminou na criação do AFRICOM, em 2007. As iniciativas de ampliação de relacionamento foram mantidas pelo governo do presidente Obama, porém arrefeceram a partir do Governo Trump, em razão de sua política isolacionista, apesar de reconhecer a crescente influência da China na região, o que motivou o presidente Biden a colocar a África, novamente, na agenda prioritária dos EUA.

### **3.2 Interesses Econômicos**

O continente africano possui cerca de 1,2 bilhão de habitantes e mais de um quarto dos membros da Organização das Nações Unidas. O comércio entre os EUA e a África movimentou cerca de US\$ 57 bilhões em 2019, sendo que as duas maiores economias da região, Nigéria e África do Sul, movimentaram, respectivamente, US\$ 7,7 bilhões e US\$ 13,1 bilhões no referido período (EUA, 2021f).

Sucessivos governos dos EUA procuraram atingir objetivos amplos na África, como fortalecimento da paz e da segurança, valorização da democracia e boa governança, promoção do crescimento econômico e desenvolvimento, expansão do comércio e investimento e resposta a crises sanitárias e humanitárias (HUSTED, 2021).

A demanda por energia e recursos naturais, o aumento do consumo interno e a crescente atuação da China como alternativa aos mercados ocidentais contribuíram para o crescimento econômico do continente africano observado na última década (GRIFFITHS, 2016).

A África é uma das regiões com mais jovens no mundo. Em 2019, cerca de 62% da sua população estava abaixo de 25 anos, com um movimento crescente de urbanização, que trouxe novas oportunidades para a indústria e serviços. Entretanto, as deficiências de acesso à energia na região ainda são um obstáculo ao desenvolvimento industrial (HUSTED, 2021).

De acordo com as projeções da ONU, é esperado um crescimento de cerca de 1,5 a dois bilhões de pessoas na população mundial, metade na África Subsaariana. A Nigéria e a República Democrática do Congo serão responsáveis pelo maior aumento na África Ocidental. A Nigéria dobrará sua população de 200 milhões de habitantes nos próximos 30 anos, superando a população dos EUA ao final deste período, com previsão de alcançar 733 milhões em 2100. A República Democrática do Congo atingirá cerca de 200 milhões de habitantes em 2050 e 360 milhões em 2100 (ONU, 2019).

O aumento da população economicamente ativa (25 a 64 anos) representa um significativo potencial de desenvolvimento da região, que exigirá investimentos em

infraestrutura e energia para urbanização e crescimento da atividade industrial, além de formar um importante mercado consumidor.

Em 2019, a África representou cerca de 1% das atividades de comércio e investimento estrangeiro dos EUA, com uma balança comercial negativa para os EUA em torno de US\$ 5,2 bilhões (HUSTED, 2021).

As importações se concentram em óleo cru, metais preciosos, vestuário, cacau e minérios. Já as exportações são diversificadas, com predominância para produtos industriais, como maquinários, veículos e aeronaves (HUSTED, 2021).

Angola e Nigéria são os maiores fornecedores de petróleo para os EUA, entre os países da costa ocidental da África. Entretanto, de acordo com o GRAF. 1 – “Evolução da importação dos EUA de óleo cru e derivados de petróleo de Angola e Nigéria”, constante no ANEXO A, a partir de 2010, a produção interna de petróleo dos EUA sofreu forte expansão, devido à exploração do óleo de xisto, e suas importações passaram a ser, progressivamente, direcionadas ao Canadá, que ampliou sua linha de fornecimento. Com isso, entre 2010 e 2019, as exportações de petróleo de Angola para os EUA caíram 77% e as da Nigéria 81% (EUA, 2021g).

Cabe ressaltar que, de acordo com o GRAF. 2 – “Evolução da importação dos EUA de óleo cru e derivados de petróleo dos Estados da Costa Oeste Africana”, constante no ANEXO A, o volume de exportação de petróleo de toda a costa ocidental africana representa menos de 1% do total importado pelos EUA (EUA, 2021g).

De acordo com dados de comércio marítimo da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), os EUA estão entre os cinco maiores importadores da África do Sul, Angola, Cabo Verde, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Nigéria e República do Congo (ONU, 2021a).

Conforme dados do *United Census Bureau* constantes na TAB. 1 – “Comércio entre os EUA e os Estados da costa oeste africana em 2019”, constante no ANEXO B, considerando o total de importações e exportações em 2019, a África do Sul caracterizou-se como a maior parceira comercial dos EUA na costa oeste africana, seguida por Nigéria, Gana, Angola e Costa do Marfim (EUA, 2021r).

O comércio com os EUA representou, em 2018, apenas cerca de 6,8% de todo o volume exportado pela África do Sul, 6,1% da Nigéria, 3,6% de Gana, 3,5% de Angola e 9,2% da Costa do Marfim (WORLD BANK, 2021d).

Com relação às importações, o comércio com os EUA, em 2018, representou cerca de 6,0% de todo o volume importado pela África do Sul, 7,4% da Nigéria, 8,0% de Gana, 4,9% de Angola e 3,4% da Costa do Marfim (WORLD BANK, 2021d).

O investimento estrangeiro direto dos EUA na costa oeste da África concentra-se majoritariamente na África do Sul, cerca de US\$ 7,1 bilhões, seguido da Nigéria, cerca de US\$ 5,4 bilhões, e de Gana, cerca de US\$ 1,6 bilhões (HUSTED, 2021).

O relatório de previsão do desenvolvimento global, de janeiro de 2021, do Banco Mundial, apresenta o forte impacto econômico que a pandemia do coronavírus, COVID-19, provocou nos países da costa oeste africana, em decorrência da redução do comércio e turismo, da necessidade de adoção de medidas restritivas à locomoção e da redução no consumo de commodities. O agravamento da situação ocorreu com pressões inflacionárias e a fuga de capitais estrangeiros, por aversão ao risco (WORLD BANK, 2021a).

De acordo com o relatório de junho de 2021, do Banco Mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) a preço de mercado da Nigéria sofreu uma queda de cerca de 1,8% em 2020. A África do Sul, país mais atingido na região pela doença, encolheu cerca de 7% (WORLD BANK, 2021f).

Angola (-5,2%), República do Congo (-7,9%) e Guiné Equatorial (-4,9%) foram atingidos pela acentuada queda do preço do petróleo, que constitui a maior fonte de renda de suas economias. Cabo Verde (-14%) sentiu os reflexos da queda do turismo decorrente das medidas de restrições às viagens e locomoção impostas por vários países. Gana (+1,1%), Benin (+2%) e Costa do Marfim (+1,8%)<sup>30</sup> sofreram menos devido à diversificação de suas economias, em especial, pela manutenção da demanda e da produção de produtos agrícolas (WORLD BANK, 2021a).

Apesar dos efeitos da pandemia, que estão levando dezenas de milhões de pessoas para a extrema pobreza e reduzindo a capacidade de investimentos para a retomada da economia, decorrente do aumento do endividamento público e da dívida externa, há a expectativa de um crescimento da região em cerca de 2,8%, em 2021, e em 3,8%, a partir de 2022 (WORLD BANK, 2021f).

Com a ampliação da produção do óleo de xisto e das importações do Canadá, desde 2010, houve um acentuado declínio no fornecimento de petróleo aos EUA pelos países da costa ocidental da África, em especial Nigéria e Angola, reduzindo a importância geopolítica da região.

---

<sup>30</sup> WORLD BANK, 2021f

Em que pese a formação de um potencial mercado consumidor na África, com o crescimento da população jovem, a perspectiva de crescimento econômico e a ampla disponibilidade de recursos naturais, as atividades econômicas com o continente representam apenas cerca de 1% do comércio e investimento dos EUA, com destaque para África do Sul, Nigéria, Gana, Angola e Costa do Marfim, nessa sequência.

Entretanto, à medida que os países africanos superam suas divergências regionais e adotam valores que favoreçam a entrada de empresas estrangeiras, como democracia, valorização dos direitos humanos, transparência e governança, novas oportunidades surgem para ampliação das relações comerciais com os EUA, o que requer a segurança das linhas de comunicações marítimas, em especial no Golfo da Guiné.

### **3.3 Diplomacia Naval como Instrumento de *Soft Power***

Segundo o ex-Chefe do Estado-Maior da Marinha da Nigéria, Vice-Almirante Ezeoba (2021), cooperação envolve reciprocidade de intenções e ações conjuntas. Por meio da cooperação, constrói-se a parceria em segurança, definida como um acordo criado por países de uma região e extrarregionais para o desenvolvimento de um conjunto de medidas e mecanismos voltados à conquista de objetivos comuns.

A cooperação dos EUA com a África possui grandes desafios para implementação de políticas e tem implicações que moldam a definição, o entendimento e a análise do contexto da segurança para os africanos. A diversidade de capacidades e diferenças de interesses entre os atores envolvidos tornam a coordenação mais difícil (GRIFFITHS, 2016).

As organizações sub-regionais na África, como a GGC, ECOWAS e SADC, são estimuladas a agir independentemente, porém alinhadas às intenções e objetivos estabelecidos pela União Africana e a ONU nos assuntos referentes à manutenção da paz e à segurança marítima (EZEoba, 2021).

A ativação do AFRICOM representou uma mudança na organização tradicional de um comando militar dos EUA, em razão do seu envolvimento holístico com o Departamento de Defesa e outros atores governamentais. Reconhecendo a ligação entre desenvolvimento e segurança, sua ênfase na perspectiva do ser humano foi além da tradicional segurança centrada no Estado, passando a incluir a proteção contra a fome, doenças, crimes, degradação ambiental e repressões políticas (GRIFFITHS, 2016).

A estrutura do AFRICOM retrata o envolvimento amplo do governo dos EUA nos assuntos de segurança da África, com ênfase na cooperação interagência. Além de possuir como

Comandante um oficial general no último posto, há dois Subcomandantes: um para operações militares – *Deputy Commander for Military Operations – DCMO* e outro para interações civil-militares – *Deputy Commander for Civil-Military Engagement – DCME*, este ocupado por um embaixador do Departamento de Estado (EUA, 2021c).

O DCME é um cargo exclusivo do AFRICOM, não existente em outros Comandos Operacionais dos EUA, sendo responsável por coordenar a cooperação interagência e por servir de ligação com governos estrangeiros e organizações não governamentais. O Estado-Maior do AFRICOM conta com cerca de 30 representantes de mais de 10 agências do governo dos EUA, incluindo os Departamentos de Segurança Nacional, de Justiça, de Estado, do Tesouro, do Interior e de Agricultura (GRIFFITHS, 2016).

Griffiths (2016) considera que, diferentemente dos tradicionais Comandos Unificados dos EUA, o AFRICOM possui o foco em fortalecer a segurança e desenvolver capacidades regionais e sub-regionais de resposta a crises, constituindo uma importante ferramenta de estreitamento de laços militares entre os EUA e os países africanos.

Em seu pronunciamento ao Congresso dos EUA, em 2018, o Comandante do AFRICOM, General Thomas D. Waldhauser, ressaltou a postura estratégica que enfatiza o caráter meramente de apoio das atividades militares dos EUA no continente, não constituindo o esforço principal para o combate às ameaças de segurança (EUA, 2018b).

Os Adidos são responsáveis por assessorar os Embaixadores no tocante aos assuntos militares, coordenam atividades político-militares, bem como programas de assistência em suas áreas de responsabilidade (EUA, 2021s). Em 2020, em razão de restrições no orçamento da Defesa, os EUA reduziram sua representação de Adidos na costa oeste da África (STROBEL; LUBOLD, 2020), permanecendo os postos dos Adidos Navais na África do Sul, Camarões e Nigéria (EUA, 2021t) e dos Adidos do Corpo de Fuzileiros Navais na África do Sul, Camarões, Gana, Libéria e Senegal (EUA, 2021u).

Apesar de representar uma ideia antagônica à redução de Adidos militares na África, o Comandante do AFRICOM, General Stephen J. Townsend, destacou, durante seu pronunciamento ao Congresso dos EUA, em 2021, a prioridade do seu Comando na contenção da crescente influência da China e da Rússia no continente africano e sua preocupação com os altos investimentos da China na infraestrutura da indústria pesqueira de larga escala na costa oeste da África, que já estaria afetando a segurança alimentar da região (EUA, 2021v).

Desde a criação do AFRICOM, diversos programas serviram de base para o exercício da Diplomacia Naval pelos EUA na costa oeste africana, em prol da interoperabilidade

e do combate a ilícitos no mar, como tráfico humano e de drogas, pirataria, pesca ilegal e crimes ambientais:

– o *Foreign Humanitarian Assistance* (FMA) oferece treinamento e suporte para enfrentamento a desastres naturais e crises humanitárias, combate a doenças endêmicas e resposta a pandemias (EUA, 2021m);

– o *International Military Education Training* (IMET) provê ensino profissional, formação de líderes, disseminação dos valores democráticos e fortalece a interoperabilidade e capacidade de operar conjuntamente (EUA, 2021i);

– o *Foreign Military Finance* (FMF) oferece assistência para aquisição de equipamentos militares e obtenção de treinamentos, por meio de fundos não reembolsáveis ou empréstimos diretos (EUA, 2021j);

– o *African Partnership Station* (APS) é o principal programa de cooperação para segurança marítima, que congrega parceiros internacionais, organizações governamentais e não governamentais para construção da capacidade dos países africanos de manterem, por conta própria, a segurança de águas interiores, águas territoriais e Zonas Econômicas Exclusivas. As atividades programadas são baseadas em cinco pilares: desenvolvimento da consciência situacional marítima, formação profissional, estabelecimento de uma infraestrutura marítima, desenvolvimento da integração regional e desenvolvimento da capacidade de resposta (EUA, 2021k); e

– o *African Maritime Law Enforcement Partnership* (AMLEP) é a parte operacional do APS, destinado à construção de capacidades para o combate aos ilícitos no mar, como tráfico de drogas, crimes ambientais e pesca ilegal, incluindo procedimentos de abordagem, inspeção e apresamento de navios e embarcações (EUA, 2021l);

Como parte do programa FMA, em setembro de 2014, a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA participaram da operação *Unified Assistance*, destinada ao combate ao surto de Ebola na Libéria, instalando dois laboratórios móveis, com o apoio do Batalhão Naval de Construções Móveis e do Centro Naval de Pesquisas Médicas. Todo material foi transportado por aeronaves M-22 do Corpo de Fuzileiros Navais (EUA, 2020a).

O programa IMET, além de financiar treinamento para os países africanos, concede bolsas de estudo para cursos nas escolas de nível superior da Marinha dos EUA, como o *Naval*

*Postgraduate School*, que recebeu alunos a África do Sul<sup>31</sup>, Angola<sup>32</sup>, Nigéria e Serra Leoa<sup>33</sup> (EUA, 2021n).

Em 2020, formaram-se no *Naval War College* alunos da África do Sul, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo (EUA, 2021o).

Em dezembro de 2020, militares de Gana, Serra Leoa e Togo participaram do curso de pequenas embarcações e treinamento técnico – *U.S. Navy's Naval Small Craft Instruction and Technical Training School* – em *Pearl River*, no Mississippi (EUA, 2020c).

Uma derivação do programa IMET, chamado de *Expanded International Military Education Training (Expanded IMET)*, provê treinamento para militares e civis em gerenciamento e administração de organizações militares e orçamento; valorização dos valores democráticos e do controle civil sobre os militares; criação e manutenção de Sistema de Justiça Militar e Códigos de Conduta em conformidade com normas de direitos humanos internacionais (EUA, 2021p).

Por meio do programa FMF, os EUA doaram lanchas-patrolha para a Marinha do Senegal (EUA, 2015b), dois Navios-Patrolha Oceânicos e quatro Navios-Balizadores para a Marinha da Nigéria (GLOBAL SECURITY, 2020) e Lanchas-Patrolha para a Guarda Costeira de Cabo Verde (EUA, 2018a).

Em 2020, a Nigéria recebeu dos EUA sensores, radares, sistemas de comunicação e câmeras de imagem térmica para complementar seu sistema de vigilância marítima para combate à pirataria e ilícitos no mar, nominado *Regional Maritime Awareness Capability - RMAC* (EUA, 2020d).

Dentro do programa AMLEP, duas operações se destacam na costa oeste africana:

– a operação *Junction Rain*, com propósito de prover treinamento para o combate a ilícitos no mar, com foco na pesca ilegal, sendo conduzida com o apoio da Guarda Costeira dos EUA (EUA, 2020b); e

– a operação *Obangame Express*, maior exercício multinacional na costa oeste africana, voltado a incentivar a cooperação internacional para o compartilhamento de informações, procedimentos de busca e salvamento, e ações de interdição marítima para combate a ilícitos no mar (EUA, 2021b). *Obangame* significa “estar junto”, na linguagem Fang, falada no sul de Camarões. Desde 2014, o exercício tem avaliado a implementação da

---

<sup>31</sup> 2017-2018 *Naval Postgraduate School - International Programs Catalog* (EUA, 2021n)

<sup>32</sup> 2018-2019 *Naval Postgraduate School - International Programs Catalog* (EUA, 2021n)

<sup>33</sup> 2020-2021 *Naval Postgraduate School - International Programs Catalog* (EUA, 2021n)

Estratégia Marítima adotada após o estabelecimento do Código de Conduta de Yaoundé, permitindo o teste dos diversos Centros de Operação regionais e nacionais (EZEOPA, 2016).

A realização de treinamentos simultâneos nas diversas áreas costeiras dos países que aderiram ao Código de Conduta de Yaoundé representa uma característica diferencial da *Obangame Express*, por oferecer a possibilidade de desenvolvimento da interoperabilidade entre os participantes e o aperfeiçoamento dos procedimentos de coordenação do exercício nos níveis estratégico e operacional, a partir do Centro de Controle Inter-regional (ICC, na sua sigla em inglês), em Yaoundé, Camarões, que integra informações provenientes dos Centros de Operações Marítimas distribuídos pelos países da costa oeste africana (STEFFEN, 2015).

No tocante ao desenvolvimento da consciência situacional marítima, os EUA, assim como o Brasil, fornecem informações de tráfego marítimo à plataforma de Comando e Controle “*Yaoundé Architecture Regional Information System- YARIS*”, que entrou em funcionamento no ICC e em Centros de Operações regionais em 2020. O sistema YARIS permite gerenciar dados de sensores distribuídos pela costa ocidental africana e de sistemas de monitoração de tráfego marítimo, além de dispor de programas de apoio à decisão e planejamento de operações (DEMEZ, 2020).

Desde seu lançamento, em 2011, o exercício anual *Obangame Express* só não foi realizado em 2020, em decorrência das restrições impostas pela pandemia COVID-19. Em 2021, ocorreu em sua décima edição, com 32 países participantes, incluindo os seguintes não africanos: Brasil, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Países Baixos e Portugal (EUA, 2021b).

Till (2018) ressalta que as ações de presença, no exercício da Diplomacia Naval, estão associadas diretamente ao interesse em uma determinada região e podem ser realizadas de forma contínua, ou por meio de um programa de comissões mais longas, chamadas de *deployment*, obedecendo a uma rotina mensal ou anual, ou quando possível. Um aspecto importante a ser considerado é a composição da Força a ser destacada, que deve formar um conjunto de capacidades adequadas ao cumprimento das tarefas previstas para se atingir os objetivos estabelecidos.

O emprego de navios na costa ocidental da África, em comissões mais longas, facilita a coordenação do AFRICOM na execução dos exercícios e operações baseadas em seus programas. Em 2019, por exemplo, foram realizados dois *deployments* na região:

O primeiro, com duração de três meses, foi conduzido pelo navio da Guarda-Costeira (USCG) THETIS, que participou do *Obangame Express 2019*, sediado pela Nigéria, seguido de um exercício com as Marinhas do Brasil e de Portugal e a Guarda-Costeira de São

Tomé e Príncipe e, logo após, juntou-se à Operação *Junction Rain 2019*, com a Marinha da Nigéria e a Guarda-Costeira de Cabo Verde (EUA, 2019).

O segundo, com duração de seis semanas, foi conduzido pelo Navio Expedicionário Rápido de Transporte USNS CARSON CITY, que realizou uma ação de presença na costa oeste africana, visitando Cabo Verde, Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Senegal. Durante a comissão, o navio realizou treinamentos de manutenção de embarcações, procedimentos de abordagem, assistência médica e cívico-social (SPAZIANO, 2019).

A interação dos EUA com os Estados integrantes da SADC<sup>34</sup> na costa ocidental da África precisa ser analisada com mais detalhes, em razão da multiplicidade de interesses na região e da participação simultânea de Angola e República Democrática do Congo na ECCAS.

Enquanto ECCAS desenvolve sua estratégia marítima integrada à ECOWAS e à Comissão do Golfo da Guiné (CAMARÕES, 2013) com influência da liderança da Nigéria, a estratégia marítima da SADC, revisada em 2019 (WALKER, 2020), é desenvolvida sob a liderança da África do Sul e tem como prioridades a erradicação da pirataria na costa da Somália, a segurança marítima e a segurança de rios e lagos dos seus Estados-Membros (BLAINE; NEL, 2019).

Walker (2020) aponta a fraca interação no Oceano Atlântico entre os membros da SADC, decorrente da República Democrática do Congo, Namíbia e Angola não solicitarem apoio à África do Sul para patrulhamento de suas áreas de responsabilidade.

Segundo Walker (2018), a principal interação entre as Marinhas de Angola, Namíbia e África do Sul ocorre no combate à pesca ilegal e à poluição ambiental, sob o protocolo estabelecido na Comissão da Corrente de Benguela, firmado entre esses três países para preservação dos ricos recursos vivos trazidos pela referida corrente marinha, dos quais as comunidades costeiras dependem economicamente.

Em que pese a África do Sul ser um país bioceânico, seu Livro Branco de Política Externa de 2011 estabelece o Oceano Índico como prioritário no tocante à segurança marítima (AFRICA DO SUL, 2011). Em conformidade com essa orientação, as atividades da Marinha da África do Sul concentram-se, majoritariamente, no combate à pirataria no canal de Moçambique (WALKER, 2018) e na participação no exercício *Cutlass Express*, organizado pelo AFRICOM para treinamento de combate a ilícitos no mar da costa leste da África (FONSECA, 2016).

---

<sup>34</sup> Angola, República Democrática do Congo, Namíbia e África do Sul.

O envio de meios navais da África do Sul para exercícios no Oceano Atlântico, ao norte dos limites da SADC, passou a ser cuidadosamente considerado após a repercussão do envio do navio SAS *Drakensberg* para exercícios no Golfo da Guiné, em 2011, durante uma grave crise política na Costa do Marfim (WALKER, 2018). Apesar das explicações prestadas pelo governo da África do Sul de que o navio era de apoio logístico e estava realizando treinamentos para formação de jovens oficiais, a ação foi vista como ameaça à estabilidade da região e projeção de poder da África do Sul fora da sua área de influência (OVUAKPORIE, 2011).

As interações bilaterais desenvolvidas por meio de visitas de navios militares aos portos dos Estados integrantes da SADC reforçam os laços de cooperação e a influência dos EUA na região. Em 2012, o navio USS *High Speed Vessel* SWIFT fez uma escala em Walvis Bay, na Namíbia (EUA, 2012b), e, em 2021, o navio de apoio anfíbio USS HERSHEL "WOODY" WILLIAMS atracou em Cape Town, na África do Sul (NTSEKU, 2021).

Observa-se, portanto, que, em relação à costa oeste africana, as principais ações de Diplomacia Naval dos EUA estão concentradas na área marítima do Golfo da Guiné e as interações com as Marinhas dos Estados integrantes da SADC ocorrem esporadicamente. O exercício *Obangame Express*, principal iniciativa dos EUA voltada à segurança marítima na região, apesar de não ser desenvolvido ao Sul de Angola, conta com a participação da Namíbia e, eventualmente, da África do Sul, como ocorrido em 2016 (EUA, 2016).

Em decorrência das limitadas ações de Diplomacia Naval com Angola, Namíbia e África do Sul, a influência dos EUA sobre suas Marinhas é menor quando comparada com os demais países do Golfo da Guiné.

### **3.4 Reflexos para a Segurança Marítima da Costa Ocidental da África**

Apesar de todas as iniciativas de cooperação internacional, o Golfo da Guiné ainda permanece como uma região vulnerável a um complexo espectro de ameaças. Em que pese a redução de 22% no número de incidentes de pirataria e roubo armado em 2020 (EUA, 2021a), o Golfo da Guiné registrou, desde 2018, uma mudança no perfil de ataques aos navios, caracterizado pelo aumento da violência e do sequestro de tripulantes com pedidos de resgate, representando 95% dos casos registrados no mundo (ICC, 2021).

Segundo Ezeoba (2016), alguns fatores que contribuem para este quadro incluem baixa consciência situacional do domínio marítimo, limitações de meios e recursos de Marinhas

e Guarda-Costeira, fraca coordenação de resposta, sistemas judiciais fracos e baixa percepção política da relevância da Economia Azul para o desenvolvimento econômico.

Em 25 de janeiro de 2021, o Conselho da União Europeia lançou o Projeto Piloto de Conceito de Presença Coordenada Marítima para o Golfo da Guiné, que institui a Célula de Cooperação de Área Marítima de Interesse e prevê o envio voluntário de meios navais à região, para cooperação com as marinhas locais (UNIÃO EUROPEIA, 2021).

Em 10 de fevereiro de 2021, o secretário-geral da Organização Marítima Internacional (IMO, na sua sigla em inglês) emitiu a circular nº 4342, expressando sua preocupação com o a escalada da violência no Golfo da Guiné e concitou os Estados-Membros a desenvolverem ações coordenadas para combate aos ataques a navios mercantes (IMO, 2021).

Outra ameaça permanente na região, apesar dos esforços para combatê-la, é o tráfico de drogas proveniente da América do Sul, que utiliza a África como entreposto para envio à Europa. Em 2019, foram interceptadas 14,4 toneladas (t) de cocaína: em Guiné-Bissau (3 t), Cabo Verde (9,5 t) e Senegal (1,9 t) (OKAFOR-YARWOOD; PINGEON, 2020).

A pesca ilegal, não regulamentada ou não informada tem afetado toda a região, com maiores prejuízos para Serra Leoa, estimados em US\$ 10 milhões por ano, e para Gana, estimados em US\$ 50 milhões por ano (OKAFOR-YARWOOD; PINGEON, 2020).

Em seu pronunciamento ao Congresso dos EUA, em 2021, o Comandante do AFRICOM reconheceu que a realização do Exercício *Obangame Express* uma vez ao ano é insuficiente para conter a pirataria no Golfo da Guiné, que está se tornando mais frequente e agressiva, causando riscos ao comércio internacional e ameaçando a segurança marítima. Apontou, ainda, como possível medida a ser adotada, a formação de uma Força-Tarefa Multinacional, à semelhança do que foi realizado para o Golfo de Áden (EUA, 2021v).

Em abril de 2021, durante uma conferência virtual, o presidente da Nigéria, Muhammadu Buhari, sugeriu ao secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, que os EUA deveriam transferir as instalações do AFRICOM, de Stuttgart (Alemanha) para a África, a fim de aproximá-lo do Teatro Operacional, sem indicar, entretanto, que a Nigéria estaria disponível para sediar o referido Comando (AYITOGO, 2021).

Em razão da multiplicidade de ameaças à segurança marítima na região, como a pirataria, pesca ilegal, roubo no mar, tráfico de pessoas, animais e drogas, faz-se necessário o fortalecimento da cooperação interagência para o compartilhamento de informações de inteligência e para o desenvolvimento da capacidade de estabelecer a consciência situacional marítima (OKAFOR-YARWOOD; PINGEON, 2020).

A exemplo do que ocorreu no Golfo de Áden, a redução dos problemas relacionados à segurança marítima da costa oeste da África exige uma ação de presença contínua de Forças Navais, bem como do fortalecimento das capacidades das Marinhas locais, tanto em equipamentos quanto em treinamento.

Os esforços em desenvolver economicamente a região têm reflexos positivos na criação de oportunidades para os jovens afastarem-se das atividades ilícitas, bem como os investimentos nos valores democráticos e na boa governança fortalecem as instituições dos países africanos, que são imprescindíveis para responsabilização de infratores, uma vez que muitas das ameaças à segurança marítima são decorrentes do transbordamento de problemas em terra, sobre os quais os Estados costeiros não conseguem impor suas leis.

Entretanto, a importância estabelecida na Estratégia Nacional de Defesa dos EUA para as regiões Indo-Pacífico, Europa e Oriente Médio (EUA, 2018c) e a necessidade de distribuição de meios navais para manutenção da projeção de poder global, faz com que as atividades relacionadas à segurança marítima na costa ocidental da África sejam colocadas em baixa prioridade, em especial nas áreas ao sul do Golfo da Guiné, abrindo espaço para que um outro importante ator no cenário internacional, a China, estabeleça sua influência geopolítica na região, fato que será explorado no capítulo seguinte.

## **4. INTERESSES GEOPOLÍTICOS DA CHINA NA COSTA OESTE AFRICANA**

Este capítulo tem como propósito analisar os interesses políticos, estratégicos e econômicos da China na costa oeste africana e os reflexos do emprego da Diplomacia Naval para a segurança marítima da região.

### **4.1 Interesses Políticos e Estratégicos**

O Governo da República Popular da China (RPC), segunda maior potência econômica do planeta, posiciona politicamente seu país como alternativa ao modelo ocidental para os países em desenvolvimento, enfatizando a necessidade de democratização das relações internacionais, segundo os princípios da soberania, não agressão, não interferência em assuntos internos, coexistência pacífica e benefício mútuo (XU, 2018).

De acordo com Youfa (2011), a China e a África possuem uma longa história de relacionamento e compartilham um passado comum, caracterizado pela necessidade de superação dos malefícios causados pela exploração colonial, pelo enfrentamento da pobreza e do atraso, bem como pela busca pelo crescimento econômico e inserção no mercado internacional.

A força diplomática dessa relação ficou evidente na aprovação da resolução 2758, de 1972, da Assembleia Geral das Nações Unidas, reconhecendo a República Popular da China como única representante legítima junto à ONU, em que 26 dos 76 Estados que votaram a favor eram africanos, o que levou o presidente Mao Tsé-Tung a declarar que a China foi carregada para dentro das Nações Unidas pelos amigos da África (YOUFA, 2011).

O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC, na sua sigla em inglês), iniciado em outubro de 2000, em Pequim, foi o primeiro encontro oficial que institucionalizou os laços sino-africanos (TAYLOR, 2011).

A conferência, liderada pelo presidente Jiang Zemin, foi atendida por 80 ministros da China e 44 Estados africanos, além de representantes de 17 organizações regionais e internacionais, e mostrou-se uma plataforma prática e efetiva de diálogo coletivo, consulta e coordenação, passando a ser realizada a cada três anos (FOCAC, 2021). Segundo Taylor (2011),

oito países africanos que ainda mantinham relações diplomáticas com Taiwan<sup>35</sup> foram convidados, mas somente a Libéria e Malawi enviaram representantes.

Ao final da FOCAC 2000, o governo chinês anunciou a adoção do Programa de Cooperação China-África para Desenvolvimento Econômico e Social, o perdão de dívidas dos países mais pobres<sup>36</sup>, e o estabelecimento de um fundo de investimento para desenvolvimento humano na África (CHINA, 2013).

Em outubro de 2003, dois meses antes da segunda FOCAC, a Libéria rompeu os laços diplomáticos com Taiwan, passando a reconhecer apenas a República Popular da China (GRAY, 2019).

A FOCAC 2003, realizada em dezembro, contou com a presença de 70 ministros da China e de 44 Estados africanos (CHINA, 2013). As tratativas realizadas culminaram na aprovação do Plano de Ação Addis Abeba, que anunciou o estabelecimento de um programa de profissionalização para mais de 10.000 africanos em várias áreas, o compromisso de exploração e utilização sustentável de recursos naturais; e o fortalecimento da cooperação nas áreas de segurança, agricultura, saúde, infraestrutura e turismo (CHINA, 2004a).

Em paralelo com a FOCAC 2003, no mesmo local, foi realizada a primeira Conferência de Negócios China-África, que contou com a presença de 500 empreendedores de ambos os lados e resultou na assinatura de 21 acordos de cooperação no valor total de US\$ 1 bilhão (CHINA, 2004b).

Segundo Zhao (2015), a África abriu oportunidades de comércio e investimentos para empresas e empreendimentos que estavam disputando o mercado interno na China e eram fracos ainda para competir no mercado internacional. As vantagens comparativas com as indústrias dos países menos desenvolvidos e os incentivos proporcionados pelo governo chinês viabilizaram sua instalação, permanência e expansão no continente africano.

A importância atribuída, durante FOCAC, à intensificação das visitas e consultas de alto nível, bem como as iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano, como programas de treinamentos, concessão de bolsas de estudo e intercâmbio de alunos e professores em instituições de ensino (CHINA, 2004a) revelam, segundo Benabdallah (2020), que grande parte da política externa e da influência internacional da China está centrada na formação de capital

---

<sup>35</sup> Burkina Faso, Chade, Gâmbia, Libéria, Malawi, São Tomé e Príncipe, Senegal e Eswatini (NDZENDZE, 2020).

<sup>36</sup> Nos três anos seguintes, o governo chinês cancelou 156 dívidas de 31 países africanos, no valor total de 10,5 bilhões de Yuan (CHINA, 2004a), cumprindo o compromisso estabelecido na FOCAC 2000.

social<sup>37</sup>, por meio da expansão de redes de contatos, construção de fortes relações interpessoais e ampliação de círculos de relacionamento.

Por meio da observação dos princípios de equidade e respeito mútuo, a China constrói a noção, junto aos países africanos, de que suas intenções estão mais voltadas à construção de relacionamentos de longo prazo, do que à simples busca por recursos naturais, permitindo à África negociar com a China em igualdade de condições, sem condicionantes políticas normalmente impostas pelas potências econômicas ocidentais, e com foco no desenvolvimento de uma agenda prática e realista, a partir de objetivos atingíveis (SHELTON; PARUK, 2008).

Entre 2000 e 2003, o comércio entre a África e a China aumentou 400%, porém com balança comercial fortemente a favor da China, levando o governo chinês a estabelecer uma política de eliminação da taxa de importação para commodities selecionadas<sup>38</sup> e estímulo ao investimento de empresas chinesas em infraestrutura nos países africanos (TAYLOR, 2011).

Segundo Taylor (2011), após a ocupação militar dos EUA no Iraque, em 2003, o governo chinês, temeroso das consequências geopolíticas, como um possível controle dos EUA sobre o fornecimento de petróleo no Oriente Médio<sup>39</sup> e instabilidades na região, passou a considerar novas fontes de suprimento para garantir sua segurança energética, especialmente na África, por considerá-la menos suscetível à influência estadunidense.

Em 2005, o Senegal rompeu os laços com Taiwan e estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China, seguido pelo Chade, no ano seguinte (NDZENDZE, 2020).

Em 2006, sob a presidência de Hu Jintao, o governo chinês publicou a Política da China para a África, que definiu as prioridades de cooperação nas áreas política, econômica e social; enalteceu os Estados que cortaram relações diplomáticas com Taiwan, em sinal de reconhecimento ao princípio de uma China única; e, ao mesmo tempo em que reforçou a importância da União Africana e das organizações econômicas regionais, apresentou a intenção de ampliar o relacionamento bilateral com os países africanos (CHINA, 2006a).

A Política da China para a África representou uma nova estratégia de cooperação, caracterizada pela igualdade política e confiança mútua, relacionamento benéfico para ambos

---

<sup>37</sup> Capital Social é um bem coletivo na forma de normas compartilhadas, valores, crenças, confiança, redes sociais, relacionamentos e instituições que facilitam cooperação e ações coletivas para benefícios mútuos (BHANDARI; YASUNOBU, 2009).

<sup>38</sup> O petróleo representava 70% das importações da China provenientes do continente africano (TAYLOR, 2011).

<sup>39</sup> Em 2003, 50,9 % da importação total de petróleo da China era proveniente do Oriente Médio e 24,3% da África, com destaque para Angola e Nigéria (LEUNG; LI; LOW, 2011).

os lados e intercâmbio cultural; posicionou a China como interlocutora junto à comunidade internacional para redução ou perdão de dívidas dos países mais pobres; e introduziu novos mecanismos de cooperação na área de segurança, como intercâmbios, desenvolvimento de tecnologia e compartilhamento de informações de inteligência (CHINA, 2006a).

A FOCAC 2006, realizada em Pequim, na China, contou com a participação do presidente Hu Jintao, 35 chefes de Estado e ministros de 48 Estados africanos<sup>40</sup> (CHINA, 2013). Dentre os pontos de cooperação estabelecidos durante a conferência, destacam-se (CHINA, 2006b):

- estabelecimento de contatos entre o Congresso Popular Nacional da China e os parlamentos dos Estados africanos;
  - criação de cidades/províncias irmãs em ambas as partes para promover o desenvolvimento e a troca de experiências administrativas;
  - fortalecimento das relações consulares e do apoio judicial para lidar com os problemas decorrentes do aumento do comércio e de emigrantes da China;
  - intensificação do apoio técnico e tecnológico para desenvolvimento da agricultura;
  - disponibilização de US\$ 5 bilhões no Fundo de Desenvolvimento China-África, para financiamento de projetos de empresas chinesas no continente africano;
  - disponibilização de US\$ 3 bilhões para empréstimos de longo prazo, com baixas taxas, e de US\$ 2 bilhões para crédito a importadores de produtos chineses;
  - cancelamento de dívidas dos países mais pobres;
  - ampliação da isenção de taxa de importação de 190 para 400 itens oriundos dos países africanos;
  - estabelecimento de três a cinco Zonas de Cooperação Econômica na África;
  - ampliação de treinamentos profissionais para 15.000 africanos;
  - ampliação dos investimentos em comunicações, transportes aéreos e marítimos;
- e
- incentivo ao intercâmbio de grupos ligados à imprensa e à mídia.

Após a FOCAC 2006, as visitas entre ministros e chefes de Estado da China e dos Estados africanos se intensificaram e, em 2007, um mecanismo regular de diálogo político entre ministros de Relações Exteriores foi estabelecido (TAYLOR, 2011).

A FOCAC tornou-se o pilar central para o avanço do relacionamento China-África, provendo um mecanismo regular de interação diplomática, que facilita o desenvolvimento de

---

<sup>40</sup> Em dezembro de 2006, Burkina Faso, Gâmbia, Malawi, São Tomé e Príncipe e Eswatini ainda mantinham laços diplomáticos com Taiwan (NDZENDZE, 2020).

uma agenda política e econômica comum, a solução de problemas e a expansão comercial. A cada conferência, o governo chinês cancela dívidas, facilita e amplia o acesso aos mercados e oferece um conjunto amplo de oportunidades para a construção de uma interação positiva, de benefício mútuo. Representa, portanto, o emprego do *soft power* pelo governo chinês (SHELTON; PARUK, 2008).

Em um artigo publicado no jornal Financial Times, em 2008, logo após a realização da cúpula dos oito países mais ricos e influentes do mundo - G8<sup>41</sup>, em Heiligendamm, na Alemanha, o então presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, declarou:

Descobri que um contrato que levaria cinco anos para ser discutido, negociado e assinado com o Banco Mundial leva três meses quando negociamos com as autoridades chinesas. Acredito piamente na boa governança e no Estado de Direito, mas quando a burocracia e entraves sem sentido impedem nossa capacidade de agir, e quando a pobreza persiste, enquanto os funcionários internacionais se arrastam, os líderes africanos têm a obrigação de optar por soluções mais rápidas (WADE, 2008, p. 2)<sup>42</sup>.

Em 2008, como parte da intenção do governo chinês em expandir seu relacionamento multilateral e valorizar a participação da União Africana na mediação de conflitos e promoção da paz, a China e a União Africana estabeleceram um mecanismo de diálogo estratégico, com foco em assuntos relacionados à segurança no continente africano e problemas globais (CHINA, 2008). No mesmo ano, a política de uma China única atraiu Malawi, que cortou relações com Taiwan (NDZENDZE, 2020).

Entre 2004 e 2009, o presidente Hu Jintao realizou quatro viagens oficiais aos Estados da costa ocidental da África. A visita ao Gabão, em 2004, foi a primeira de um chefe de Estado da China ao continente africano em três décadas (CHINA, 2004c). Em seguida, visitou a Nigéria, em 2006 (CHINA, 2006c), África do Sul, Camarões, Libéria e Namíbia, em 2007 (CHINA, 2007) e Senegal, em 2009 (CHINA, 2009b).

A partir de 2009, a China se tornou o maior parceiro comercial da África, superando as potências econômicas ocidentais, e o destino mais procurado pelos estudantes africanos para obter graduação universitária fora de seus países (BENABDALLAH, 2020). O volume de

---

<sup>41</sup> Em 2014, o G8 foi reduzido para G7 novamente, após a suspensão da Rússia, em retaliação à invasão e anexação da Crimeia, por violar os princípios do Sistema Internacional. A Rússia permaneceu como membro do grupo de 1998 a 2014 (ACOSTA, 2014).

<sup>42</sup> *I have found that a contract that would take five years to discuss, negotiate and sign with the World Bank takes three months when we have dealt with Chinese authorities. I am a firm believer in good governance and the rule of law. But when bureaucracy and senseless red tape impede our ability to act – and when poverty persists while international functionaries drag their feet – African leaders have an obligation to opt for swifter solutions* (WADE, 2008, p. 2).

comércio entre os dois lados excedeu US\$ 100 bilhões, com a balança comercial levemente favorável aos países africanos (TAYLOR, 2011).

A FOCAC 2009, realizada em Sharm el-Sheikh, no Egito, caracterizou-se como uma conferência ministerial entre a China e 49 Estados africanos. Durante o encontro, foram ressaltados o cumprimento de todos os compromissos assumidos na FOCAC 2006, a participação da China no combate à pirataria no Golfo de Áden e a necessidade de reforçar a representação de Estados africanos em mecanismos econômicos internacionais, na busca de soluções para os efeitos da crise financeira mundial estabelecida em 2008 (FOCAC, 2009).

O Plano de Ação Sharm el-Sheikh, decorrente da FOCAC 2009, estabeleceu oito pontos principais de cooperação: suporte a projetos de energia limpa para enfrentamento do aquecimento global; ampliação da parceria em Ciência e Tecnologia; disponibilização de US\$ 10 bilhões em empréstimos para financiamento de projetos de infraestrutura e US\$ 1 bilhão para pequenos e médios empresários africanos; ampliação da taxa zero de importação para 95% dos produtos provenientes dos países mais pobres; ampliação da parceria em agricultura; fornecimento de material e capacitação de profissionais da saúde para combate à malária; construção de 50 escolas e treinamento de 1.500 professores; e ampliação de intercâmbio cultural (CHINA, 2009a).

A FOCAC 2012 foi realizada em Pequim, na China, e contou com a presença do presidente Hu Jintao, do secretário-geral das Nações Unidas Ban Ki-moon e de ministros de 50 Estados africanos<sup>43</sup> (CHINA, 2013).

Durante o encontro, o governo chinês se comprometeu a construir um Centro de Conferências e provisionar 600 milhões de Yuan (cerca de US\$ 95 milhões<sup>44</sup>) em três anos para a União Africana, além de lançar a Iniciativa de Parceria China-África para a Paz e Segurança, destinada a prover capacitação, financiamento, apoio técnico e treinamento para referida organização exercer suas atividades de prevenção e solução de conflitos e manutenção da paz (CHINA, 2012).

O Plano de Ação 2013-2015 ampliou o conjunto de iniciativas de conferências anteriores, com destaque para a disponibilização de um crédito de US\$ 20 bilhões para investimento em infraestrutura, agricultura, manufatura e desenvolvimento de pequenas e médias empresas africanas; e o treinamento profissional de 30.000 africanos, bem como a

---

<sup>43</sup> Até julho de 2012, Burkina Faso, Gâmbia, São Tomé e Príncipe e Eswatini ainda mantinham laços diplomáticos com Taiwan (NDZENDZE, 2020).

<sup>44</sup> Conforme conversão média extraída de: <<https://www.exchangerates.org.uk/CNY-USD-spot-exchange-rates-history-2012.html>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

concessão de 18.000 bolsas de estudos (CHINA, 2012).

Durante anos, o governo chinês investiu no treinamento de jovens diplomatas dos países africanos, com o objetivo de gerar nas suas elites políticas e econômicas um melhor conhecimento da situação da China e de suas políticas, a fim de minimizar entendimentos equivocados e alimentar uma visão positiva sobre o país (ZHAO, 2015).

Em dezembro de 2015, a FOCAC 2015, sediada em Johannesburgo, África do Sul, contou com a participação do presidente Xi Jinping, chefes de Estados e ministros de 50 Estados africanos. Durante a conferência, a China enfatizou a instalação de uma Missão Diplomática na sede da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, e se comprometeu a disponibilizar US\$ 60 milhões para assistência militar, destinados à capacitação para enfrentamento de crises e prevenção de conflitos (CHINA, 2015a).

Os países africanos agradeceram a inclusão da África na Iniciativa da Rota da Seda Marítima do Século XXI<sup>45</sup> e o apoio da China no combate à pirataria e à pesca ilegal (CHINA, 2015a). Em 2015, o comércio entre a África e a China atingiu o maior volume dos últimos quinze anos, cerca de US\$ 203,2 bilhões (SAIS-CARI, 2021a).

O governo chinês anunciou, ainda, a disponibilização de US\$ 10 bilhões para financiamento do desenvolvimento da produção industrial e de US\$ 35 bilhões para empréstimos; a intenção de ampliar o Investimento Estrangeiro Direto<sup>46</sup> de US\$ 32 bilhões em 2014, para US\$ 100 bilhões até 2020, bem como o Fundo de Desenvolvimento China-África, de US\$ 5 bilhões para US\$ 10 bilhões, e o Fundo de Empréstimo Especial para Pequenas e Médias Empresas, de US\$ 1 bilhão para US\$ 6 bilhões (CHINA, 2015a).

Logo após a FOCAC 2015, a China apresentou a segunda Política para a África, que estabeleceu uma nova estratégia de cooperação, mais abrangente, consolidando e ampliando os compromissos estabelecidos nos diversos Fóruns de Cooperação, com o destaque para as seguintes iniciativas afetas ao ambiente marítimo (CHINA, 2015b):

- apoio aos países africanos para o desenvolvimento sustentável da Economia Azul, incluindo exploração de óleo e gás *offshore*, pesca industrial e seu processamento, construção e reforma de portos e transporte marítimo; e
- estreitamento de laços militares, por meio de intercâmbio tecnológico,

---

<sup>45</sup> A Rota da Seda Marítima do Século 21 foi lançada pelo presidente Xi Jinping, em 2013, para estabelecer conexões marítimas da China com o resto do mundo. Juntamente com a Nova Rota da Seda (conexões por terra) forma a Iniciativa do Cinturão e Rota (ZOU; WU; YE, 2020).

<sup>46</sup> O Investimento Estrangeiro Direto (IED) corresponde à movimentação de capitais internacionais com propósitos específicos de investimento, quando empresas ou indivíduos no exterior criam ou adquirem operações em outro país (BRASIL, 2021a).

treinamentos e exercícios conjuntos, e envio de navios para combate à pirataria no Golfo de Áden e na costa da Somália, além de apoio para garantir a navegação segura no Golfo da Guiné.

Em 2016, Gâmbia (CHINA, 2021a) e São Tomé e Príncipe (CHINA, 2016b) restabeleceram os laços diplomáticos com a China, sendo seguidos, em 2018, por Burkina Faso (CHINA, 2018b), após romperem o relacionamento com Taiwan, que passou a manter relações apenas com Eswatwi na África (NDZENDZE, 2020).

Desde que assumiu como secretário do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, em novembro de 2012, o presidente Xi Jinping visitou três vezes a África do Sul (2013, 2015 e 2018), além da República do Congo (2013) e Senegal (2018) (OQUBAY; LIN, 2019).

A FOCAC 2018 ocorreu em Pequim, em setembro do referido ano, e contou com a participação do presidente Xi Jinping, do presidente da Comissão da União Africana, além de 48 chefes de Estado (SHABAN, 2018) e ministros de 53 Estados africanos<sup>47</sup> (CHINA, 2018a).

No seu discurso de abertura, o presidente Xi Jinping destacou a cooperação entre 1,3 bilhão de chineses com mais de 1,2 bilhão de africanos na busca de um futuro comum, seguindo cinco princípios: não interferência nos países africanos na escolha do modelo de desenvolvimento que melhor atenda às suas necessidades; não interferência em assuntos internos; não imposição de vontades; não estabelecimento de condições políticas para assistência; e abstenção de ganhos políticos egoístas no investimento e financiamento cooperativo com a África (CHINA, 2018c).

Acrescentou, ainda, o compromisso de buscar uma maior representação dos países em desenvolvimento no sistema de governança global para que seus interesses fossem melhor representados e de fortalecer a sinergia Sul-Sul. Citando o ditado popular chinês “o oceano é vasto porque não rejeita nenhum rio”<sup>48</sup>, o presidente Xi Jinping caracterizou a China e a África como uma comunidade, com objetivo comum de aproximarem-se cada vez mais (CHINA, 2018c, p. 2, tradução nossa).

Durante os oito dias de duração da conferência, o presidente Xi Jinping atendeu a mais de setenta eventos bilaterais e multilaterais (FOCAC, 2020). O Plano de Ação (2019-2021) ressaltou a abertura de uma missão diplomática da União Africana em Pequim e a solicitação dos países africanos à China para aumentar seu apoio ao combate à pirataria no Golfo da Guiné e à proteção às linhas de comunicações marítimas. Estabeleceu, ainda, as seguintes iniciativas principais de cooperação (CHINA, 2018a):

- a) apoio para formulação das estratégias nacionais de desenvolvimento dos países

---

<sup>47</sup> Apenas Eswatini não atendeu ao Fórum, por manter relações diplomáticas com Taiwan (SHABAN, 2018).

<sup>48</sup> “*The ocean is vast because it rejects no rivers*” (CHINA, 2018c, p. 2)

africanos e aperfeiçoamento da governança estatal;

b) treinamento e introdução de tecnologias de ponta para produção agrícola e processamento de alimentos, em apoio à meta de garantir a segurança alimentar do continente até 2030;

c) utilização da Iniciativa do Cinturão e Rota para desenvolvimento industrial e de infraestrutura, com foco em energia, transporte, informação, telecomunicações, interligação de recursos hídricos entre fronteiras e conectividade;

d) disponibilização de US\$ 20 bilhões em crédito para projetos de desenvolvimento econômico, US\$ 15 bilhões para empréstimos, além do perdão de dívidas de países mais pobres;

e) passagem de cabos submarinos internacionais, instalação de redes de fibras ópticas, transferência de tecnologias emergentes como computação em nuvem, *Big Data*, inteligência artificial, comunicações móveis 5G, bem como aplicação de Tecnologia da Informação em portos;

f) fortalecimento da parceria em portos, por meio da construção de zonas econômicas marinhas, desenvolvimento de infraestruturas e parques industriais adjacentes, planejamento de indústrias marinhas e aplicação de tecnologias da informação;

g) apoio de capacitação para aplicação da lei no mar e proteção marítima, além da promoção de abordagens sustentáveis que sejam ambientalmente, socialmente e economicamente eficazes para desenvolvimento da Economia Azul;

h) disponibilização de 50.000 bolsas de estudo governamentais, 150 vagas para obtenção de mestrado e doutorado na China e treinamento profissional de 50.000 africanos; e

i) intercâmbio de informações de inteligência e apoio no combate a crimes transnacionais.

Por ocasião do aniversário de 20 anos de criação da FOCAC, em dezembro de 2020, o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, fez um balanço das últimas duas décadas de relacionamento, ressaltando o aumento em vinte vezes do comércio com o continente africano, que atingiu US\$ 208,7 bilhões, em 2019; a elevação em cem vezes dos investimentos diretos, que somaram US\$ 49,1 bilhões no mesmo ano; a concessão de cerca de 120.000 bolsas de estudo; a fundação de 61 institutos Confúcio; e o envio de mais de 21.000 médicos e enfermeiros, que atenderam cerca de 220 milhões de africanos (FOCAC, 2020).

A China é o maior provedor de tropas de paz entre todos os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e, até 2018, participou em sete missões na África, entre as quais na Costa do Marfim, Libéria e República Democrática do Congo (BENABDALLAH, 2020). Possui, ainda, embaixadas em todos os Estados da costa oeste Africana (CHINA, 2021c).

Portanto, a crescente influência política da China na costa Ocidental da África tem sua origem, em 2001, com a criação da FOCAC, e é decorrente das medidas de desenvolvimento social e econômico promovidas a partir da formação de uma rede de relacionamentos e de acordos estabelecidos em reuniões formais de alto nível, em que o governo chinês se apresenta como um modelo alternativo ao Ocidental, concedendo empréstimos com menos exigências de contrapartidas e realizando amplos investimentos em capital humano e em infraestruturas.

#### **4.2 Interesses Econômicos**

Nas últimas três décadas, a China sustentou um crescimento médio anual de cerca de 10% do PIB real, estimulado por reformas que destravaram o grande potencial do país, criando condições para aproximar-se rapidamente das maiores economias (WORLD BANK, 2019).

Entre 1978 e 2017, cerca de 44% da mão de obra rural deslocou-se para as cidades, exigindo maiores investimentos em infraestrutura e capacidade produtiva para assimilar esse movimento de urbanização (WORLD BANK, 2019).

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio em 2001 acelerou as reformas orientadas ao mercado, expandindo rapidamente o setor privado e o crescimento da produção, sendo, hoje, o maior exportador mundial (WORLD BANK, 2019).

Entre 1978 e 2019, a China retirou cerca de 765 milhões de pessoas da pobreza, conforme o padrão oficial de 2010, que corresponde ao recebimento de US\$ 2,30 por dia, equivalente ao Poder de Paridade de Compra em 2011 (WORLD BANK, 2021b).

Por mais de 35 anos, a China tem experimentado uma ambiciosa e sólida transformação socioeconômica, associada a um progresso pragmático de desenvolvimento humano e econômico, que tem inspirado muitos chefes de Estado de países africanos a copiarem esse modelo (LISIMBA, 2020).

Com o rápido crescimento econômico, a China passou a requerer o suprimento constante de expressivas quantidades de óleo, gás e matérias-primas, como madeira, cobre, níquel, cobalto e bauxita, abundantes na África, que além de fonte estratégica de recursos, tornou-se um importante mercado consumidor de produtos chineses (ZHAO, 2015).

De acordo com o GRAF. 3 – “Comércio entre EUA e África x Comércio entre China e África”, constante no ANEXO A, o comércio entre a China e África cresceu de US\$ 12 bilhões

em 2002, para US\$ 192 bilhões em 2019 (SAIS-CARI, 2021a), mais do triplo do volume do comércio entre a África e os EUA em 2019 (US\$ 57 bilhões) (EUA, 2021f).

A China é o principal parceiro comercial bilateral da África e o principal provedor de capital em forma de empréstimos comerciais e Investimento Direto Estrangeiro, direcionados, ao longo das últimas duas décadas, para transporte, energia, extrativismo e telecomunicações, sendo que os países com maiores recursos naturais têm sido os mais beneficiados, como África do Sul, Angola, Nigéria e República Democrática do Congo (EIU, 2021).

Em 2020, apesar da crise mundial provocada pela pandemia COVID-19, a China foi a única grande economia que registou crescimento positivo do PIB, cerca de 2,3% (WORLD BANK, 2021c). Para 2021, é esperado um crescimento de 8,5%, caso o ritmo de controle da pandemia se mantenha, reduzindo para 5,4%, em 2022 (WORLD BANK, 2021b).

O fornecimento de vacinas e de materiais de saúde e proteção para os países africanos combaterem a pandemia COVID-19, bem como a suspensão do pagamento de dívidas e a interlocução com os países do Grupo dos Vinte (G20)<sup>49</sup> para concessão de alívio financeiro, reforçaram o comprometimento da China com seus parceiros diplomáticos na África, em alinhamento com a necessidade de proteger seus interesses comerciais no referido continente (EIU, 2021).

De acordo com o Anuário Estatístico da China 2020, o principal parceiro comercial da China, em 2019, foi a África do Sul, seguida de Angola, Nigéria e Gana (CHINA, 2020a). Comparando os dados da TAB. 1 – “Comércio entre os EUA e os Estados da Costa oeste africana em 2019”, com os da TAB. 2 – “Comércio entre a China e os Estados da costa oeste africana em 2019”, constantes no ANEXO B, o comércio entre a China com os Estados da costa ocidental da África (US\$ 138 bilhões) foi cerca de cinco vezes superior ao realizado entre eles e os EUA (US\$ 28,8 bilhões).

Enquanto a Nigéria é o maior importador dos produtos chineses<sup>50</sup>, a África do Sul e Angola são os maiores exportadores de produtos para China (CHINA, 2020a). Segundo Xu (2018), Angola é a fornecedora de petróleo para o país asiático de maior sucesso no continente africano, sendo sua quarta maior provedora mundial, cerca de 9,8% de todo volume importado

---

<sup>49</sup> O Grupo dos Vinte (G20) foi criado em 1999 e possui como membros permanentes: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, EUA, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e o bloco da União Europeia (BRASIL, 2021b).

<sup>50</sup> Em 2019, o valor total das importações de produtos chineses pela Nigéria foi seis vezes superior ao das exportações (CHINA, 2020a).

pela China, ficando atrás apenas de Arábia Saudita (17,4%), Rússia (16,5%) e Iraque (10,3%) (OEC, 2021).

De acordo com dados do *United Nations Commodity Trade Statistics Database* (UN COMTRADE), as exportações da África do Sul para a China, em 2019, representaram 10,73% de todo o volume de exportação do país (WORLD BANK, 2021d). Entre os principais produtos exportados, destacam-se o ouro, minérios de ferro e manganês, além da platina (OEC, 2021), utilizada na produção de fertilizantes, catalisadores de automóveis e produtos eletrônicos, da qual o país possui liderança mundial de produção (EUA, 2020e).

No mesmo período, a Nigéria exportou para a China 3,1% do seu comércio exterior, em sua maior parte petróleo e derivados (92%); e Gana exportou 16,8%, com destaque para petróleo e derivados (84,6%), minerais (9,8%) e produtos alimentícios (4,6%) (WORLD BANK, 2021d).

Segundo Xu (2018), os campos petrolíferos da Nigéria com óleos de boa qualidade e reservas seguras estão dominados por empresas ocidentais, restando à China, como entrante atrasada, investir em áreas de maior risco ainda disponíveis.

Entretanto, os interesses chineses na Nigéria vão além do petróleo, dada a relevância do seu mercado doméstico, uma vez que é o país africano mais populoso do continente, bem como sua liderança na costa oeste da África e seu destaque no cenário internacional. A Nigéria, em contrapartida, precisa dos investimentos, tecnologias e assistência da China para alavancar o crescimento de sua economia (XU, 2018).

Em 2020, o Produto Interno Bruto da Nigéria foi o maior da África, cerca de US\$ 432,3 bilhões, seguido da África do Sul, com cerca de US\$ 301,9 bilhões (WORLD BANK, 2021e).

A China, em 2019, foi o maior importador de produtos da Namíbia (24%) e da República do Congo (59,8%), e o segundo maior da República Democrática do Congo (26,6%) (WORLD BANK, 2021d).

Entre os principais produtos exportados pela Namíbia à China, destacam-se o cobre (47%) e o urânio (27,4%), e pela República do Congo, o petróleo cru (92,6%) (OEC, 2021). O comércio com a República Democrática do Congo destaca-se, ainda, pelo fornecimento de cobalto<sup>51</sup>, elemento crítico para produção de baterias e equipamentos resistentes a alta temperaturas, como turbinas de avião (EUA, 2020e).

---

<sup>51</sup> Cerca de 70% da produção mundial de cobalto provém da República Democrática do Congo (TODD, 2019).

Os empréstimos concedidos pela China representam 21% da dívida externa dos países africanos e 30% dos pagamentos previstos para 2021. Entre 2000 e 2019, o governo chinês reestruturou 16 casos de dívidas, que somaram US\$ 7,5 bilhões, e cancelou o pagamento atrasado de 94 empréstimos sem juros, no valor de cerca de US\$ 3,4 bilhões (ACKER *et al.*, 2021).

Na costa ocidental da África, Angola é o maior devedor da China, em torno de US\$ 42,6 bilhões, seguido da Nigéria – US\$ 6,7 bilhões, Camarões – US\$ 6,2 bilhões e República do Congo – US\$ 5,4 bilhões (SAIS-CARI, 2021b).

Dentro da Iniciativa do Cinturão e Rota<sup>52</sup>, a China tem promovido o financiamento de um amplo projeto de desenvolvimento de portos no continente africano, a utilização de empresas logísticas chinesas para sua operação e a ampliação da conectividade, por meio de investimentos em infraestrutura (EIU, 2021).

Na África Ocidental, empresas chinesas operam sete instalações e gerenciam a construção, ampliação ou modernização de 22 portos, com destaque para: Cabinda, Caio e Lobito, em Angola; Kribi e Douala, em Camarões; Abidjan, na Costa do Marfim; Tema e Takorandi, em Gana; Conakry, na Guiné; Walvis Bay, na Namíbia; Lekki e Calabar, na Nigéria; e Pepel, em Serra Leoa (DEVERMONT *et al.*, 2019).

O porto de Conakry, na Guiné, recebeu US\$ 3,7 bilhões em investimentos da China, destinados à sua expansão e interligação com rotas de exportação de minério de ferro e bauxita da região, tornando-se um dos maiores portos na costa oeste da África (YANG *et al.*, 2020).

O investimento previsto no porto autônomo de águas profundas de Kribi, em Camarões, é de US\$ 1,3 bilhão. Ao término da obra, previsto para 2024 (LABRUT, 2020), o porto contará com 20 berços, um terminal de óleo e gás e uma zona industrial, além de conexões para escoamento de minérios (BAX, 2018). Em maio de 2021, como parte da fase II de ampliação do porto, o canal de navegação de 15m de profundidade foi aprovado e colocado em uso (GANIC, 2021).

O investimento de US\$ 400 milhões da China na construção de um terminal de contêineres em Walvis Bay, na Namíbia, permitiu a ampliação da capacidade de operação do porto de 350.000 para 750.000 contêineres ao ano (XINHUA, 2019); além do escoamento de urânio<sup>53</sup>, extraído majoritariamente por empresas chinesas (NEA; IAEA, 2020), e do cobre, produto de maior valor de exportação do país (OEC, 2021).

---

<sup>52</sup> Na costa ocidental da África, apenas São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau não assinaram memorandos de entendimentos com a China para adesão à Iniciativa do Cinturão e Rota (EIU, 2021).

<sup>53</sup> A Namíbia é a quarta maior produtora mundial de urânio (NEA; IAEA, 2020).

No tocante à infraestrutura para a indústria da pesca, a China iniciou, em 2020, a construção do complexo portuário em Jamestown, em Gana, com previsão de conclusão em 2023, com capacidade de atracação de até 400 embarcações e armazenamento e processamento de 23.000 toneladas de pescado ao ano (GLOBAL TIMES, 2020).

Outro setor em expansão no continente africano é o de telecomunicações, que está atraindo grandes investimentos de empresas chinesas, em especial, com a passagem e operação de cabos submarinos.

Em 2018, a Huawei Marines Network, atual HMN Technologies, instalou um cabo submarino ligando Fortaleza, no Brasil, a Kribi, em Camarões (AGRELA, 2018).

Em 2020, a Angola Cables<sup>54</sup> foi selecionada pela China Telecom Global como operadora preferencial para serviços de conectividade de longa distância entre Ásia, África e América Latina (DECISION REPORT, 2020).

No mesmo ano, a China Mobile International formou um consórcio com sete outras empresas multinacionais para passagem do cabo submarino “2Africa”, que conectará Europa, Oriente Médio e dezesseis países africanos (MUTETHYA, 2020).

Dentre as iniciativas dos países africanos que podem impulsionar o comércio com a China, aproveitando o desenvolvimento das infraestruturas portuárias e da criação de corredores de exportação, destaca-se o Acordo de Livre Comércio da África Continental, implementado na sua fase inicial, em 2019, sob a coordenação da União Africana, como parte da Agenda 2063<sup>55</sup>, que tem como objetivo a criação de um mercado único africano para produtos e serviços (UNIÃO AFRICANA, 2020).

Observa-se, portanto, que a China está ocupando os vazios estratégicos deixados pelos EUA na costa ocidental da África, construindo relacionamentos duradouros, baseados na confiança mútua, e ampliando suas interações comerciais. A estratégia de diversificação de mercados da economia chinesa encontra boa receptividade nos países limítrofes ao Atlântico Sul, que dispõem de abundantes recursos naturais, além de formarem um crescente mercado consumidor. A importância desse relacionamento pode ser verificada, em 2020, quando a China desenvolveu um volume comercial cerca de cinco vezes superior ao dos EUA com a região.

---

<sup>54</sup> A Angola Cables possui uma larga infraestrutura de cabos submarinos que liga Fortaleza (Brasil) a Luanda (Angola); a África do Sul ao Reino Unido, passando por onze países africanos; e Miami (EUA) a Fortaleza e Santos (Brasil) (ANGOLA CABLES, 2021).

<sup>55</sup> A Agenda 2063 foi criada em 2013, durante a celebração do jubileu de ouro da formação da Organização da Unidade Africana, precursora da União Africana, e estabelece programas e atividades para desenvolvimento econômico e social dos países africanos até 2063 (UNIÃO AFRICANA, 2021).

Cabe ressaltar o interesse da China na África do Sul, Angola, Namíbia, República Democrática do Congo e República do Congo, como fornecedoras de matérias-primas estratégicas para sua indústria, bem como na Nigéria, por ser o maior importador regional de produtos chineses.

As ameaças à segurança marítima na costa ocidental da África representam, além de riscos aos investimentos chineses, entraves para o desenvolvimento dos países africanos, motivando a China a ser mais assertiva nos fóruns internacionais e nas reuniões da FOCAC, mormente a partir de 2018, quanto à necessidade de se buscar uma solução conjunta e tempestiva para a região, à semelhança da adotada na costa leste da África.

### **4.3 Diplomacia Naval como Componente de uma Ampla Estratégia Marítima**

No Livro Branco de Defesa, de 2019, a China declara o emprego pacífico de suas Forças Armadas para a garantia dos direitos e interesses marítimos de seu povo, organizações e instituições, bem como para apoiar o desenvolvimento sustentável do país. Para tanto, ressalta a necessidade de formar Forças Navais e desenvolver bases logísticas avançadas para apoio à atuação em áreas distantes (CHINA, 2019).

Segundo Bo (2020), a China pretende tornar-se um poder marítimo de perspectiva global, por meio da expansão de sua presença no espaço marítimo internacional<sup>56</sup> e da cooperação com países costeiros, ao mesmo tempo em que reforça a delimitação das áreas marítimas sob sua jurisdição.

Sua geografia marítima apresenta relativa desvantagem quando comparada com outras potências, pois a CNUDM garante à China apenas cerca de três milhões de quilômetros quadrados de área de jurisdição, o que é insuficiente para satisfazer suas necessidades de desenvolvimento e suas responsabilidades como ator relevante no cenário internacional (BO, 2020).

Considerando a China como um país de economia forte, com ampla disponibilidade de recursos humanos e rápido desenvolvimento tecnológico, há um grande potencial de cooperação para atividades relacionadas à Economia Azul, como pesca, exploração de petróleo e gás, turismo e outras indústrias. Portanto, o crescimento do Poder Naval chinês deve ser considerado a partir de uma perspectiva mais ampla que abranja valores e mentalidades,

---

<sup>56</sup> Por espaço marítimo internacional entende-se Alto-Mar e Área (leito do mar, fundos marinhos e seu subsolo fora da jurisdição de um Estado) (BO, 2020).

tecnologias, atividades econômicas, capacidade de diplomacia marítima, entre outros avanços (BO, 2020).

Dentro do conceito de Oceanopolítica da professora Therezinha de Castro, quanto maior for o nível de desenvolvimento da economia de um país, maior será a importância dos oceanos para ele, como fonte de energia, matérias-primas e alimentos, assim como um amplo campo de atuação para desenvolvimento dos laços geopolíticos e geoestratégicos que levem esse país, através do mar, a todos os continentes (CASTRO, 1983).

Em decorrência da crescente aproximação política e econômica da China com os Estados africanos, os laços de cooperação militar tornaram-se mais ativos e dinâmicos nos últimos anos, envolvendo visitas mútuas de alto nível entre oficiais, intercâmbios, programas de treinamento, financiamento para aquisição de produtos de defesa e exercícios conjuntos. O programa de treinamentos abrange a ida de militares africanos à China e a vinda de militares chineses aos países africanos (ZHAO, 2015).

Entre os Estados da costa oeste africana, Namíbia e República do Congo possuem Adidos Navais creditados em Pequim, enquanto África do Sul, Angola, Benin, Camarões, Costa do Marfim, Guiné, Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Nigéria, Senegal e Serra Leoa possuem Adidos de Defesa, integrantes do Exército ou da Força Aérea dos respectivos países (SILVA, 2021).

A China, por sua vez, possui Adidos de Defesa, responsáveis por todas as interações com as Forças Singulares locais, acreditados nos seguintes Estados: África do Sul<sup>57</sup>, Angola, Benin, Gana, Camarões, Costa do Marfim, Libéria, Namíbia, Nigéria, Senegal, Gabão e República do Congo (SILVA, 2021).

No tocante à formação de pessoal, a Universidade Nacional de Defesa da China possui uma instituição de ensino superior afiliada, a *International College of Defense Studies* (ICDS, na sua sigla em inglês), destinada a prover treinamento profissional avançado e intercâmbio de assuntos de Defesa a oficiais estrangeiros (CHINA, 2021b). Benin, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Guiné, Nigéria, República do Congo, República Democrática do Congo e Togo estão entre os países que enviaram oficiais alunos para o ICDS (WUTHNOW *et al.*, 2021).

As seguintes instituições de ensino ligadas à Marinha chinesa também possuem programas de intercâmbios para oficiais estrangeiros: *Dalian Naval Academy*, destinada a formar novos oficiais da Marinha; *Naval Command College*, voltado à formação em

---

<sup>57</sup> O Adido de Defesa chinês creditado na África do Sul é um General de Brigada, o que denota uma maior atenção da China ao referido país, no tocante à cooperação nos assuntos de Defesa (SILVA, 2021).

pensamento estratégico, inteligência, assuntos políticos e operações navais; e *Navy Medical University*, com programas de graduação, mestrado e doutorado na área médica (ALLEN; CHEN, 2020).

Em 2012, a Marinha da Namíbia recebeu um Navio-Patrolha Oceânico, adquirido junto ao estaleiro Wuhan Shipyard, na China (KLERK, 2012). Em 2017, o governo chinês doou dois Navios-Patrolha e apoiou a construção da Escola de Comando e Estado-Maior da Marinha namibiana (FINCK, 2017).

Em 2014, a Nigéria adquiriu da China dois Navios-Patrolha Oceânicos, que se tornaram os mais avançados do seu inventário (ZHOU, SEIBEL, 2015). A China forneceu ainda botes e lanchas-patrolha, por meio de doação ou financiamento facilitado, para Benin, Camarões, Gana, Guiné Equatorial, Serra Leoa (ZHOU; SEIBEL, 2015), Cabo Verde (CABO VERDE, 2015) e Costa do Marfim (DEFENSEWEB, 2017).

Em 2017, durante a comissão *Harmonious Mission*, o Navio-Hospital Peace Ark visitou Angola, Congo, Gabão e Serra Leoa, onde possibilitou a realização de consultas médicas e cirurgias, a distribuição de medicamentos e a prestação de ajuda humanitária. O navio viajou com um grupo de 115 médicos militares chineses e recebeu, em média, mais de 1.000 pessoas a bordo, durante as estadias nos portos (TANG *et al.*, 2021).

Desde agosto de 2020, o Sistema de Navegação Satélite BeiDou, desenvolvido pela China, tornou-se completamente operacional e foi disponibilizado para todos os países que aderiram à Iniciativa do Cinturão e Rota, como alternativa ao sistema dos EUA (Navstar GPS) e da Rússia (GLONASS). Além do emprego na navegação marítima, o sistema oferece ampla aplicação comercial, como em portos autônomos e controle de cargas, e foi projetado para ser integrado com tecnologias emergentes como inteligência artificial, internet das coisas e *block chain* (CHINA, 2020b).

As ampliações, modernizações e aumento de eficiência na operação dos terminais portuários implementados com apoio da China na costa oeste da África, em especial no Golfo da Guiné, bem como a instalação de corredores de escoamento devem, segundo Siebels (2020), ser considerados, além do aspecto econômico, segundo o olhar da segurança marítima, por permitir a programação de viagens mais precisas dos armadores e a redução do tempo de espera dos navios em fundeadouros, contribuindo, assim, para a prevenção ao roubo armado.

Desde dezembro de 2008, a Marinha chinesa conduz operações antipirataria na costa leste africana, independentemente das ações das demais Forças multinacionais, em resposta à resolução UNSCR 1816/08, do Conselho de Segurança da ONU, que condenou a pirataria no Chifre da África, seguida das resoluções UNSCR 1838, 1846 e 1851, que

solicitaram o apoio das nações para o combate à pirataria em alto-mar na altura da Somália (HENRY, 2016).

O envio de Forças-Tarefa para o combate à pirataria na costa leste da África permitiu à Marinha chinesa desenvolver experiência operacional em áreas afastadas de suas bases, por longos períodos, aperfeiçoar procedimentos de abordagem, interagir com outras Marinhas e realizar visitas diplomáticas em portos. A ação de presença permanente mostrou a necessidade de aumentar o inventário de navios, em especial dos logísticos, para garantir a rotatividade requerida (HENRY, 2016).

Segundo Henry (2016), o Partido Comunista Chinês impôs severas restrições operacionais, no tocante a abordagem e apresamento de embarcações, para evitar problemas legais e políticos a nível internacional, que poderiam levar à perda da legitimidade da participação da China. A primeira missão durou quatro meses, sem nenhuma atracação em portos, exigindo um grande suporte de apoio logístico móvel (BO, 2020).

As comissões seguintes aumentaram em extensão, cerca de seis meses, mas passaram a contar com atracações em portos e apoio de empresas chinesas locais. A entrada em operação, em 2017, da primeira base militar chinesa fora do país, em Djibuti<sup>58</sup>, facilitou o apoio logístico para os navios operando na região (BO, 2020).

Após completarem suas missões no Chifre da África, navios da Marinha chinesa passaram a ser direcionados para realização de visita a portos e exercícios bilaterais com Marinhas da costa oeste africana, como ocorrido, em 2014, com Camarões, Nigéria e Namíbia (ERICKSON; STRANGE, 2015), e, em 2018, com África do Sul, Gabão e Gana (JIANING, 2018).

No tocante à interação entre Marinhas, a África do Sul se sobressai na região pela sua posição estratégica adjacente à Rota do Cabo, que conecta os oceanos Atlântico e Índico, bem como por sua relevância econômica e influência política no continente africano.

Desde que entrou no bloco econômico BRIC<sup>59</sup>, em 2010, a convite do presidente Hu Jintao, formando o BRICS, a África do Sul passou a ser vista como porta de entrada da China no continente africano e mediadora com as demais economias emergentes (BENABDALLAH, 2020).

Em 2000, em sua primeira viagem ao continente africano após a Dinastia Ming (1368 a 1644), dois navios da Marinha chinesa atracaram no porto de Simon's Town. Em 2008, a Fragata SAS Spioenkop foi o primeiro navio de guerra africano a visitar a China, marcando

---

<sup>58</sup> Djibuti acomoda bases militares da China, EUA, França, Japão e Arábia Saudita (MUMBERE, 2020).

<sup>59</sup> Brasil, Índia, China e Rússia.

o aniversário de uma década de relacionamento diplomático entre os dois Estados (HIGGS, 2021).

As visitas à África do Sul de navios da Marinha chinesa se repetiram em 2011, 2014, 2016 e 2018, durante as quais foram realizados exercícios bilaterais. Em 2019, foi realizado um exercício trilateral entre as Marinhas da África do Sul, China e Rússia, nas proximidades de Cape Town (HIGGS, 2021).

O Contra-Almirante Robert Higgs (2021), ex-Comandante em Chefe da Esquadra sul-africana considera que o relacionamento entre as Marinhas da China e da África do Sul, baseado na Diplomacia Naval, pode tornar-se um modelo de interação e fortalecimento dos laços de amizade Sino-Africana, incluindo visitas regulares a portos, intercâmbios de oficiais em Escolas Superiores de Defesa, visitas de autoridades, cooperação no combate à pirataria e treinamentos conjuntos.

O complexo de segurança regional sob influência direta da África do Sul, SADC, abrange mais três Estados na costa Atlântica (República Democrática do Congo, Angola e Namíbia) e sete Estados na costa do oceano Índico, incluindo Moçambique (WALKER; REVA 2020).

Walker e Reva (2020) consideram que uma maior participação da África do Sul em prevenir o avanço da pirataria no sentido sul do Golfo da Guiné resolveria uma das grandes deficiências identificadas na Estratégia de Segurança Marítima da SADC. Entretanto, Angola, Namíbia e República Democrática do Congo não estabeleceram nenhum acordo com a África do Sul comparado com o memorando de entendimentos assinado entre o referido país e Moçambique<sup>60</sup>, que garante o apoio para patrulhamento regular do seu canal, conferindo maior proeminência das operações da Marinha sul-africana no Oceano Índico, onde estão situados sete dos oito maiores portos do país<sup>61</sup>.

Segundo Bo (2020), o processo de expansão da Diplomacia Naval a ser seguido pela China deve atender aos conceitos da razoabilidade, legitimidade e sinergia. Razoabilidade para não exercer pressão, convencendo os outros com moralidade, igualdade e negociação; legitimidade para estar de acordo com os padrões legais das Nações Unidas e leis internacionais,

---

<sup>60</sup> Em 2011, a África do Sul iniciou a operação *Copper* para combate à pirataria no Canal de Moçambique e, em 2012, assinou um memorando de entendimento com Moçambique para manter a referida operação (MARTIN, 2014).

<sup>61</sup> Os oito maiores portos da África do Sul são: Cape Town, no Oceano Atlântico; e Mossel Bay, Port Elizabeth, Ngqura, East London, Durban e Richards Bay, no Oceano Índico, sendo Durban o mais movimentado de todos (WALKER; REVA 2020).

adquirindo o reconhecimento e respeito; e sinergia para aproveitar as oportunidades que surgirem.

Os navios em operação e os Comandos em terra da Marinha chinesa possuem um Comandante e um Comissário Político permanentemente embarcado, ambos com mesmo nível de autoridade, para garantir que as ações militares estejam de acordo com os objetivos políticos estabelecidos pelo Partido Comunista Chinês (BENSON, 2021).

Todas as atividades da Marinha chinesa no continente africano são controladas pela Comissão Central Militar da China e possuem um caráter estratégico em sua natureza, em apoio a uma agenda maior diplomática, econômica e de segurança, estabelecida pelas lideranças do Partido Comunista Chinês (ZHAO, 2015).

Em que pese as FOCAC 2015 e 2018 citarem especificamente o combate à pirataria no Golfo da Guiné, com apelo dos países africanos, em 2018, para uma maior participação da Marinha chinesa, segundo Erickson e Strange (2015), a China deve restringir sua atuação às atividades de apoio até que sejam estabelecidas duas condicionantes fundamentais: um pedido formal dos países da região e o suporte internacional.

Segundo Till (2018), o que a longa operação internacional contra a pirataria no Golfo de Áden evidentemente mostrou é que esse tipo de ameaça tem ramificações globais e nenhum país, mesmo o mais poderoso, pode esperar resolver a situação sozinho. Conseqüentemente, o conjunto de tarefas necessárias para enfrentar esse problema requer altos níveis de colaboração internacional e, muitas vezes, a participação de Estados em atividades de proteção em áreas muito distantes das próprias águas jurisdicionais.

Em que pese a ausência de uma base militar na costa oeste africana, o apoio logístico para uma atuação da Marinha chinesa por períodos prolongados na região, em ações de combate à pirataria, pode ser realizado por empresas contratadas, em portos comerciais, com destaque para os portos de águas profundas construídos ou modernizados com apoio do governo chinês, como Walvis Bay (Namíbia), e os operados por empresas chinesas, como Kribi (Camarões), Abidjan (Costa do Marfim) e Lekki<sup>62</sup> (Nigéria).

Em 2019, a Marinha chinesa testou, com sucesso, o reabastecimento de seus navios no mar, a partir de um sistema portátil de transferência de carga instalado em um navio mercante (YI, 2019a), aumentando, assim, a flexibilidade do apoio logístico móvel para operação em áreas afastadas.

---

<sup>62</sup> DEVERMONT *et al.*, 2019.

Cabe ressaltar a importância da África do Sul para a projeção da Marinha chinesa no Atlântico Sul, pela sua posição geográfica, sendo o primeiro ponto de apoio logístico em uma travessia direta, após o Estreito de Malaca, bem como por dispor de uma Base Naval, na costa Atlântica, e de portos de águas profundas na costa do Oceano Índico. Constitui ainda, segundo Xu (2018), o país mais industrializado da região, capaz, portanto, de prover um melhor apoio em manutenção.

No âmbito das Relações Internacionais, em 2016, a China patrocinou juntamente com Angola e Senegal, um amplo debate no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as possíveis formas de implementação das Resoluções 2018 (2011) e 2039 (2012), decorrentes de reuniões anteriores que trataram do apoio internacional para implementação de uma ampla estratégia de segurança marítima para o Golfo da Guiné (ONU, 2016).

Em 2018, a China sediou o primeiro Fórum de Defesa e Segurança China-África, que contou com a presença de representantes militares de 49 Estados da África e da União Africana e marcou o início de um diálogo mais abrangente e formal sobre assuntos de segurança regional e cooperação militar (KOVRIK, 2018).

Em 2019, o governo chinês realizou, em Pequim, o primeiro Fórum de Segurança e Paz China-África para discussão de novas formas de cooperação no combate a crimes transnacionais (YI, 2019b).

No mesmo ano, durante a reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre crimes transnacionais, a China enfatizou a gravidade dos problemas de segurança marítima na costa ocidental da África e a necessidade de a comunidade internacional apoiar os países costeiros da região no desenvolvimento de suas legislações domésticas e na ampliação e fortalecimento de suas capacidades militares (JIAYAO, 2019).

Como parte das iniciativas para melhorar a imagem internacional da China no tocante à exploração sustentável dos oceanos, o governo chinês, em 2020, revisou seu Regulamento de Gestão de Pesca em Águas Distantes, estabelecendo punições mais severas contra navios e companhias envolvidas em pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, ou que desliguem seus equipamentos de monitoramento de posição (FITT, 2020).

O novo regulamento prevê a emissão de uma lista de embarcações que serão proibidas de entrar em portos chineses, a perda de licença dos comandantes por cinco anos, a destituição de gerentes de empresas por três anos, novas medidas de controle nos portos e maior rigor na emissão de certificados (FITT, 2020).

A atuação da Diplomacia Naval da China na costa oeste africana mostra-se, portanto, limitada a eventuais exercícios bilaterais, visitas esporádicas a portos, realização de seminários,

assistência médica, doação ou financiamento de embarcações, cooperação tecnológica, além de promoção de intercâmbios e cursos em unidades de ensino da Marinha chinesa.

Sua maior contribuição para o combate à pirataria e aos crimes transnacionais está relacionada com elementos da Diplomacia Marítima, mormente no tocante ao desenvolvimento e controle de operação de portos, apoio para aperfeiçoamento de legislações referentes ao uso do mar e de sistemas jurídicos para responsabilização e punição de infratores.

Os interesses geopolíticos da China e dos EUA nos países da costa oeste da África e as dificuldades de ambos para combater, isoladamente, as ameaças à segurança marítima na região apresentam, em seu conjunto, desafios, bem como oportunidades que podem ser aproveitadas pela Marinha do Brasil para fortalecimento da iniciativa ZOPACAS, bem como para criação de uma mentalidade Sul-Atlântica de cooperação e desenvolvimento comum, conforme será explorado no próximo capítulo.

## **5. A MARINHA DO BRASIL E O FORTALECIMENTO DA ZOPACAS**

O propósito deste capítulo é formular as ações de Diplomacia Naval, no curto e médio prazos, a serem desenvolvidas, pela Marinha do Brasil, visando à promoção da ZOPACAS como instrumento de cooperação para a segurança marítima da costa ocidental da África. Para tanto, será feita a análise dos interesses geopolíticos da China e dos EUA na região e a identificação de oportunidades e desafios para consecução dos interesses estratégicos de Defesa do Brasil.

### **5.1 Interesses Estratégicos Brasileiros de Defesa na Costa Oeste da África**

Em 1986, por iniciativa do Brasil, a ONU declarou a região oceânica entre a África e a América do Sul como a “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul”, com o propósito de promover a cooperação regional, o desenvolvimento social e econômico, a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos vivos, bem como a paz e a segurança em toda a região (ONU, 1986a).

A resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 27 de outubro de 1986, concitou os Estados de outras regiões, especialmente os que possuem forte expressão militar, a reduzirem ou eventualmente eliminarem sua presença militar no Atlântico Sul, não introduzirem armas nucleares ou armas de destruição em massa e não trazerem rivalidades ou conflitos externos à região (ONU, 1986b).

Os EUA foram o único Estado a votar contra a resolução e Alemanha, Bélgica, França, Japão, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal se abstiveram (ONU, 1986c).

Em 1993, durante a votação da Resolução 48/23, na Assembleia Geral das Nações Unidas, referente a medidas de implementação da ZOPACAS, o representante dos EUA, embaixador Donlon, declarou que os votos recorrentes contra a adoção das resoluções afetas à ZOPACAS decorrem da preocupação do governo do seu país com a liberdade de navegação, conforme previsto nas leis internacionais, por considerar que esse direito não estaria protegido pela contestação territorial de alguns Estados na região, e que a criação de uma zona de paz deveria ser feita somente por meio de negociações multilaterais entre as partes relevantes envolvidas (ONU, 1993).

Desde sua criação, a ZOPACAS alternou períodos de pouca ou nenhuma atividade com outros de intensa interação, fruto de sua estrutura informal e institucionalização mínima,

sem uma sede ou secretaria-geral centralizada, que pudesse manter uma agenda constante (ABDENUR *et al.*, 2016).

Em 29 de julho de 2021, a Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovou, por consenso, a resolução 75/312, que reafirma a ZOPACAS como fórum de crescente interação, coordenação e cooperação entre seus Estados-Membros e reitera os princípios estabelecidos na resolução 41/11 e o Plano de Ação de Montevideu (ONU, 2021c), decorrente da XVII reunião interministerial, reinsertando novamente o tema na agenda de discussão internacional.

Entretanto, a ZOPACAS ainda carece de uma estrutura mínima institucional, como o estabelecimento de uma Secretaria Permanente, com o propósito de congregar os interesses dos seus 24 Estados-Membros, que possuem níveis de desenvolvimento econômico e de capacidades militares distintos.

O Livro Branco de Defesa Nacional ressalta o especial interesse do Brasil na paz e segurança do Atlântico Sul. Acrescenta, ainda, que o país possui áreas estratégicas relevantes e de vital importância para o comércio mundial e nacional, ao qual deve dedicar especial atenção, visando à construção de um ambiente cooperativo, sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (BRASIL, 2020d).

Declara que o aumento dos incidentes de pirataria e roubo no Golfo da Guiné evidencia a necessidade de fortalecimento da ZOPACAS, como meio de cooperação para desenvolvimento de capacidades, estendendo-se a temas ambientais e de sustentabilidade, a fim de contribuir para que os Estados costeiros daquele Golfo possam prover a segurança marítima e a estabilidade da região (BRASIL, 2020d).

Afirma, ainda, que as Políticas Externa e de Defesa são complementares e indissociáveis e, em termos geopolíticos, o Brasil prioriza o Entorno Estratégico, constituído pela América do Sul, Atlântico Sul, costa ocidental da África e Antártica (BRASIL, 2020d).

A Política Nacional de Defesa (PND) destaca que, em face dos laços históricos e afinidades culturais com o Brasil, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa<sup>63</sup> (CPLP) merece especial atenção aos esforços de cooperação no campo de Defesa (BRASIL, 2020b).

Reitera que, no Atlântico Sul, é perceptível o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de representantes de países exógenos, que

---

<sup>63</sup> A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996, em Lisboa, durante a realização da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, com o propósito comum de projetar e consolidar, no plano externo, os laços de amizade entre os países de língua portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender seus valores e interesses, calcados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico. Tem como Estados-Membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (CPLP, 2021).

possuem interesses na região; e estabelece, como Objetivos de Defesa: contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais; e salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior (BRASIL, 2020b).

A Estratégia Nacional de Defesa (END) orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que os Objetivos de Defesa sejam alcançados e ressalta que o fortalecimento da ZOPACAS contribuirá para a consolidação do Brasil como ator regional relevante, aumentando sua influência no Entorno Estratégico e minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul (BRASIL, 2020b).

Para tanto, estabelece como Estratégias de Defesa a promoção da integração regional e cooperação internacional, a atuação com base no multilateralismo, o emprego de ações diplomáticas relacionadas à Defesa, o fortalecimento do Poder Nacional e a atuação em organismos internacionais (BRASIL, 2020b).

A Política Naval orienta o planejamento estratégico da MB para o emprego do Poder Naval a partir dos objetivos e diretrizes constantes na PND e na END, assim como estabelece a adoção de uma postura estratégica de cooperação com as Marinhas amigas e órgãos de segurança dos países limítrofes ao Atlântico Sul, em consonância com o Objetivo Naval de apoiar a política externa brasileira (BRASIL, 2019a).

O Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040) visa ao planejamento de médio e longo prazos<sup>64</sup> da MB, por meio do alcance dos Objetivos Navais definidos na Política Naval, orientados pela Visão de Futuro da Força (BRASIL, 2020a):

A Marinha do Brasil será uma Força moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica, de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade (BRASIL, 2020a, p. 51).

Em apoio à política externa brasileira, estabelece Estratégias Navais e Ações Estratégicas Navais decorrentes para incrementar o nível de relacionamento com as Marinhas Amigas componentes da ZOPACAS e ampliar a participação de navios e Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, bem como de oficiais e praças da MB, em Operações de Paz e Humanitárias (Brasil, 2020a).

---

<sup>64</sup> O PEM é elaborado com horizonte temporal de vinte anos, para o qual foram padronizados os seguintes períodos: curto prazo, até quatro anos, equivalente a um Plano Plurianual do Governo Federal (PPA); médio prazo, de cinco a doze anos (até três PPA); e longo prazo, de treze a vinte anos (até cinco PPA) (BRASIL, 2020a).

## 5.2 Exercício da Diplomacia Naval Brasileira na Costa Oeste Africana

No exercício da Diplomacia Naval com os Estados da costa oeste africana, o Brasil é beneficiado por vantagens em relação às potências extrarregionais, como posição geográfica, laços históricos e culturais e o anseio comum de formação de uma identidade Sul-Atlântica.

Cabe ressaltar o caráter multitarefas da Marinha do Brasil, que amplia as possibilidades de interação com nações amigas, uma vez que abrange, além da defesa naval clássica, atividades de proteção marítima, segurança do tráfego aquaviário, serviço hidrográfico (auxílios à navegação, cartografia náutica, oceanografia operacional e meteorologia marinha), formação de aquaviários e normatização de suas atividades, bem como emprego conjunto de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, formando o conjugado anfíbio.

Segundo Booth (1977), a doutrina incorpora um conjunto de ideias, por meio das quais capacidades militares são traduzidas em ações relevantes para atingir objetivos. Revela, ainda, a concepção de um Estado sobre como as ameaças se apresentam e como se preparar para lidar com elas.

A MB, no exercício da Diplomacia Naval, se diferencia por possuir uma doutrina própria, independente de alianças, que pode ser atualizada de forma autóctone e adaptada para emprego em Marinhas emergentes, em especial naquelas que compartilham os mesmos desafios no ambiente operacional do Atlântico Sul.

O apoio para criação de uma Marinha é uma das expressões mais completas da Diplomacia Naval, por criar laços de amizade perenes entre duas nações, que buscam, coletivamente, soluções coerentes com suas realidades. A influência sobre as organizações administrativa e operativa, o suporte para desenvolvimento de uma doutrina própria, a similaridade de uniformes, a formação técnico-profissional comum, entre outras iniciativas, são elementos que aproximam e estabelecem sólidos alicerces de confiança mútua.

Um exemplo de sucesso desse tipo de relacionamento na costa oeste africana foi o apoio da Marinha do Brasil para criação e desenvolvimento da Marinha da Namíbia e do seu Corpo de Combatentes Anfíbios.

Em março de 1994, o Brasil enviou a Fragata Niterói para o porto de Walvis Bay, marcando a primeira visita protocolar de um navio de guerra estrangeiro àquele porto, após sua devolução à Namíbia, pela África do Sul. Durante o período da visita, foi assinado, na cidade de Windhoek, capital do país, um Acordo de Cooperação Naval com o Brasil, tendo como propósito maior criar e fortalecer a Força Naval daquele Estado, além de prever outras iniciativas relevantes como a realização do levantamento hidrográfico da costa namibiana, o

fornecimento de meios navais e a formação e treinamento de pessoal (MONTEIRO, 2017).

Em seguida, em 2 de maio, foi instalada a Missão Naval Brasileira na Namíbia, que, em julho de 2006, teve seu nível de representação elevado para Adidância Naval e, em 2010, passou a ser denominada Missão de Assessoria Naval (GOMES, 2021), com a tarefa de prestar apoio militar, técnico e administrativo à Marinha namibiana, a fim de contribuir para sua estruturação e crescimento. Em 2009, foi ativado o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais com o propósito de apoiar a criação do Corpo de Combatentes Anfíbios da Namíbia, ocorrido em 22 de julho de 2016 (BRASIL, 2016).

Em 2004, a Marinha da Namíbia recebeu a corveta Purus (BRASIL, 2016), por doação da Marinha do Brasil, e, em 2009, o navio-patrolha Brendan Simbwaye, de 200 toneladas, adquirido por meio de um contrato de US\$ 26,5 milhões com o estaleiro Inace, em Fortaleza (GODOY, 2009).

Em 2006, a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), vinculada à MB, apoiou a Namíbia no levantamento da sua plataforma continental e na preparação da submissão, junto à ONU, do pedido de extensão de sua ZEE sobre a cadeia de montanhas submersas *Walvis Ridge*, em que o país foi atendido (BRASIL, 2011a). Em 2011, este modelo de cooperação foi realizado com Angola, a fim de apoiá-la na formulação do pedido de extensão da sua ZEE para além de 200 milhas náuticas (BRASIL, 2011a).

De acordo com Booth (1977), influência é um processo invariavelmente incremental e a Diplomacia Naval opera por meio da percepção dos outros. O sucesso das iniciativas de cooperação da MB com a Marinha da Namíbia despertou o interesse de outros países, em especial os integrantes da CPLP, que viram no modelo adotado uma solução adequada às suas necessidades.

Com isso, foram ativadas, em 17 de novembro de 2020, por solicitação dos respectivos países, a Missão de Assessoria Naval de Cabo Verde e a Missão de Assessoria Naval e o Grupo de Apoio Técnico do Corpo de Fuzileiros Navais em São Tomé e Príncipe (GOMES, 2021).

Segundo Silva (2015), a formação do núcleo da Marinha do Brasil a partir da Marinha Portuguesa, principalmente após a transferência da sede do Reino de Portugal para o Brasil, em 1808, teria reflexos, ainda presentes, em suas funções, estruturas e operações que, de algum modo, contribui para a cooperação técnico-militar da MB no âmbito da CPLP.

As visitas de navios da MB aos portos da costa oeste da África e a participação em exercícios multinacionais na região se intensificaram após o término da construção da Corveta

Barroso e da chegada dos três Navios-Patrolha Oceânicos (NaPaOc) Classe Amazonas, adquiridos do Reino Unido.

Por ocasião da sua primeira viagem ao exterior, em 2010, a Corveta Barroso visitou os portos de Angola, Gana, Guiné Equatorial, Namíbia, Nigéria e São Tomé e Príncipe. Por ocasião da travessia do Reino Unido ao Brasil, em agosto de 2012, o Navio-Patrolha Oceânico Amazonas visitou Benin, Cabo Verde, Nigéria e São Tomé e Príncipe. Similarmente, em 2013, o NaPaOc Apa visitou Angola, Gana, Namíbia e Senegal e o NaPaOc Araguari visitou Cabo Verde, Camarões, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria e São Tomé e Príncipe (SEABRA, 2017). Em todas essas ocasiões, foram realizados exercícios bilaterais e treinamentos de procedimentos de abordagem e combate à pirataria.

Em 2012, a MB iniciou sua participação no exercício multinacional *Obangame Express*, coordenado pelo AFRICOM, por intermédio da Sexta Esquadra da Marinha dos EUA, sendo nos dois primeiros anos apenas como observadora e, a partir de 2014, compondo o esforço multinacional, com o envio de meios navais (SEABRA, 2017).

A operação bianual ATLASUR é realizada em conjunto com as Marinhas da África do Sul, Argentina e Uruguai. Sua décima-primeira versão, em 2018, foi conduzida nas proximidades do Cabo da Boa Esperança e teve a participação da Corveta Barroso, que, em seguida, realizou uma visita ao porto de Maputo, em Moçambique (BRASIL, 2018).

A operação IBSAMAR é realizada, a cada dois anos, desde 2008, em conjunto com as Marinhas da África do Sul e da Índia. Sua sexta versão, em 2018, também contou com a participação da Corveta Barroso, que visitou o porto de Cape Town (BRASIL, 2018).

No tocante às interações específicas com os Estados-Membros da CPLP, a MB participa da Operação FELINO, coordenada pelo Ministério da Defesa, com emprego da Força de Fuzileiros da Esquadra. Em 2017, o exercício contou com a participação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (BRASIL, 2017b).

Em 2019, a MB assumiu a Diretoria do Centro de Análise Estratégica da CPLP, sediada em Maputo, Moçambique, que tem como objetivo promover a pesquisa, o estudo e a difusão de conhecimentos no domínio da Estratégia, com interesse para os objetivos da CPLP (CAE/CPLP, 2021).

Segundo o embaixador Celso Amorim, ex-ministro da Defesa (2011-2015), “do ponto de vista estratégico – que excede o meramente geográfico – Moçambique pode ser visto como um país de interesse direto no Atlântico Sul” (BRASIL, 2014, p. 9).

Em 2018, as Marinhas do Brasil e de Camarões assinaram um memorando de entendimento para cooperação nas atividades relacionadas ao estabelecimento da consciência situacional marítima no Golfo da Guiné e segurança do tráfego marítimo, incluindo apoio técnico para estabelecimento de um sistema de controle do tráfego marítimo, formação e treinamento de pessoal (BARBOSA, 2021).

Desde 2018, a MB conta com um oficial de ligação no Centro de Coordenação Interregional (CIC, na sua sigla em inglês), em Yaoundé, Camarões, em estreita ligação com o Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR), com as seguintes atribuições (BARBOSA, 2021):

a) Propor procedimentos de troca de informações entre os centros previstos na arquitetura do protocolo de Yaoundé, como também entre o CIC e as demais agências de informações que tratam da criminalidade marítima internacional, considerando as redes existentes no Golfo da Guiné;

b) Propor um esquema para organização e funcionamento da sala de vigilância (operação) do CIC; e

c) Atuar como Oficial de ligação com os Centros dos países do Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS)<sup>65</sup> para troca de informações e experiências.

Em apoio às atividades do CIC, a MB disponibilizou o acesso ao Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM IV), que possui como uma de suas fontes de dados, o Sistema de Identificação e Acompanhamento a Longa Distância (LRIT, na sua sigla em inglês), cujo propósito é manter o acompanhamento da movimentação de navios mercantes sujeitos à regulamentação SOLAS<sup>66</sup> (BARBOSA, 2021).

O CISMAR atua também como Centro de Dados Regional LRIT (CDR LRIT) brasileiro, representando o Brasil como gerente regional de processamentos de dados LRIT para Brasil, Namíbia e Uruguai (BARBOSA, 2021).

Em 2019, a MB iniciou sua participação na Operação *Grand Africa NEMO*, com o envio do NaPaOc Apa (BRASIL, 2019c). O exercício anual, sob coordenação da França, tem como propósito capacitar as Forças Navais do Golfo da Guiné no combate à pirataria, tráfico ilícito e poluição ambiental, além de treinar a coordenação entre os Centros de Operações

---

<sup>65</sup> “O CAMAS é responsável pela coordenação do Comando Local de Controle Operativo e, junto com as organizações de Controle Naval do Tráfego Marítimo da Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS), tem a missão de coordenar as tarefas a serem implementadas pelas Marinhas do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, estabelecendo um sistema integrado para o monitoramento, intercâmbio de informações e defesa do Tráfego Marítimo Interamericano, em tempo de paz ou de guerra” (BRASIL, 2021c, p.1).

<sup>66</sup> Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974/1988.

Marítimas Nacionais e o Centro de Coordenação Marítima Multinacional (FRANÇA, 2019).

Em 2019, o exercício contou com a participação de dezenove Marinhas costeiras do Golfo da Guiné, de Cabo Verde à Angola, além da Bélgica, Brasil, Espanha, Estados Unidos, França e Portugal. O evento foi encerrado em Gana, junto com a Conferência do Grupo dos Amigos da Guiné (G7++FoGG)<sup>67</sup> (FRANÇA, 2019).

Em outubro de 2020, a MB, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministério da Defesa, realizou o simpósio virtual “*Webinar*”, com o tema central “A contribuição da ZOPACAS para o Desenvolvimento Econômico e Segurança Marítima no Atlântico Sul”, com o propósito de fomentar o debate e a cooperação entre os Estados-Membros da ZOPACAS. O evento contou com a participação de 536 pessoas de 25 Estados, entre os quais África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Senegal (BRASIL, 2020e).

Nos últimos 10 anos, a MB ofereceu cursos em suas Escolas, Centros de Instrução e Adestramento, Centros de Operações Marítimas e no Hospital Naval Marcílio Dias, que foram atendidos por 1.573 praças de Angola, Cabo Verde, Namíbia, São Tomé e Príncipe e Senegal e por 729 oficiais provenientes da África do Sul, Angola, Cabo Verde, Camarões, Guiné, Guiné-Bissau, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Senegal (SOUZA, 2021).

Os seguintes Estados da costa oeste africana possuem Adidos Navais acreditados no Brasil: África do Sul, Angola, Camarões, Gana, Namíbia, Nigéria e Senegal (GOMES, 2021).

A MB possui Adidos permanentes acreditados na África do Sul<sup>68</sup>, Namíbia e Cabo Verde<sup>69</sup>. O Brasil possui, ainda, Adidos Militares, provenientes do Exército e da Força Aérea, que acumulam as funções de Adido Naval, acreditados em Angola, Nigéria<sup>70</sup> e Senegal<sup>7172</sup>. O Adido de Angola é acreditado em São Tomé e Príncipe, o Adido de Senegal é acreditado em Benin e Togo, e o Adido da Nigéria é acreditado em Gana (BRASIL, 2013).

---

<sup>67</sup> O G7++FoGG representa o G7 mais o Grupo de Amigos do Golfo da Guiné (*Friends of the Gulf of Guinea*), tendo sido criado em 2013, durante a presidência do G7 pelo Reino Unido. É composto pelo G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido), além de Bélgica, Brasil (observador), Dinamarca, Espanha, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suíça, União Europeia, Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crime (UNODC, na sua sigla em inglês) e a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL, na sua sigla em inglês) (GOGIN, 2019).

<sup>68</sup> BRASIL, 2004

<sup>69</sup> BRASIL, 2019b

<sup>70</sup> BRASIL, 2013

<sup>71</sup> BRASIL, 2019d

<sup>72</sup> O Adido de Senegal é indicado por um sistema de rodízio, a cada dois anos, entre as três Forças Singulares (BRASIL, 2019d)

### 5.3 Oportunidades e Desafios para Fortalecimento da ZOPACAS

China e EUA, apesar de disputarem influência sobre os Estados da costa oeste da África, possuem o desejo comum de promover ações que reduzam ou eliminem as ameaças à segurança marítima na região, em especial no Golfo da Guiné, motivados por seus interesses estratégicos e pelo sentimento de responsabilidade internacional com o desenvolvimento econômico e social dos países africanos.

Essa convergência de interesses pode motivar, mediante a solicitação dos países do Golfo da Guiné, a adoção de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a formação de uma Força-Tarefa Marítima (FTM) Multinacional, com o propósito de combate à pirataria e a outros crimes transnacionais, formando uma oportunidade para o Brasil assumir o comando desse esforço internacional, com base na sua experiência à frente da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, na sua sigla em inglês) (BRASIL, 2020f) e, mais recentemente, no Comando da Força-Tarefa de combate à pirataria no Golfo de Áden (CTF-151) (BRASIL, 2021d).

Cabe ressaltar que, em complemento à experiência operativa da MB, o Brasil se apresenta como um ator confiável no cenário da segurança marítima do Atlântico Sul, por seu destacado Poder Naval, sua ligação militar com as potências ocidentais e por ter a China como seu maior parceiro comercial<sup>73</sup>.

Entretanto, é importante analisar fatores ligados à Oceanopolítica da região que podem influenciar na adoção de um esforço multinacional sob coordenação da ONU.

Em termos de Oceanopolítica, o Golfo de Áden está localizado na entrada do Mar Vermelho, que conecta os mercados europeus e norte-americanos com os do Oriente Médio e asiático, atraindo maior atenção e interesse das potências ocidentais, enquanto o Golfo da Guiné é rota apenas para os países que comercializam com África ocidental, ou que utilizam linhas de comunicações marítimas costeiras em direção ao Cabo da Boa Esperança.

Outro aspecto relevante é que o Golfo de Áden é limítrofe a países africanos com pouca ou nenhuma capacidade militar naval e deficitário sistema judiciário para enfrentar as ameaças à segurança marítima da região, enquanto no Golfo da Guiné, em que pesem as dificuldades da Marinha locais, não é possível pensar em uma solução internacional sem o pleno envolvimento delas, o apoio dos sistemas políticos e judiciários de seus países e o suporte das Organizações Regionais (UA, ECOWAS e ECCAS).

---

<sup>73</sup> <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

A aprovação de uma resolução no Conselho de Segurança das Nações Unidas para combate à pirataria no Golfo da Guiné poderá conferir legitimidade para a participação da China na região, conforme ocorreu no Golfo de Áden, onde a Marinha chinesa opera separadamente da Força Marítima Combinada. O apoio chinês tem sido discutido com mais ênfase nas reuniões da FOCAC, desde 2015, e conta com o suporte dos países africanos.

Os EUA, país de projeção militar global, precisam distribuir seus meios navais em áreas prioritárias, como no Mediterrâneo e na Região do Indo-Pacífico, ao mesmo tempo em que percebem, juntamente com as potências militares europeias, que a instabilidade no Golfo da Guiné representa uma porta de entrada para a presença militar da China, diante do seu crescente envolvimento político e econômico com o continente africano.

A utilização de navios da Guarda Costeira e auxiliares, como o Navio Expedicionário Rápido de Transporte, apesar de adequados, em termos de capacidades, às atividades desenvolvidas no Golfo da Guiné, retratam a dificuldade da Marinha estadunidense em designar seus navios de linha para uma região que não é rota para suas áreas de atuação prioritárias.

Os expressivos investimentos da China na expansão de instalações portuárias na costa ocidental da África, com destaque para os portos de águas profundas, geram o receio nos EUA e nas potências europeias de uma versão chinesa da “Doutrina Gorshkov”<sup>74</sup>.

Em maio de 2021, o Comandante do AFRICOM, General Stephen Townsend, declarou, em entrevista à *The Associated Press*, que a China pretendia instalar uma base militar na África Ocidental, com capacidade de atracação de submarinos e porta-aviões: “eles estão procurando um local onde consigam rearmar e reparar navios de guerra, que possa ser útil militarmente em conflito”<sup>75</sup> (BALDOR, 2021, p.1, tradução nossa).

Bo (2020) ressalta a importância de notar que, em relação a gastos militares, equipamentos e outras formas de *hard power*, a China levará ainda um longo tempo até estar em condições de se igualar militarmente aos EUA em experiência e tradições.

Segundo Kennedy e Wilson (2021), os interesses ultramarinos da China além do Pacífico Ocidental e do norte do Oceano Índico são principalmente econômicos e voltados à

---

<sup>74</sup> De acordo com a “Doutrina Gorshkov”, do Almirante Sergey Gorshkov, a Rússia procurava consagrar a busca de uma hegemonia ideológica na África e, na prática, implementar uma política bem mais oceânica, obtendo o maior número de bases navais que assegurassem, permanentemente, à Marinha Vermelha portos para estocagem e abastecimento, tanto em tempo de guerra quanto no de paz (CASTRO, 1983).

<sup>75</sup> “They’re looking for a place where they can rearm and repair warships. That becomes militarily useful in conflict” (BALDOR, 2021, p.1).

proteção dos seus cidadãos em territórios estrangeiros, portanto, falta-lhe o ímpeto para implementar operações ou *deployments* regulares ou de larga escala.

A China, em que pese estar aumentando rapidamente seu inventário de meios relacionados ao Poder Naval, não desfruta da mesma tradição marítima das potências ocidentais, realizando, então, um movimento progressivo e pragmático de expansão de áreas de atuação para mares distantes, atrelado à garantia do desenvolvimento do poder marítimo, conforme previsto em seu Livro Branco de Defesa, e à legitimidade perante organismos internacionais.

Portanto, a complexidade em conciliar distintos interesses, por vezes conflitantes, pode culminar na falta de um acordo para aprovação de uma solução multinacional para o Golfo da Guiné, sob a égide da ONU, que representa uma oportunidade para o Brasil aumentar sua ação de presença na costa oeste africana e fortalecer a ideia de união de esforços dos países de ambos os bordos do Atlântico Sul, sob a iniciativa da ZOPACAS, para o enfrentamento das ameaças no ambiente marítimo.

Considerando que a China mantém seu crescimento econômico, a despeito da crise mundial decorrente da pandemia COVID-19, e a previsão do Centro de Pesquisa de Economias e Negócios do Reino Unido (CEBR, na sua sigla em inglês) de que a economia chinesa irá ultrapassar a dos EUA até 2030, em termos de PIB a preço corrente (CEBR, 2020), o comércio com a África ocidental tende a se tornar cada vez mais intenso e importante, juntamente com a segurança do tráfego marítimo no seu entorno, por onde escoam a maior parte do fluxo de mercadorias.

Em termos de presença militar, há uma predominância dos EUA, sob coordenação do AFRICOM, e das Marinhas ocidentais no Golfo da Guiné, com destaque para os exercícios multinacionais *Obangame Express* e *Grand African NEMO*. Como esses exercícios não abrangem áreas ao sul de Angola, as interações da Marinha dos EUA com a da Namíbia e a da África do Sul são eventuais.

A China tem limitado sua presença militar na costa ocidental da África a visitas esporádicas a portos e exercícios bilaterais, com destaque para a África do Sul. Entretanto, desenvolve um amplo programa de treinamento e intercâmbio, tanto no seu próprio território, quanto nos países africanos, em que busca difundir seu pensamento estratégico militar e gerar uma boa imagem do socialismo com características chinesas<sup>76</sup>. A influência dos intercâmbios e

---

<sup>76</sup> O “socialismo com características chinesas” condensa a realidade política, econômica e social resultante de um processo histórico que trouxe elementos do socialismo soviético no passado, incorporou aspectos do capitalismo ocidental nas décadas mais recentes e, cada vez mais, deixa aflorar em suas instituições, práticas e ideias o que é próprio do solo e da cultura chinesa (CARVALHO, 2021).

cursos chineses é contrabalançada pelos cursos e estágios oferecidos pelas Marinhas ocidentais, incluindo a dos EUA e a do Brasil.

A crescente influência econômica e militar chinesa junto aos Estados da SADC representa um desafio para a Marinha do Brasil. Uma instabilidade entre os EUA e a China na região traria reflexos significativos para o comércio exterior brasileiro, pois, pela Rota do Cabo, passam cerca de 37% do fluxo de navios mercantes provenientes do Brasil e cerca de 20% do fluxo com destino aos portos nacionais<sup>77</sup> (BARBOSA, 2021).

Cabe ressaltar que, em termos de valores FOB<sup>78</sup>, os mercados dos blocos econômicos da Ásia, da Associação de Nações do Sudeste Asiático, da Oceania e do Oriente Médio corresponderam, em 2020, a cerca de 59% de todas as exportações e a cerca de 44 % de todas as importações brasileiras (BRASIL, 2021e).

Recorrendo à Oceanopolítica, a Rota do Cabo não pode ser vista apenas sob a perspectiva do seu contorno pela África do Sul. O canal de Moçambique, rota natural de fluxo com a Índia e com o Oriente Médio, e o litoral de Angola, ponto de entrada no Golfo da Guiné, precisam também ser considerados.

Castro (2009) evidencia a importância desses dois extremos, ao citar a estratégia russa, durante a Guerra Fria, de instalar bases em Angola e Moçambique para estrangular o comércio marítimo ocidental. As guerras civis que sucederam a independência dos referidos países levaram o Brasil, na década de 1990, a participar das Operações de Paz da ONU para estabilização local: Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM) e Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) (ANDRADE *et al.*, 2019).

Em um paralelo com o conceito geopolítico do General Golbery do Couto e Silva de que a linha Natal (Brasil) – Dakar (Senegal) comporia a “soldadura” entre as porções Norte e Sul do Oceano Atlântico (PENHA, 2011), Angola, Namíbia, África do Sul e Moçambique formam a “soldadura” da Rota do Cabo. Considerar Moçambique no contexto da segurança do Atlântico Sul é, portanto, relevante para a Oceanopolítica do Brasil, em consonância com a afirmação da professora Therezinha de Castro (1983, p. 124) de que cabe ao país defender suas rotas vitais “visto que o Brasil é um país que respira pelo mar”.

Em que pesem os benefícios dos exercícios multinacionais e bilaterais no Golfo da Guiné, sua duração limitada não garante a continuidade da presença de Forças Navais no mar,

---

<sup>77</sup> Média aritmética dos quantitativos observados entre 2018 e 2020.

<sup>78</sup> “O valor FOB indica o preço da mercadoria em dólares americanos sob o *Incoterm* FOB (*Free on Board*), modalidade na qual o vendedor é responsável por embarcar a mercadoria enquanto o comprador assume o pagamento do frete, seguros e demais custos pós-embarque. Nesse caso, o valor informado da mercadoria expressa o valor exclusivamente da mercadoria” (BRASIL, 2021f, p.26).

condição indispensável para o combate à pirataria e a outros crimes transnacionais no ambiente marítimo. A realização de comissões separadas, sob coordenação do Brasil, em períodos distintos, contribuiria para a redução desse problema, com o aumento dos períodos de patrulha marítima e da capacitação das Marinhas africanas.

Entretanto, há que se considerar o desafio em se conciliar a disponibilidade dos meios da MB para atuação simultânea na proteção da Amazônia Azul<sup>79</sup> e no exercício da Diplomacia Naval na África.

Em razão dos laços de amizade e confiança desenvolvidos com todos os países da costa oeste africana, a MB poderia ser o elo entre os Estados da SADC e os da ECOWAS e ECCAS para a formação de uma mentalidade Sul-Atlântica de segurança marítima sob a iniciativa da ZOPACAS.

#### **5.4 Ações de Diplomacia Naval para Promoção da ZOPACAS pela MB**

As atividades de Diplomacia Naval desenvolvidas pela MB com os países da costa oeste africana, apesar de abrangentes, são distribuídas no espaço geográfico e no tempo, dificultando a visão holística da prioridade atribuída pelo Brasil à região, em prol da segurança marítima do Atlântico Sul.

Segundo Saraiva (2012), a ZOPACAS deveria motivar o contato com a Arquitetura de Segurança e Defesa da África e prover parte do processo decisório da política africana no Brasil.

Abdenur *et al.* (2016) destacam que, enquanto outros países puderem se apropriar e conceituar o Atlântico Sul como seu oceano e o Brasil não corresponder às suas aspirações de liderança com compromissos, soluções comuns não apenas permanecerão frágeis, mas também continuarão a ser concebidas por aqueles que são capazes e estão dispostos a pagar o apoio a seus pares na região.

É preciso, portanto, trabalhar nos três fatores-chaves da Diplomacia Naval apontados por Till (2018): percepção, presença e credibilidade.

No tocante à percepção, a exemplo do sucesso de comunicação do governo chinês, ao estabelecer a Iniciativa do Cinturão e Rota como plataforma unificada de cooperação, a MB

---

<sup>79</sup> “A Amazônia Azul® é a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da PC brasileira. Ela deve ser interpretada sob quatro vertentes: econômica, científica, ambiental e da soberania” (BRASIL, 2017a, p. 1-2).

poderia congregar todas as atividades de cooperação com as Marinhas Sul-Atlânticas em um esforço de união de ambos os bordos, sob a “marca” da Iniciativa da ZOPACAS.

Segundo Till (2018), a Diplomacia Naval não acontece naturalmente, por conseguinte, em razão da sua natureza, frequentemente demandante, e da gama de atividades envolvidas, seria imprudente confiar na improvisação. Assim como outras missões militares, a Diplomacia Naval requer reflexão e uma boa preparação.

O diálogo igualitário com todas as Marinhas da costa ocidental da África e a premissa de “Soluções Africanas para Problemas Africanos” precisam permear as interações em todos os níveis, desde o estratégico até o tático, e se refletirem no estabelecimento de pontos de cooperação claros e objetivos, compreensíveis por todos.

A necessidade de comunicação e entendimento entre os diversos níveis foi evidenciada no artigo publicado pelo *International College of Defence Studies*, na China, pelo oficial-aluno, Capitão de Mar e Guerra Omatseye O’Weyinmi Nesiama, da Marinha da Nigéria, que relatou as dificuldades em desenvolver memorandos de entendimentos Sino-Nigerianos com objetivos claros, a partir de declarações formais e de acordos abrangentes estabelecidos, em diferentes fóruns, por líderes de ambos os países no nível estratégico (NESIAMA, 2013).

As medidas para formar a mentalidade de uma iniciativa abrangente, desenvolver mecanismos de diálogo e ressaltar o compromisso da MB com o fortalecimento da ZOPACAS envolvem a realização de simpósios sobre a iniciativa, o estabelecimento de um plano de ação com metas exequíveis e mensuráveis e a realização de uma comissão de longa duração na costa oeste africana, com emprego de uma Força Naval nucleada no Capitânia da Esquadra.

Segundo Booth (1977), em termos de simbolismo, a presença de navios de guerra, especialmente aqueles de maior tamanho, torna-os significantes, bem como representantes particularmente úteis e visíveis das intenções e compromissos de um país. O emprego do Capitânia da Esquadra na comissão inaugural da plataforma unificada da ZOPACAS teria, portanto, um importante papel na mensagem a ser transmitida para as Marinhas amigas.

Em aproveitamento de sua representatividade, o Navio Aeródromo Multipropósito (NAM) Atlântico poderia, durante as visitas aos portos, sediar assinaturas de memorandos de entendimentos, reuniões entre chefes de Estado, ministro de Relações Exteriores, ministros da Defesa e Comandantes de Marinha, bem como reuniões entre empresários dos setores produtivos dos respectivos países, mostruários de produtos nacionais, além de simpósios e fóruns de diálogo.

Poderia, ainda, prover assistências cívico-social e hospitalar às comunidades locais, transportar suprimentos em larga escala para fornecimento, apoiar a manutenção de meios das

Marinhas amigas e embarcar observadores para acompanhar a comissão e interagir nos exercícios<sup>80</sup>.

A característica do NAM Atlântico de ser um navio projetado para operação com as demais Forças Singulares e o fato de estar capacitado para esse tipo de emprego conjunto<sup>82</sup> acrescentariam a possibilidade de participação do Exército e da Força Aérea Brasileira nas ações de Diplomacia Naval.

A comissão de longa duração com navios da Esquadra e as operações subsequentes, por meio da rotatividade dos navios da Esquadra ou dos Distritos Navais, complementariam os aspectos de presença e credibilidade.

A contribuição para o aumento da segurança marítima na costa ocidental da África exigirá, além do treinamento das Marinhas locais, a otimização do emprego das capacidades que os navios da MB podem oferecer para apoiar o combate aos ilícitos no mar. Assim, a realização de reuniões preparatórias, a intensificação das interações para compreensão mútua de necessidades e responsabilidades, o estabelecimento de bases legais de atuação e o estímulo para participação do maior número de meios das Marinhas locais precisarão preceder as comissões.

No tocante à continuidade das ações de presença, os NaPaOc da Classe “Amazonas”, de 1.800 toneladas, mostraram-se como meios de excelência para operações na costa oeste africana, por sua elevada autonomia, que lhes permite atravessar o Atlântico e permanecer por longos períodos em operação, sem a necessidade de reabastecimento no mar, e por suas capacidades relacionadas à Patrulha Naval, procedimentos de abordagem, operação com aeronaves e drones, assim como transporte de tropa e observadores. O posicionamento estratégico da sede de um dos NaPaOc na Base Naval de Natal permite, ainda, uma maior aproximação com os países do Golfo da Guiné.

A ampla divulgação das ações realizadas, por meio das Embaixadas e do Centro de Comunicação Social da Marinha, representa uma importante ferramenta a ser explorada para desenvolvimento da mentalidade marítima da sociedade brasileira, no tocante à relevância da Diplomacia Naval para o país, assim como para formar a percepção, nas nações amigas da costa

---

<sup>80</sup> A elevada capacidade de transporte de material e pessoal do NAM Atlântico permitiria o desdobramento de um Hospital de Campanha nos portos visitados, na gradação adequada a cada localidade, em aproveitamento da capacidade expedicionária da MB.

<sup>81</sup> Hospital de Campanha é uma unidade móvel de saúde, de caráter temporário, composta por estruturas modulares móveis, semimóveis ou fixas, do tipo barraca ou contêiner, rígidas ou mesmo híbridas, destinadas ao apoio de saúde em missões operativas, operações de paz, situações de desastres e de apoio humanitário, devendo possuir a infraestrutura necessária para a assistência emergencial e sua configuração estar de acordo com a natureza da missão atribuída (BRASIL, 2011b).

<sup>82</sup> BRASIL, 2021m

oeste africana, do comprometimento da MB com os pontos de cooperação estabelecidos.

Segundo Rowlands (2019), a diplomacia é considerada um instrumento de comunicação usado nas relações de poder, para promover os interesses dos atores internacionais envolvidos e a Diplomacia Naval é um subconjunto da diplomacia geral e um meio de comunicação, por atores marítimos, tanto estatais como não estatais, em busca de seus interesses.

Em razão das especificidades do emprego das Forças Navais, a atuação dos Adidos Navais acreditados nos países da costa oeste africana, tanto para assessoria aos Embaixadores a quem estão subordinados quanto para o levantamento das necessidades de apoio às Marinhas locais, é de grande importância para o alinhamento das perspectivas da Diplomacia do país com a Diplomacia Naval, motivando, assim, o apoio ao Brasil nas votações em fóruns internacionais.

Considerando a liderança da Nigéria junto à UA e aos países da ECCAS e ECOWAS, bem como a capacidade do seu Poder Naval, evidenciada, em 2021, quando empregou catorze navios, dois helicópteros e uma unidade de Operações Especiais na operação “*Secured Waters*” para combate à pirataria no Golfo da Guiné (USMAN, 2021), observa-se que a MB carece de um Adido Naval acreditado no referido país. Esse problema poderia ser resolvido com a inclusão da rotatividade entre as Forças Singulares para indicação do Adido de Defesa, ou com a criação de um cargo de Adjunto do Adido, a ser ocupado exclusivamente por oficiais da MB.

Outro ponto relevante de cooperação que poderia ser explorado é o relacionado à Consciência Situacional Marítima. A Ação Estratégica Defesa -2, estabelecida no PEM 2040, prevê a instalação de um sistema de defesa proativo, consoante com o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul<sup>83</sup> (SisGAAz), que disponha de consciência situacional e agilidade decisória, por meio de uma estrutura de Comando e Controle que incorpore novas tecnologias de ciência de dados, como Inteligência Artificial (BRASIL, 2020a).

O derramamento de óleo que atingiu a costa brasileira, em julho de 2019, evidenciou a importância não só do monitoramento da Amazônia Azul, mas do Atlântico Sul como um todo, uma vez que, mesmo que a poluição ambiental ocorra em alto-mar, as correntes oceânicas podem trazer resíduos para o litoral brasileiro (BRASIL, 2021g).

Portanto, durante o desenvolvimento do SisGAAz, a integração dos sistemas de monitoramento da MB com os dos países da África Ocidental, bem como o compartilhamento de informações de inteligência e a transferência de expertise na operação interagências do

---

<sup>83</sup> O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul é um grande “sistema de sistemas”, destinado a prover monitoramento/controle sobre as águas jurisdicionais brasileiras, com dupla funcionalidade nos campos militar e civil (BRASIL, 2020a).

CISMAR, trariam resultados significativos para o aumento da segurança marítima do Atlântico Sul, com benefícios mútuos.

Em relação ao Golfo da Guiné, a MB poderia contribuir com o fortalecimento da Arquitetura de Segurança de Yaoundé, por meio da ampliação das atividades desenvolvidas com o Centro de Coordenação Interregional, em Camarões, e com países que estão ampliando sua infraestrutura de monitoramento, como a Nigéria, com seu projeto “Deep Blue”, orçado em US\$ 125 milhões, que abrangerá a área marítima de Senegal a Angola (NIGÉRIA, 2021).

No tocante à área marítima da África Austral, a MB poderia aproveitar seu bom relacionamento na região e ser o catalisador da união de esforços para o desenvolvimento de operações combinadas e recorrentes com as respectivas Marinhas.

O apoio da África do Sul seria de grande importância para o sucesso dessa iniciativa, por sua liderança regional, por constituir o maior poder naval das Marinhas da África Austral e por estar desenvolvendo um sofisticado sistema de monitoramento de áreas marítimas, com emprego de tecnologias emergentes, que abrangerá, além da Rota do Cabo, as áreas costeiras e oceânicas em torno de todos os países da SADC (WALKER; REVA, 2020), com grande potencial de cooperação com o CISMAR.

Considerando a convergência de interesses entre o Brasil e a África do Sul na segurança da área marítima de Moçambique e sua influência direta sobre a Rota do Cabo e indireta sobre o Atlântico Sul, as operações a serem realizadas sob a iniciativa da ZOPACAS deveriam abranger o litoral e os espaços oceânicos em torno do referido país.

Moçambique, portanto, independentemente de sua posição geográfica, deveria ser incluído no Entorno Estratégico Brasileiro, definido na PND e na END, bem como ser admitido como membro da ZOPACAS.

Em relação à capacitação de pessoal, além das iniciativas já realizadas, a MB poderia contribuir com o desenvolvimento do pensamento estratégico das Marinhas da costa oeste africana, coordenando com a Escola Superior de Guerra a alocação de vagas para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia e com a criação de um curso internacional na Escola de Guerra Naval, no idioma inglês, de Política e Estratégias Marítimas. Os cursos de altos estudos para Capitães de Mar e Guerra trazem, ainda, o inegável benefício da formação de uma rede de relacionamentos entre os futuros líderes das respectivas Marinhas.

Em complemento aos cursos técnicos ofertados em suas instalações de ensino, a MB poderia disponibilizar vagas para estágios em seus navios, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, administrativo e operativo dos militares das Marinhas amigas.

Outra possibilidade de cooperação seria a realização de treinamentos para atuação em Operações de Paz, com o emprego de integrantes do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz, composto por 220 militares, que, em julho de 2021, passou por uma inspeção de uma comitiva da ONU (BRASIL, 2021i) para sua certificação como Força de Reação Rápida no Sistema de Prontidão de Operações de Paz das Nações Unidas (BRASIL, 2021h).

A ZOPACAS poderia ser vista, ainda, como uma oportunidade de desenvolvimento mútuo das respectivas Bases Industriais de Defesa, com participação da EMGEPRON para promover o intercâmbio de pesquisas sobre inovações militares a partir de tecnologias emergentes, a cooperação para projetos e construção de meios customizados às necessidades locais e a comercialização de itens de defesa de produção autóctone, com a possibilidade dual de transbordamento de negócios para outros setores, como o desenvolvimento de Agrotech<sup>84</sup>, de grande relevância para a segurança alimentar dos países africanos.

Cabe ressaltar a formação do crescente mercado consumidor africano, com destaque para a Nigéria, que dobrará sua população de 200 milhões de habitantes nos próximos 30 anos, e para a República Democrática do Congo, que atingirá cerca de 200 milhões de habitantes em 2050 (ONU, 2019).

No tocante às inovações militares a partir de tecnologias emergentes, a Estratégia Nacional de Inovação prevê uma ação estratégica específica para promover a inserção/integração internacional dos diferentes atores do ecossistema de empreendedorismo brasileiro, com R\$ 5,5 milhões disponíveis para financiamento de projetos já em 2021 e 2022, via Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII (BRASIL, 2021j), de grande relevância para o desenvolvimento do SisGAAz, conforme previsto na Ação Estratégica Naval Defesa -2 do PEM 2040 (BRASIL, 2020a).

A customização de projetos de meios navais às necessidades das Marinhas locais da costa oeste africana poderia ser realizada pelo Centro de Projetos de Navios da MB, em parceria com indústrias navais, sob coordenação da EMGEPRON.

---

<sup>84</sup> Agrotech é a transformação digital no agronegócio, a partir de empresas do setor tecnológico que oferecem soluções inovadoras para otimizar os processos agrícolas e pecuários, resultando em um aumento de produtividade e redução de desperdícios (COUTINHO, 2020).

Em relação à parceria para construção de meios, destacam-se a formação do *cluster* marítimo do Rio de Janeiro<sup>85</sup>, a partir do Programa de Desenvolvimento de Submarinos e da carteira de negócios da MB no Estado; a expertise a ser adquirida pela Indústria Naval de Santa Catarina (ÁGUAS AZUIS, 2021), a partir do Programa “Classe Tamandaré”, que prevê a construção de quatro Fragatas em Itajaí a partir de 2021; a experiência do estaleiro INACE, no Ceará, na construção de Lanchas e Navios-Patrolha de 200t e 500t (INACE, 2021); bem como da empresa DGS Defense, na construção de lanchas blindadas de inspeção naval para a MB (BRASIL, 2021).

A formulação de uma estratégia marítima abrangente permitiria à MB conciliar as demandas de proteção da Amazônia Azul com as atividades de Diplomacia Naval, estipular as metas a serem alcançadas e coordenar a alocação de recursos e meios para, de uma forma planejada, consolidar a ZOPACAS como instrumento prioritário de cooperação para a segurança marítima do Atlântico Sul, em especial, na costa oeste da África.

O APÊNDICE E contém o detalhamento das ações sugeridas e uma proposta de classificação em curto e médio prazos, com base no tempo estimado para sua implementação. Entretanto, estudos complementares, considerando a disponibilidade de meios navais, recursos orçamentários, relações institucionais e prioridades da Alta Administração Naval são necessários para aprimorar a classificação apresentada.

---

<sup>85</sup> Formar um cluster marítimo significa agrupar indústrias, empresas, instituições, incluindo governo e academia, serviços e atividades ligadas à Economia Azul para fomentar o desenvolvimento de uma determinada área. O Cluster Tecnológico Naval de Defesa no Rio de Janeiro pode ser considerado como realidade e, assim como ele, outros poderão surgir e compor o cluster marítimo do Rio de Janeiro como: offshore, turístico, petroquímico, de construção e reparação naval mercante (BRASIL, 2021k).

## 6. CONCLUSÃO

A aproximação dos EUA com os Estados africanos, a partir de 2002, com ênfase na Nigéria e na África do Sul, surgiu da percepção de que ameaças para a segurança interna do país poderiam partir de países fracos, conforme ocorrido nos ataques terroristas em 11 de setembro de 2001.

A prioridade estabelecida ao continente africano pelo governo de George W. Bush (2001 a 2009), na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2002, foi reforçada com a descoberta de grandes reservas de petróleo no litoral da Nigéria, em 2005, culminando com a criação do AFRICOM, em 2007. Com a ampliação da produção do óleo de xisto e das importações provenientes do Canadá, a partir de 2010, houve um declínio progressivo no fornecimento de petróleo aos EUA pelos países da costa ocidental da África, em especial Nigéria e Angola, reduzindo, assim, a importância geopolítica da região.

As iniciativas de ampliação de relacionamento com os países africanos foram mantidas pelo governo do presidente Obama (2009-2017), porém arrefeceram a partir do governo Trump (2017-2021), em razão de sua política isolacionista, apesar de reconhecer a crescente influência da China na região, que motivou o presidente Biden (2021-) a colocar a África, novamente, na agenda prioritária dos EUA.

As ações estratégicas e políticas dos EUA voltadas à África, além do caráter humanitário, procuram desenvolver o respeito mútuo e os valores do mundo ocidental, como democracia, respeito aos direitos humanos e boa governança, de forma a permitir o estabelecimento das condições mínimas de investimento estrangeiro nos países africanos, reduzindo riscos e garantindo a transparência necessária.

Em que pesem a formação de um potencial mercado consumidor na África, com o crescimento da população jovem, a perspectiva de crescimento econômico e a ampla disponibilidade de recursos naturais, o continente africano representa apenas cerca de 1% das atividades de comércio e investimento dos EUA, com destaque para África do Sul, Nigéria, Gana, Angola e Costa do Marfim, nessa sequência.

Entretanto, à medida que os países africanos superam suas divergências regionais e adotam valores que favoreçam a entrada de empresas estrangeiras, novas oportunidades surgem para ampliação das relações comerciais com os EUA, o que requer a segurança das linhas de comunicações marítimas, em especial no Golfo da Guiné.

A crescente influência política da China na costa ocidental da África tem sua origem com a criação da FOCAC, em 2001, e é decorrente das medidas de desenvolvimento social e econômico promovidas a partir da formação de uma rede de relacionamentos e de acordos estabelecidos em reuniões formais de alto nível, em que o governo chinês se apresenta como um modelo alternativo ao Ocidental, concedendo empréstimos com menos exigências de contrapartidas e realizando amplos investimentos em capital humano e em infraestruturas.

A China está ocupando os vazios deixados pelos EUA na costa ocidental da África, ampliando suas interações comerciais. A estratégia de diversificação de mercados da economia chinesa encontra boa receptividade nos países da região, que desenvolveram, em 2020, um volume comercial com a China cerca de cinco vezes superior ao realizado com os EUA.

Dentre os principais parceiros comerciais da China na região, destacam-se a África do Sul, Angola, Namíbia, República Democrática do Congo e República do Congo, por serem fornecedoras de matérias-primas estratégicas para sua indústria, bem como a Nigéria, por ser o maior importador regional de produtos chineses.

As ameaças à segurança marítima na costa ocidental da África representam riscos aos investimentos chineses e entraves para o desenvolvimento dos países africanos, motivando a China a ser mais assertiva nos fóruns internacionais e nas reuniões da FOCAC, mormente a partir de 2018, quanto à necessidade de se buscar uma solução conjunta e tempestiva para a região, à semelhança da adotada na costa leste da África.

Entretanto, a complexidade em conciliar distintos interesses, por vezes conflitantes, pode culminar na falta de um acordo para aprovação de uma solução multinacional sob a égide da ONU.

Em termos de presença militar no Golfo da Guiné, há uma predominância dos EUA, sob coordenação do AFRICOM, e das Marinhas ocidentais, com destaque para os exercícios multinacionais *Obangame Express* e *Grand African NEMO*. Como esses exercícios não abrangem áreas ao sul de Angola, as interações da Marinha dos EUA com a da Namíbia e da África do Sul são eventuais.

Os EUA, país de projeção militar global, precisam distribuir seus meios navais em áreas prioritárias, como no Mediterrâneo e na Região do Indo-Pacífico, ao mesmo tempo em que percebem, juntamente com as potências militares europeias, que a instabilidade no Golfo da Guiné representa uma porta de entrada para a presença militar da China, diante do seu crescente envolvimento político e econômico com o continente africano.

A presença militar da Marinha chinesa na costa ocidental da África tem se limitado a visitas esporádicas a portos e exercícios bilaterais, em maior frequência com África do Sul.

Sua contribuição para o combate à pirataria e a crimes transnacionais está mais relacionada com elementos da Diplomacia Marítima, como desenvolvimento e controle de operação de portos, apoio para aperfeiçoamento de legislações referentes ao uso do mar, bem como de sistemas jurídicos para responsabilização e punição de infratores.

Em que pese estar aumentando rapidamente seu inventário de meios relacionados ao Poder Naval, a China não desfruta da mesma tradição marítima das potências ocidentais, realizando, portanto, um movimento progressivo e pragmático de expansão de áreas de atuação para mares distantes, atrelado à garantia do desenvolvimento do poder marítimo, conforme previsto em seu Livro Branco de Defesa, e à legitimidade perante organismos internacionais.

Apesar das iniciativas de cooperação internacional, o Golfo da Guiné ainda permanece como uma região vulnerável a um complexo espectro de ameaças. Embora tenha ocorrido redução no número de incidentes de pirataria e roubo armado, constata-se que houve uma mudança no perfil de ataques aos navios, desde 2018, caracterizado pelo aumento da violência e do sequestro de tripulantes com pedidos de resgate.

Os interesses geopolíticos da China e dos EUA nos países da costa oeste da África e as dificuldades de ambos para combater, isoladamente, as ameaças à segurança marítima na região apresentam, em seu conjunto, desafios, bem como oportunidades que podem ser aproveitadas pela Marinha do Brasil para fortalecimento da iniciativa ZOPACAS e a criação de uma mentalidade Sul-Atlântica de cooperação e desenvolvimento comum, em conformidade com os objetivos estratégicos estabelecidos na Política Nacional de Defesa e documentos decorrentes.

No exercício da Diplomacia Naval com os Estados da costa oeste africana, o Brasil é beneficiado por vantagens em relação às potências extrarregionais, como posição geográfica, laços históricos e culturais e o anseio comum de formação de uma identidade Sul-Atlântica. Entretanto, a MB precisa conciliar a disponibilidade dos seus meios para atuação simultânea nessa atividade com as necessidades de emprego para proteção da Amazônia Azul.

As inúmeras atividades desenvolvidas pela MB junto aos países da costa ocidental da África são distribuídas no espaço geográfico e no tempo, dificultando a visão holística da prioridade atribuída pelo Brasil à região, em prol da segurança marítima. O estabelecimento de uma plataforma unificada de cooperação, sob a “marca” da ZOPACAS, contribuiria para aumentar a percepção do esforço conjunto e da união das Marinhas de ambos os bordos do Atlântico Sul.

As medidas para formar a mentalidade de uma iniciativa abrangente envolvem a realização de simpósios sobre a ZOPACAS, o estabelecimento de um plano de ação com metas

(exequíveis e mensuráveis) e a realização de uma comissão de longa duração na costa oeste africana, com emprego do Capitânia da Esquadra, que, por seu simbolismo e porte, retrataria o compromisso da MB com o fortalecimento da ZOPACAS.

Em aproveitamento da representatividade do Capitânia, durante as visitas aos portos africanos, o navio poderia sediar encontros de alto nível, assinaturas de memorandos de entendimentos, simpósios e fóruns de discussão, além de prover, com o emprego de suas capacidades operativas, assistências cívico-social e hospitalar às comunidades locais e o embarque de observadores.

As características do NAM Atlântico, de ser um navio projetado para operação com as demais Forças Singulares e o fato de estar capacitado para esse tipo de emprego conjunto, acrescentariam a possibilidade de participação do Exército e da Força Aérea Brasileira nas ações de Diplomacia Naval.

A ampla divulgação das ações realizadas, por meio das Embaixadas e do Centro de Comunicação Social da Marinha, contribuiria para desenvolvimento da mentalidade marítima da sociedade brasileira, no tocante à relevância da Diplomacia Naval para o país, assim como para formar a percepção, nas nações amigas, do comprometimento da MB com os pontos de cooperação estabelecidos.

As exigências de presença e de credibilidade, inerentes à Diplomacia Naval, poderiam ser atendidas com a continuidade das operações, a partir do revezamento de meios, em especial, com a utilização dos NaPaOc Classe Amazonas, que se mostraram meios de excelência para as atividades desenvolvidas na costa oeste africana.

Em razão da liderança regional da Nigéria junto à UA e aos demais Estados ligados à segurança marítima do Golfo da Guiné, bem como do seu destacado poder militar na região, faz-se necessária a indicação de um Adido Naval para o referido país, com o propósito de lidar com as especificidades do emprego das Forças Navais e promover o alinhamento entre a Diplomacia Naval e os aspectos mais amplos da atividade Diplomática brasileira, favorecendo, assim, o apoio ao Brasil nos assuntos de interesse em fóruns internacionais.

O compartilhamento de informações de inteligência, a transferência de conhecimentos sobre operações interagências e a cooperação com os sistemas de monitoramento de áreas marítimas, em especial com a Nigéria e África do Sul, que estão realizando grandes investimentos nesse setor, são iniciativas de benefício mútuo para aumento da segurança do Atlântico Sul.

A inclusão de Moçambique no Entorno Estratégico Brasileiro e sua admissão como Estado-Membro da ZOPACAS, além de atender aos interesses do Brasil junto à CPLP e à

manutenção da segurança marítima da Rota do Cabo, atrairia o apoio da África do Sul, importante líder regional junto aos países da SADC.

A alocação de vagas no curso de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra e a formação de um curso internacional de Política e Estratégia, no idioma inglês, na Escola de Guerra Naval, além de contribuírem para a formação do pensamento estratégico das Marinhas da costa oeste africana, permitiriam a formação de uma oportuna rede de contato entre futuros líderes.

A ZOPACAS poderia oferecer treinamento de tropas para atuação em Operações de Paz e ser vista, ainda, como catalisadora do desenvolvimento das Bases Industriais de Defesa dos seus Estados-Membros, a partir do intercâmbio de pesquisas sobre inovações militares com emprego de tecnologias emergentes, cooperação para projetos e construção de meios customizados às necessidades locais e comercialização de itens de defesa de produção autóctone, com a possibilidade dual de transbordamento de negócios para outros setores, como o desenvolvimento de Agrotech.

Caso, no futuro, seja formada uma Força-Tarefa Marítima (FTM) Multinacional, sob a égide da ONU, para combate à pirataria e a outros crimes transnacionais no Golfo da Guiné, o Brasil poderia assumir o comando desse esforço internacional, com base na sua experiência à frente da UNIFIL e, mais recentemente, no Comando da CTF-151, considerando, ainda, que o Brasil é um ator confiável no cenário da segurança marítima do Atlântico Sul, por seu destacado Poder Naval, sua ligação militar com as potências ocidentais e por ter a China como seu maior parceiro comercial.

A formulação de uma estratégia marítima abrangente permitiria à MB conciliar as demandas de proteção da Amazônia Azul com as atividades de Diplomacia Naval, estipular as metas a serem alcançadas e coordenar a alocação de recursos e meios para, de uma forma planejada, consolidar a ZOPACAS como instrumento prioritário de cooperação para a segurança marítima do Atlântico Sul, em especial, na costa oeste da África.

## REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; MATTHEIS, Frank; SEABRA, Pedro. *An ocean for the Global South: Brazil and the zone of peace and cooperation in the South Atlantic*. Cambridge Review of International Affairs. 2016. Disponível em: <<http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/images/pdf/CAD/LXVII/Bibliografia/politica-externa-brasileira/leitura-obrigatoria/An-ocean-for-the-Global-South-Brazil.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2021.

ACKER, Kevin; BRAUTIGAM, Deborah; HUANG, Yufan. *The pandemic has worsened Africa's debt crisis. China and other countries are stepping in*. The Washington Post. 2021. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/politics/2021/02/26/pandemic-has-worsened-africas-debt-crisis-china-other-countries-are-stepping-in/>>. Acesso em: 4 jul. 2021.

ACOSTA, Jim. *U.S., other powers kick Russia out of G8*. CNN. 2014. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2014/03/24/politics/obama-europe-trip/index.html>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

ÁFRICA DO SUL. Governo da África do Sul. *White Paper on South African Foreign Policy - Building a Better World: The Diplomacy of Ubuntu*. Cidade do Cabo. 2011. Disponível em: <<https://www.gov.za/documents/white-paper-south-african-foreign-policy-building-better-world-diplomacy-ubuntu>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

AGRELA, Lucas. *Novo Cabo Submarino liga Brasil com a África*. São Paulo. Exame. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/tecnologia/novo-cabo-submarino-liga-brasil-com-a-africa/>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

ÁGUAS AZUIS. *Fragatas Classe Tamandaré: o mais moderno e inovador projeto naval do Brasil*. 2021. Disponível em: <<https://aguasazuis.com.br/>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

ALLEN, Kenneth; CHEN, Mingzhi. *The People's Liberation Army's 37 Academic Institutions*. China Aerospace Studies Institute. 2020. ISBN: 9798635621417. Disponível em: <[https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/CASI/Books/CASI\\_Academic\\_Institutions\\_Encyclopedia\\_web\\_final.pdf](https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/CASI/Books/CASI_Academic_Institutions_Encyclopedia_web_final.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ANDRADE, Israel de Oliveira; HAMANN, Eduarda Passarelli, SOARES, Matheus Augusto. *A Participação do Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: Evolução, Desafios e Oportunidades*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília. 2019. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8939/1/td\\_2442.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8939/1/td_2442.pdf)>. Acesso em 1 ago. 2021.

ANGOLA CABLES. *Apresentação Institucional*. 2021. Disponível em: <<https://www.eventos.momentoeditorial.com.br/wp-content/uploads/2016/08/jorge-salomao.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2021.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. *The Emergence of Noopolitik: Toward an American Information Strategy*. RAND. Washington. 1999. Disponível em: <[https://www.rand.org/pubs/monograph\\_reports/MR1033.html](https://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1033.html)>. Acesso em: 7 mar. 2021.

AYITOGO, Nasir. *Insecurity: Buhari urges U.S. to move AFRICOM to Africa*. Premium Times. 2021. Disponível em: <<https://www.premiumtimesng.com/news/top-news/457943-insecurity-buhari-urges-u-s-to-move-africom-to-africa.html>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BALDOR, Lolita C. *General: China's Africa outreach poses threat from Atlantic*. 2021. Disponível em: <<https://apnews.com/article/middle-east-africa-china-business-government-and-politics-24f774a952eaabcb38d2b25380b61a62>>. Acesso em: 9 maio 2021.

BARBOSA, João Batista. Capitão de Mar e Guerra. Comandante do Centro Integrado de Segurança Marítima da Marinha do Brasil. Entrevista pessoal concedida ao autor em 21 de julho de 2021.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. **OCEANOPOLÍTICA**: uma pesquisa preliminar. REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. n. 04/06. v. 129. 2009. Disponível em: <[http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb\\_2-2009.pdf](http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_2-2009.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BAX, Pauline. *Chinese-Built Port Evokes Dreams of El Dorado in Cameroon*. New Economy. 2018. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/features/2018-08-29/china-stakes-its-claim-on-west-africa>>. Acesso em: 5 jul. 2021

BENABDALLAH, Lina. *Shaping the Future of Power: Knowledge Production and Network-Building in China-Africa Relations*. Ann Arbor. University of Michigan Press. 2020. ISBN 978-0-472-12689-7.

BENSON, Jeff W. *China's Dual Command at Sea*. Revista Proceedings Vol. 147/3/1,417. 2021. Disponível em: <<https://www.usni.org/magazines/proceedings/2021/march/chinas-dual-command-sea>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BHANDARI, Humnath; YASUNOBY, Kumi. *What is Social Capital? A Comprehensive Review of the Concept*. Asian Journal of Social Science, Volume 37, n. 3. 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/233546004\\_What\\_Is\\_Social\\_Capital\\_A\\_Comprehensive\\_Review\\_of\\_the\\_Concept](https://www.researchgate.net/publication/233546004_What_Is_Social_Capital_A_Comprehensive_Review_of_the_Concept)>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BLAINE, Mark; NEL, Michele. *South African Maritime Foreign Policy: Rethinking the Role of the South African Navy*. *South African Journal of Military Studies*. 2019. Disponível em: <<https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/EJC-1ddd1f410d>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. **O que é IED?**. 2021a. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/o-que-e-ied>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Marinha do Brasil. **DSM-4003 – Manual para Ativação e Operação do Hospital de Campanha**. Rio de Janeiro. Diretoria de Saúde da Marinha. 2011b. 64p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Cerimônia de ativação do CFN da Marinha da Namíbia**. 2016. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/cgcfm/node/264>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Cerimônia de Desincorporação e Despedida do Navio-Capitânia da FTM-UNIFIL é realizada no Líbano.** 2020f. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/cerimonia-de-desincorporacao-e-despedida-do-navio-capitania-da-ftm-unifil-e-realizada-no>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Cluster Marítimo.** 2021k. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/economia-azul/cluster-maritimo>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Combate ao Óleo no País: Protegendo a Amazônia Azul.** 2021g. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/combate-ao-oleo>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Corveta “Barroso” participa de missões no Continente Africano.** 2018. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/corveta-barroso-participa-de-missoes-no-continente-africano>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **EMA-300 – Plano Estratégico da Marinha 2040.** Brasília. Estado-Maior da Armada. 2020a. 88p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **EMA-323 – Política Naval.** Brasília. Estado-Maior da Armada, 2019a. 47p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **EMA-325. Doutrina Militar Naval – DMN (Mod.1).** Brasília. Estado-Maior da Armada. 2017a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz prepara-se para inspeção da ONU.** 2021i. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/grupamento-operativo-de-fuzileiros-navais-de-forca-de-paz-prepara-se-para-inspecao-da-onu>>. Acesso em: 4 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Marinha adquire lanchas blindadas durante LAAD.** 2021l. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-adquire-lanchas-blindadas-durante-laad>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Marinha do Brasil assume Comando da *Combined Task Force* (CTF) 151.** 2021d. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-assume-comando-da-combined-task-force-ctf-151>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Marinha do Brasil tem participação inédita na Comissão *Grand African NEMO* 2019.** 2019c. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-tem-participacao-inedita-na-comissao-grand-african-nemo-2019>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Marinha realiza *Webinar* sobre a ZOPACAS.** 2020e. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-realiza-webinar-sobre-zopacas>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Marinha do Brasil realiza transmissão do cargo de Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul.** 2021c. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-realiza-transmissao-do-cargo-de-coordenador-da-area-maritima-do-atlantico>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Operação Felino reúne nove países de Língua Portuguesa em treinamento conjunto.** 2017b. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/operacao-felino-reune-nove-paises-de-lingua-portuguesas-em-treinamento-conjunto>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Operação “Urano/2021” reforça a interoperabilidade entre as três Forças Armadas.** 2021m. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/operacao-urano2021-reforca-interoperabilidade-entre-tres-forcas-armadas>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Política Nacional de Inovação: Ação #2632.** 2021j. Disponível em: <<https://inovacao.mcti.gov.br/acoes-iniciativas/?eixo=3&id=152>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Brasil e Moçambique, Parceiros na Defesa: Palestra do Ministro da Defesa, Celso Amorim, no Instituto Superior de Estudos de Defesa.** 2014. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/marco/brasila\\_moambiquea\\_parceirosa\\_naa\\_defesa.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/marco/brasila_moambiquea_parceirosa_naa_defesa.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **DEFESA - LAAD 2011: Brasil assina entendimento técnico que permitirá levantamento da plataforma continental de Angola.** 2011a. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/14042011-defesa-laad-2011-brasil-assina-entendimento-tecnico-que-permitira-levantamento-da-plataforma-continental-de-angola>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília. 2020d. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro\\_branco\\_congresso\\_nacional.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ministro da Defesa acompanha inspeção da ONU a tropas brasileiras que poderão atuar em missões de Paz.** 2021h. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ministro-da-defesa-acompanha-inspecao-da-onu-a-tropas-brasileiras-que-poderao-atuar-em-missoes-de-paz>>. Acesso em: 4 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília. 2020b. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).** 2020c. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. **Grupo dos 20 (G20).** 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/grupo-dos-20-g20>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços. **Exportação e Importação Geral.** 2021e. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Manual de utilização dos dados estatísticos do comércio exterior brasileiro.** 2021f. Disponível em: <<https://balanca.economia.gov.br/balanca/manual/Manual.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 5.294 de 1º de dezembro de 2004.** Fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/D5294.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5294.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.125 de 21 de outubro de 2013.** Altera o Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004, que fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8125.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8125.htm#art1)>. Acesso em: 17 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.017 de 17 de setembro de 2019.** Altera o Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004, que fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior. 2019b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10017.htm#ART1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10017.htm#ART1)>. Acesso em: 17 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.075 de 18 de outubro de 2019.** Altera o Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004, que fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior. 2019d. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10075.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10075.htm#art1)>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BO, Hu. *Chinese Maritime Power in the 21<sup>st</sup> Century.* Londres. Routledge. 2020. ISBN 978-0-429-28264-5.

BOOTH, Ken. *Navies and Foreign Policy.* Londres. Croom Helm Ltd. 1977.

BUSCH, Jorge Martínez. *La Oceanopolítica en el Desarrollo de Chile.* Revista de Marina v.110, n.814. 1993. Disponível em: <<https://revistamarina.cl/revistas/1993/3/martinez1.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *Ocupación Efectiva de Nuestro Mar: la gran tarea de esta generación.* Revista de Marina v.107, n.796. 1990. Disponível em: <<https://revistamarina.cl/revistas/1990/3/jmartinezb.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security.* New York. Ed. Cambridge University Press. 2003.

CABO VERDE. Forças Armadas de Cabo Verde. **Guarda Costeira recebe dois Navios-Patrolha da R. P. da China.** 2015. Disponível em: <<https://www.fa.gov.cv/index.php/component/content/?view=featured&start=55>>. Acesso em: 8 maio 2021.

CAMARÕES. Presidência da República. *Declaration of the Heads of State and Government of Central and West African States on Maritime Safety and Security in their common maritime domain*. Yaoundé. 2013. Disponível em: <[https://www.prc.cm/en/multimedia/documents/438-sommet-sur-la-piraterie-declaration-of-heads-of-state?album\\_id=123](https://www.prc.cm/en/multimedia/documents/438-sommet-sur-la-piraterie-declaration-of-heads-of-state?album_id=123)>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CAMPBELL, John. *Trump's Africa Policy is Better Than It Looks*. Council on Foreign Relations. 2020a. Disponível em: <<https://www.cfr.org/in-brief/trumps-africa-policy-better-it-looks>>. Acesso em: 30 maio 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Policy Needs a Reset. Trump Didn't Tear Up the Playbook, but It Still Needs to Be Rewritten*. *Foreign Affairs*. 2020b. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/africa/2020-10-12/us-africa-policy-needs-reset>>. Acesso em: 30 maio 2021.

CARVALHO, Evandro Menezes de. **Os novos desafios na governança da China: Como construir um Estado de Direito socialista visando uma democracia à chinesa**. *Jornal o Estado de São Paulo*. 2021. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,os-novos-desafios-na-governanca-da-china,70003758189>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

CASTRO, Therezinha de. **Oceanopolítica**. *A Defesa Nacional: revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros*, v. 70, n. 709, p. 107-126. 1983. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/7264/6279>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **África Sub-Sahariana: Estudo sobre uma Caracterização Geopolítica com Fins Didáticos**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. *Geografia e Política: A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro. 2009, p. 291 a 339. ISBN 978-85-240-4084-9. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=242663>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

CENTER FOR ECONOMICS AND BUSINESS RESEARCH – CEBR. *World Economic League Table*. 2020. Disponível em: <<https://cebr.com/service/macroeconomic-forecasting/>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

CENTRO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA CAE/CPLP. **Diretor do CAE/CPLP completa um ano de gestão**. 2021. Disponível em: <<https://caecplp.org/2020/02/24/diretor-do-cae-cplp-completa-um-ano-de-gestao/>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

CHEN, Ying-Ting. *Fishing Entity Enforcement in High Seas Fisheries*. Newcastle upon Tyne. Cambridge Scholars Publishing. 2014. 235p. ISBN: 978-1-4438-6388-9.

CHINA. *BeiDou Navigation Satellite System*. 2020b. Disponível em: <[http://en.beidou.gov.cn/WHATNEWS/202008/t20200803\\_21013.html](http://en.beidou.gov.cn/WHATNEWS/202008/t20200803_21013.html)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *Consulate-General of The People's Republic of China in San Francisco. China-AU Strategic Dialogue Officially Launched*. 2008. Disponível em: <<http://www.chinaconsulatesf.org/eng/xw/t523999.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Embassy of The People's Republic of China in Jamaica. China and Burkina Faso Resume Diplomatic Relations.* 2018b. Disponível em: <<http://mu.chineseembassy.org/eng/sgxw/t152509.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Embassy of The People's Republic of China in Jamaica. Hu Jintao Kicks off Visit to Nigeria.* 2006c. Disponível em: <<http://mu.chineseembassy.org/eng/sgxw/t152509.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Embassy of The People's Republic of China in The Republic of Mauritius. President Hu arrives in Libreville on state visit.* 2004c. Disponível em: <<http://jm.china-embassy.org/eng/zgxw/t1563344.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Embassy of The People's Republic of China in The Republic of Lithuania. A Fruitful Journey of Friendship and Cooperation – Foreign Minister Yang Jiechi Talks About President Hu Jintao's Visits to the Five Asian and African Nations.* 2009b. Disponível em: <<http://jm.china-embassy.org/eng/zgxw/t1563344.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Embassy of The People's Republic of China in The Republic of South Africa. China, South Africa pledge to develop ties from strategic perspective.* 2007. Disponível em: <<http://za.chineseembassy.org/eng/zt/hjt/t296557.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Embassy of The People's Republic of China in the Republic of The Gambia. A Short Introduction of China-Gambia Relations.* 2021a. Disponível em: <<http://gm.china-embassy.org/eng/zggx/>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *International College of Defence Studies. Function & Mission.* 2021b. Disponível em: <[http://www.cdsndu.org/html\\_en/to\\_xygk\\_orderNo=2251&superOrderNo=2250.html](http://www.cdsndu.org/html_en/to_xygk_orderNo=2251&superOrderNo=2250.html)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *Ministry of Foreign Affairs of The People's Republic of China. Forum on China-Africa Cooperation-Addis Ababa Action Plan.* 2004a. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zyzl/hywj/t157710.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *China-Africa Business Conference.* 2004b. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/gylt/dejzbzhy/t157586.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *China's African Policy.* 2006a. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zgdfzcc/t481748.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2007-2009).* 2006b. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zyzl/hywj/t280369.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Forum on China-Africa Cooperation Sharm El Sheikh Action Plan (2010-2012).* 2009a. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/dsjbjzhy/hywj/t626387.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *The Fifth Ministerial Conference of the Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2013-2015)*. 2012. Disponível em: <<https://www.mfa.gov.cn/zflt/eng/ltda/dwjbzjjhys/hywj/t954620.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *FOCAC ABC*. 2013. Disponível em: <<https://www.mfa.gov.cn/zflt/eng/ltda/ltjj/t933522.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *The Forum on China-Africa Cooperation Johannesburg Action Plan (2016-2018)*. 2015a. Disponível em: <[https://www.mfa.gov.cn/zflt/eng/ltda/dwjbzjjhys\\_1/t1327961.htm](https://www.mfa.gov.cn/zflt/eng/ltda/dwjbzjjhys_1/t1327961.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Two Decades of a Shared Journey toward New Heights in the New Era - Commemorating the 20th Anniversary of The Forum on China-Africa Cooperation*. 2016a. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjb\\_663304/wjbz\\_663308/2461\\_663310/t1824471.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/wjbz_663308/2461_663310/t1824471.shtml)>. Acesso em: 8 maio 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *China and Sao Tome and Principe Resume Diplomatic Relations*. 2016b. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjb\\_663304/zzjg\\_663340/fzs\\_663828/gjlb\\_663832/3069\\_664164/3071\\_664168/t1427170.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/fzs_663828/gjlb_663832/3069_664164/3071_664168/t1427170.shtml)>. Acesso em: 19 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2019-2021)*. 2018a. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/t1593683.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1593683.shtml)>. Acesso em: 8 maio 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Full text of Chinese President Xi Jinping's speech at opening ceremony of 2018 FOCAC Beijing Summit*. 2018c. Disponível em: <[http://focacsummit.mfa.gov.cn/eng/zxyw\\_1/t1591508.htm](http://focacsummit.mfa.gov.cn/eng/zxyw_1/t1591508.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Chinese Embassies in Africa*. 2021c. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjb\\_663304/zwjg\\_665342/2490\\_665344/2493\\_66535](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/2490_665344/2493_66535)>. Acesso em: 29 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *National Bureau of Statistics of China. 2020 China Statistical Yearbook: 11-5 International Trade in Goods By Country (Region) of Origin/Destination (2019)*. 2020a. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsjsj/2020/indexeh.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *The State Council Information Office of the People's Republic of China. Full Text: China's second Africa policy paper*. *China.org.cn*. 2015b. Disponível em: <[http://www.china.org.cn/world/2015-12/05/content\\_37241677.htm](http://www.china.org.cn/world/2015-12/05/content_37241677.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *China's National Defense in the New Era*. Pequim. Foreign Languages Press Co. Ltd. 2019. ISBN 978-7-119-11925-0.

COHEN, Saul Bernard. *Geopolitics: The Geography of International Relations*. 3. ed. Maryland. Rowman & Littlefield. 2015.

COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ – CGG. **A Comissão do Golfo da Guiné**. 2021. Disponível em: <<https://cggrps.com/a-comissao-do-golfo-da-guine/>>. Acesso em: 11 maio 2021.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP. **Histórico - Como surgiu?**. 2021. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

COOK, Nicolas (Coord.). **U.S.-Africa Leaders Summit: Frequently Asked Questions and Background**. Congressional Research Service. 2014. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R43655.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2021.

COUTINHO, Thiago. **Conheça o agrotech e como suas empresas estão revolucionando o agronegócio**. 2020. Disponível em: <<https://www.voitto.com.br/blog/artigo/agrotech>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

DECISION REPORT. **Angola Cables e China Telecom expandem conectividade digital**. 2020. Disponível em: <<https://www.decisionreport.com.br/mercado/angola-cables-e-china-telecom-expandem-conectividade-digital/#.YOC0uG7Q8Us>>. Acesso em 3 jul. 2021.

DEEN, Ebrahim Shabbir. **AFRICOM: Protecting US interests disguised as 'military partnerships'**. Al Jazeera Center for Studies. 2013. Disponível em: <<https://studies.aljazeera.net/sites/default/files/articles/reports/documents/2013521134923251734AFRICOM%20Protecting%20US%20interests.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2021.

DEFENSEWEB. **China donates patrol boat to Ivory Coast**. 2017. Disponível em: <<https://www.defenceweb.co.za/sea/sea-sea/china-donates-patrol-boat-to-ivory-coast/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

DEFENSEWORLD. **Namibia Commissions Two Naval Ships Donated by China**. 2017. Disponível em: <[https://www.defenseworld.net/news/21091/Namibia\\_Commissions\\_Two\\_Naval\\_Ships\\_Donated\\_by\\_China#.YLJMoevQ\\_VN](https://www.defenseworld.net/news/21091/Namibia_Commissions_Two_Naval_Ships_Donated_by_China#.YLJMoevQ_VN)>. Acesso em: 9 maio 2021.

DEMEZ, Bertrand. **EU Project “Gulf of Guinea Interregional Network”**. 2020. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/international-partnerships/system/files/presentation\\_-\\_bertrand\\_demez-\\_gogin\\_project.pdf](https://ec.europa.eu/international-partnerships/system/files/presentation_-_bertrand_demez-_gogin_project.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2021.

DEVERMONT, Judd; CHEATHAM, Amelia; CHIANG, Catherine. **Assessing the Risks of Chinese Investment in Sub-Saharan African Ports**. Center for Strategic & International Studies. 2019. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/assessing-risks-chinese-investments-sub-saharan-african-ports>>. Acesso em: 3 jul. 2021.

ECONOMIC COMMUNITY OF CENTRAL AFRICAN STATES - ECCAS. **Member States**. 2021. Disponível em: <<https://ceeac-eccas.org/en/#presentation>>. Acesso em: 10 maio 2021.

ECONOMIC COMMUNITY OF WEST AFRICAN STATES – ECOWAS. **Member States**. 2021. Disponível em: <<https://www.ecowas.int/member-states/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

EGEDE, Edwin E. *Maritime security: Implementing the AU's AIM Strategy*. 2018. Disponível em: <<https://www.africportal.org/features/maritime-security-implementing-aus-aim-strategy/>>. Acesso em 9 maio 2021.

ERICKSON, Andrew S.; STRANGE, Austin. *China's Global Maritime Presence: Hard and Soft Dimensions of PLAN Antipiracy Operations*. China Brief Volume:15 Issue:9. 2015. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/chinas-global-maritime-presence-hard-and-soft-dimensions-of-plan-antipiracy-operations/>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

EUA. *Department of Defense. Defense Security Cooperation Agency. International Military Education & Training*. 2021i. Disponível em: <<https://www.dsca.mil/international-military-education-training-imet>>. Acesso em 5 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Department of Defense. Defense Security Cooperation Agency. Foreign Military Financing*. 2021j. Disponível em: <<https://www.dsca.mil/foreign-military-financing-fmf>>. Acesso em 5 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Department of Defense. Defense Security Cooperation Agency. C.10.6 International Military Education and Training (IMET) Program*. 2021p. Disponível em: <<https://samm.dsca.mil/chapter/chapter-10#C10.5>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Department of Defense. National Defense Strategy*. 2018c. Disponível em: <<https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Department of State. U.S. Embassy & Consulate in Nigeria. U.S. Boosts Nigeria's Maritime Security with New Surveillance Equipment*. 2020d. Disponível em: <<https://ng.usembassy.gov/u-s-boosts-nigerias-maritime-security-with-new-surveillance-equipment/>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Department of State. U.S. Embassy in Senegal. U.S. Government Donates Two Patrol Ships to Senegalese Navy*. 2015b. Disponível em: <<https://sn.usembassy.gov/u-s-government-donates-two-patrol-ships-senegalese-navy/>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Department of State. Countries and Areas*. 2021h. Disponível em: <[https://www.state.gov/#nav\\_\\_primary-nav](https://www.state.gov/#nav__primary-nav)>. Acesso em 3 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Naval History and Heritage Command. 2014 - 2016 Liberia (Operation Unified Assistance)*. *Naval Museum of the Navy*. 2020a. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/content/history/museums/nmusn/explore/photography/humanitarian/21st-century/2010-2019/2014-liberia-operation-unified-assistance.html>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Naval Postgraduate School. International Graduate Programs Office. International Programs Catalog*. 2021n. Disponível em: <<https://nps.edu/web/igpo/course-offerings>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Naval War College. Graduation Program*. 2021o. Disponível em: <<https://usnwc.edu/News-and-Events/Events/US-Naval-War-College-Graduation-June-2020>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Office of The United States Trade Representative. African Growth and Opportunity Act (AGOA)*. 2021q. Disponível em: <<https://ustr.gov/issue-areas/trade-development/preference-programs/african-growth-and-opportunity-act-agoa>>. Acesso em: 5 jun 2021

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. AFRICOM Donates Patrol Boats to Senegal, Cabo Verde*. 2018a. Disponível em: <<https://www.africom.mil/article/30404/africom-donates-patrol-boats-to-senegal-cabo-verde>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. 2018 Posture Statement to Congress*. 2018b. Disponível em: <<https://www.africom.mil/document/30467/u-s-africa-command-2018-posture-statement>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. History of U.S. Africa Command*. 2021e. Disponível em: <<https://www.africom.mil/history-of-us-africa-command>>. Acesso em: 8 maio 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. Obangame Express*. 2021b. Disponível em: <<https://www.africom.mil/what-we-do/exercises/obangame-express>>. Acesso em: 8 maio 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. About the Command*. 2021c. Disponível em: <<https://www.africom.mil/about-the-command>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. U.S. Navy Makes First APS Port Visit to Namibia*. 2012b. Disponível em: <<https://www.africom.mil/article/8995/us-navy-makes-first-aps-port-visit-to-namibia>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. African partners attend NSCITTS as part of IMET*. 2020c. Disponível em: <<https://www.africom.mil/image/33381/african-partners-attend-nscitts-as-part-of-imet>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. Exercise Obangame/Saharan Express 2016 Commences*. 2016. Disponível em: <<https://www.africom.mil/Story/28060/exercise-obangame-saharan-express-2016-commences>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. Africa Partnership Station*. 2021k. Disponível em: <<https://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperation/africa-partnership-stationand>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. Africa Maritime Law Enforcement Partnership (AMLEP) Program*. 2021l. Disponível em: <<https://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperation/africa-maritime-law-enforcement-partnership-amlep-program>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. Foreign Humanitarian Assistance*. 2021m. Disponível em: <<https://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperation/foreign-humanitarian-assistance>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Africa Command. 2021 Posture Statement to Congress*. 2021v. Disponível em: <<https://www.africom.mil/document/33691/usafricom-statement-for-record-hasc-20-apr-2021-gen-townsendpdf>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Coast Guard. Maritime Law Enforcement Assessment: Fiscal Year 2020 Report to Congress*. 2020b. Disponível em: <[https://www.dhs.gov/sites/default/files/publications/uscg\\_-\\_maritime\\_law\\_enforcement\\_assessment.pdf](https://www.dhs.gov/sites/default/files/publications/uscg_-_maritime_law_enforcement_assessment.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Energy Information Administration. U.S. Imports by Country of Origin*. 2021g. Disponível em: <[https://www.eia.gov/dnav/pet/pet\\_move\\_impcus\\_a2\\_nus\\_ep00\\_im0\\_mbb1\\_a.htm](https://www.eia.gov/dnav/pet/pet_move_impcus_a2_nus_ep00_im0_mbb1_a.htm)>. Acesso em 3 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Naval Forces Europe-Africa. USCGC Thetis Heads Home. U.S. 6<sup>th</sup> Fleet Public Affairs*. 2019. Disponível em: <<https://www.c6f.navy.mil/Press-Room/News/News-Display/Article/1850627/uscg-thetis-heads-home/>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Navy. Office of Naval Intelligence. ONI Maritime Shipping Threat Reports*. 2021a. Disponível em <<https://www.oni.navy.mil/news/shipping-threat-reports/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Navy. Attaché Assignments*. 2021s. Disponível em: <<https://www.mynavyhr.navy.mil/Career-Management/Detailing/Officer/Attache/>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Navy. FAO Community Overview Brief*. 2021t. Disponível em: <[https://www.mynavyhr.navy.mil/Portals/55/Career/OCM/Active/Restricted/FAO\\_Community\\_Overview\\_2021-03\\_March.pdf](https://www.mynavyhr.navy.mil/Portals/55/Career/OCM/Active/Restricted/FAO_Community_Overview_2021-03_March.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U. S. Marine Corps. Intelligence Division. Marine Corps Support to the Defense Attaché Service (DAS)*. 2021u. Disponível em: <<https://www.hqmc.marines.mil/intelligence/Intel-OPS-PERS/Defense-Attache-Program/>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. Mission to The African Union. President Biden's Message to African Union Summit*. 2021d. Disponível em: <<https://www.state.gov/u-s-africa-enduring-partnership/>>. Acesso em: 31 maio 2021.

\_\_\_\_\_. *United States Census Bureau. Trade in goods with Africa*. 2021f. Disponível em: <<https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c0013.html>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *United States Census Bureau. Related Party Trade*. 2021r. Disponível em: <<https://relatedparty.ftd.census.gov/>>. Acesso em: 7 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *White House. The National Security Strategy of the United States of America 2002*. 2002. Washington - D.C.. Disponível em <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/nss4.html>>. Acesso em: 8 maio 2021.

\_\_\_\_\_. *White House. The National Security Strategy of the United States of America 2006*. 2006. Washington - D.C. Disponível em <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

\_\_\_\_\_. *White House. The National Security Strategy of the United States of America 2010*. 2010. Washington - D.C. Disponível em <[https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2021.

\_\_\_\_\_. *White House. Remarks by President Obama to the People of Africa*. 2015a. Washington - D.C. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/07/28/remarks-president-obama-people-Africa>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *White House. The National Security Strategy of the United States of America 2017*. 2017. Washington - D.C. Disponível em <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2021.

\_\_\_\_\_. *White House. U.S. Strategy toward Sub-Saharan Africa*. 2012a. Washington - D.C. Disponível em <<https://2009-2017.state.gov/documents/organization/209377.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2021.

\_\_\_\_\_. *White House. U.S. Africa Leaders Summit 2014*. 2014. Washington - D.C. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/us-africa-leaders-summit>>. Acesso em: 29 maio 2021.

\_\_\_\_\_. *United States-China Economic and Security Review Commission. 2020 Report to Congress*. 2020e. Washington - D.C. Disponível em <[https://www.uscc.gov/sites/default/files/2020-06/May\\_8\\_2020\\_Hearing\\_Transcript.pdf](https://www.uscc.gov/sites/default/files/2020-06/May_8_2020_Hearing_Transcript.pdf)>. Acesso em: 4 jul. 2021.

EXCHANGE RATES. *Chinese Yuan to US Dollar Spot Exchange Rates for 2012*. 2021. Disponível em: <<https://www.exchangerates.org.uk/CNY-USD-spot-exchange-rates-history-2012.html>>. Acesso em 27 jun. 2021.

EZEOPA, Dele Joseph. *Maritime Security: Imperatives for Economic Development in the Gulf of Guinea*. Bloomington. Ed. AuthorHouse. 2021. ISBN:978-1-7283-9110-6.

FINCK, Otis. *President commissions navy patrol vessels*. Erongo. 2017. Disponível em: <<https://www.erongo.com.na/news/president-commissions-navy-patrol-vessels-2017-11-03>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

FITT, Elizabeth. *China issues new sustainability rules for its notorious fishing fleet*. Mongabay. 2020. Disponível em: <<https://news.mongabay.com/2020/08/china-issues-new-sustainability-rules-for-its-notorious-fishing-fleet/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FLINT, Coling. *Introduction to Geopolitics*. 2. Ed. New York. Ed. Routledge. 2012. 296p.

FONSECA, Joseph R. *Cutlass Express 2016 Commences*. MarineLink. 2016. Disponível em: <<https://www.marinelink.com/news/commences-express-cutlass404347>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION – FOCAC. *Forum on China-Africa Cooperation Sharm el Sheikh Action Plan (2010-2012)*. 2009. Disponível em: <[http://www.focac.org/eng/zywx\\_1/zywj/t626387.htm](http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/t626387.htm)>. Acesso em: 26 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Two Decades of A Shared Journey toward New Heights in the New Era - Commemorating the 20th Anniversary of The Forum on China-Africa Cooperation*. 2020. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/gdtp/t1824129.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *The First Ministerial Conference of FOCAC*. 2021. Disponível em: <[http://www.focac.org/eng/ljhy\\_1/dyjbzjhy\\_1/CI12009/t157577.htm](http://www.focac.org/eng/ljhy_1/dyjbzjhy_1/CI12009/t157577.htm)>. Acesso em: 19 jun. 2021.

FRANÇA. *Ministère des Armées*. Corymbe: *Grand African NEMO 2019: plusieurs dizaines d'exercices et de pistages pour cette deuxième édition*. 2019. Disponível em: <<https://www.defense.gouv.fr/operations/afrique/afrique-de-l-ouest/operation-corymbe/corymbe-grand-african-nemo-2019-plusieurs-dizaines-d-exercices-et-de-pistages-pour-cette-deuxieme-edition>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

GANIC, Eldin. *Important milestone for Kribi Port Project*. *DredgingToday*. 2021. Disponível em: <<https://www.dredgingtoday.com/2021/05/10/important-milestone-for-kribi-port-project/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GLAS, Aarie. *African Union security culture in practice: African problems and African solutions*. *International Affairs* 94: Issue 5. 2018. Disponível em: <<https://aarieglasdotcom.files.wordpress.com/2020/08/glas-2018-african-union-security-culture-in-practice-african-problems-and-african-solutions.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2021.

GLOBAL SECURITY. *Nigerian Navy Modernization*. 2020. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/nigeria/navy-modernization.htm>>. Acesso em 11 jun. 2021.

GLOBAL TIMES. *China-aided port to boost Ghana's fishing industry*. 2020. Disponível em: <<https://www.globaltimes.cn/content/1205012.shtml>>. Acesso em 5 jul. 2021.

GODOY, Roberto. *Namíbia recebe navio brasileiro*. O Estadão de São Paulo. 2009. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,namibia-recebe-navio-brasileiro,307496>>. Acesso em 20 jul. 2021.

GOMES, André Luiz Trindade. Encarregado da Divisão de Apoio aos Adidos Navais, do Estado-Maior da Armada, da Marinha do Brasil. Entrevista pessoal concedida ao autor em 29 de julho de 2021.

GULF OF GUINEA INTER-REGIONAL NETWORK (GOGIN). *G7++ Group of Friends of the Gulf of Guinea meets in Brussels*. 2019. Disponível em: <<https://www.gogin.eu/en/2019/07/01/g7-group-of-friends-of-the-gulf-of-guinea-meets-in-brussels/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

GRAY, Josephus Moses. *The Impact of China-Liberia Relations & Cooperation: What Are the Economic Benefits?*. *The New Dawn*. 2019. Disponível em: <<https://thenewdawnliberia.com/the-impact-of-china-liberia-relations-cooperation-what-are-the-economic-benefits/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

GRIFFITHS, Robert J.. *U.S. Security Cooperation With Africa: Political and Policy Challenges*. New York. Routledge. 2016. ISBN 978-0-203-11456-8

GWATIWA, Tshepo. (Ed.) e VAN DER MERWE, Justin. (Ed.). *Expanding US Military Command in Africa*. Londres. Routledge. 2021.

HASSAN, Abdou Adam. *The Blue Economy Has Become an Indisputable Reality for African Countries*. 2018. Disponível em: <<https://ideas4development.org/en/blue-economy-reality-africa/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

HATTENDORF, John B. *What is Maritime Strategy?*. *Sea Power Centre-Australia*. Canberra. 2013. Disponível em: <<https://www.navy.gov.au/sites/default/files/documents/Soundings%201%20-%20Hattendorf%20-%20What%20is%20a%20Maritime%20Strategy.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

HENRY, Jérôme. *China's Military Deployments in the Gulf of Aden: Anti-Piracy and Beyond*. *Institut français des relations internationales - Center for Asian Studies*. 2016. ISBN: 978-2-36567-648-9. Disponível em: <[https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/chinas\\_military\\_deployments\\_in\\_the\\_gulf\\_of\\_aden\\_anti-piracy\\_and\\_beyond\\_0.pdf](https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/chinas_military_deployments_in_the_gulf_of_aden_anti-piracy_and_beyond_0.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2021.

HIGGS, Robert. *Naval diplomacy strengthens ties between China and South Africa*. Independent Online. 2021. Disponível em: <<https://www.iol.co.za/news/politics/opinion/naval-diplomacy-strengthens-ties-between-china-and-south-africa-a351b6ba-45e5-46e1-aa15-861ab1c01119>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

HOTALING, Liesl (Ed.); SPINRAD, Richard W. (Ed.). *Preparing a Workforce for the New Blue Economy: People Products and Policies*. Amsterdam. Elsevier. 2021. ISBN: 978-0-12-821431-2

HUSTED, Tomas F. (Coord.). *Sub-Saharan Africa: Key Issues and U.S. Engagement*. *Congressional Research Service*. 2021. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R45428>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

INDÚSTRIA NAVAL DO CEARÁ – INACE. *Produtos*. 2021. Disponível em: <<https://www.inace.com.br/#/divisoas/militar/portfolio>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – INEEP. *Nigéria e o Petróleo Offshore*. 2019. Disponível em: <<https://ineep.org.br/nigeria-e-o-petroleo-offshore327110/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE - ICC. *Commercial Crime Services. Gulf of Guinea records highest ever number of crew kidnapped in 2020, according to IMB's annual piracy report*. 2021. Disponível em: <<https://www.icc-ccs.org/index.php/1301-gulf-of-guinea-records-highest-ever-number-of-crew-kidnapped-in-2020-according-to-imb-s-annual-piracy-report>>. Acesso em: 8 maio 2021.

INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION – IMO. *IMO urges action to deter piracy in Gulf of Guinea*. 2021. Disponível em: <<https://www.imo.org/en/MediaCentre/PressBriefings/pages/03-piracy-Gulf-of-Guinea.aspx>>. Acesso em: 8 maio 2021.

JIANING, Yao. *28th Chinese naval escort taskforce wraps up visit to South Africa*. *China Military Online*. 2018. Disponível em: <[http://english.chinamil.com.cn/view/2018-07/03/content\\_8078773.htm](http://english.chinamil.com.cn/view/2018-07/03/content_8078773.htm)>. Acesso em: 7 jul. 2021.

JIAYAO, Li. *Chinese envoy calls for support in combating maritime crime*. *Xinhuanet*. 2019. Disponível em: <[http://eng.chinamil.com.cn/view/2019-02/06/content\\_9422412.htm](http://eng.chinamil.com.cn/view/2019-02/06/content_9422412.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2021.

KARASIK, Theodore. *Suez Canal Blockage is a Wake-Up Canal*. 2021. Disponível em: <<https://www.arabnews.com/node/1832521>>. Acesso em: 8 maio 2021.

KENNEDY, Paul (Ed.); WILSON, Evan (Ed.). *Navies in Multipolar Worlds: From the Age of Sail to the Present*. Londres. Routledge. 2021.

KLERK, Eveline de. *Namíbia: Marinha adquire novo navio da China*. *Base Militar Web Magazine*. 2012. Disponível em: <<http://www.alide.com.br/joomla/component/content/article/36-noticias/4039-namibia-marinha-adquire-novo-navio>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

KOVRIG, Michael. *With an Influx of Blue Helmets and Cash, China's Role in African Security Grows More Pervasive*. *ChinaFile*. 2018. Disponível em: <<https://www.chinafile.com/reporting-opinion/viewpoint/influx-of-blue-helmets-and-cash-chinas-role-african-security-grows-more>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

LABRUT, Michele. *ICTSI inks contract for Kribi terminal in Cameroon*. *Seatrade Maritime News*. 2020. Disponível em: <<https://www.seatrade-maritime.com/ports-logistics/ictsi-inks-contract-kribi-terminal-cameroon>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

LE MIÈRE, Christian. *Maritime Diplomacy in the 21st Century: Drivers and Challenges*. Londres. Routledge. 2014.

LEE, Matthew. *Biden's choice for UN envoy signals return to US engagement*. *The Associated Press*. 2020. Disponível em: <<https://apnews.com/article/joe-biden-national-security-united-nations-5977679957d3e8151505f6ed75b23486>>. Acesso em: 31 maio 2021.

LEUNG, Guy C. K.; LI, Raymond; LOW, Melissa. *Transitions in China's Oil Economy, 1990–2010*. 2011. Disponível em: <[http://esi.nus.edu.sg/docs/esi-bulletins/transitions-in-china%27s-oil-economy-1990-2010\\_eurasian-geography-and-economics.pdf](http://esi.nus.edu.sg/docs/esi-bulletins/transitions-in-china%27s-oil-economy-1990-2010_eurasian-geography-and-economics.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2021.

LIDDICK, Don; STATE-FAYETTE, Penn. *Illegal Fishing and Organized Crime: A Threat to Maritime Security?*. Piracy Studies. 2014. Disponível em: <<http://piracy-studies.org/illegal-fishing-and-organized-crime-a-new-maritime-security-threat/>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

LISIMBA, Alpha Furbell. *China's Trade and Investment in Africa: Impact on development, Employment Generation & Transfer of Technology*. Melbourne. Palgrave Macmillan. 2020. ISBN 978-981-15-9572-1.

MADOWO, Larry. *eSwatini - Taiwan's last friend in Africa*. BBC News. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-46831852>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MARTIN, Guy. *Operation Copper now only with SA and Mozambique*. DefenceWeb. 2014. Disponível em: <<https://www.defenceweb.co.za/security/maritime-security/operation-copper-now-only-with-sa-and-mozambique/>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. *Cooperação naval e a segurança marítima do Atlântico Sul*. O caso do acordo de cooperação naval Brasil – Namíbia (1994/2010). 2017. 248f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MORE, Rodrigo F. **Reflexões sobre a formação de um pensamento oceanopolítico brasileiro**. In: Amazônia Azul: política, estratégia e direito para o Oceano do Brasil. Rodrigo F. More e Ilques Barbosa Junior (org.). Rio de Janeiro: Femar/SaGServ, 2012, p. 232-248.

MUMBERE, Daniel. *Turkey joins United States, France on list of countries with troops in Africa*. Africanews. 2020. Disponível em: <<https://www.africanews.com/2020/01/14/turkey-joins-united-states-france-on-list-of-countries-with-troops-in-africa/>>. Acesso em 7 jul. 2021.

MUTETHYA, Edith. *China Mobile teams up to build subsea cable for Africa, Middle East*. Kenya. ChinaDaily. 2020. Disponível em: <<https://global.chinadaily.com.cn/a/202005/15/WS5ebdf44da310a8b241155e13.html>>. Acesso em: 3 jul. 2021.

NDZENDZE, Bhaso. *African Democratisation and the One China Policy*. E-International Relations. 2020. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2020/01/24/african-democratisation-and-the-one-china-policy/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

NESIAMA, Omatseye O'Weyinmi. *China-Nigeria Security Cooperation Policies: Challenges and Prospects*. Defense Forum Spring 2013. 2013. Disponível em: <[http://www.cdsndu.org/html\\_en/to\\_articleContent\\_article.id=8a28e6d84ae86737014aeb3644e90125.html](http://www.cdsndu.org/html_en/to_articleContent_article.id=8a28e6d84ae86737014aeb3644e90125.html)>. Acesso em: 14 jul. 2021.

NIGÉRIA. *Nigerian Maritime Administration and Safety Agency*. **President Buhari Launches Deep Blue Project in Lagos**. 2021. Disponível em: <<https://nimasa.gov.ng/president-buhari-launches-deep-blue-project-in-lagos/>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

NYE, Joseph. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Gente. 2009.

\_\_\_\_\_. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Ed. Public Affairs. 2004.

NTSEKU, Mthuthuzeli. *US Navy's Expeditionary Sea Base docks in Cape Town*. IOL. 2021. Disponível em: <<https://www.iol.co.za/capeargus/news/us-navys-expeditionary-sea-base-docks-in-cape-town-b1186511-3ecb-4a33-9236-a8c2c400d05a>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

NUCLEAR ENERGY AGENCY – NEA; INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY – IAEA. *Uranium 2020: Resources, Production and Demand*. 2020. Disponível em: <[https://www.oecd-nea.org/upload/docs/application/pdf/2020-12/7555\\_uranium\\_-\\_resources\\_production\\_and\\_demand\\_2020\\_\\_web.pdf](https://www.oecd-nea.org/upload/docs/application/pdf/2020-12/7555_uranium_-_resources_production_and_demand_2020__web.pdf)>. Acesso em: 6 jul. 2021.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY – OEC. *Country Profiles*. 2021. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/zaf?depthSelector1=HS4Depth>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi; PINGEON, Maisie. *Stable Seas: Gulf of Guinea*. Stable Seas. Broomfield 2020. Disponível em: <<https://www.stableseas.org/post/stable-seas-gulf-of-guinea>>. Acesso em: 8 maio 2021.

OQUBAY, Arkebe; LIN, Justin Yifu. *China-Africa and an Economic Transformation*. Oxford University Press. 2019. Disponível em: <<https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/oso/9780198830504.001.0001/oso-9780198830504-chapter-4>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *United Nations Convention on the Law of the Sea*. Montego Bay. 1982. Disponível em: <[https://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/unclos\\_e.pdf](https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Declaration of a Zone of Peace and Co-operation of the South Atlantic: resolution / adopted by the General Assembly*. 1986a. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/123188#record-files-collapse-header>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. *Declaration of a zone of peace and co-operation of the South Atlantic: resolution / adopted by the General Assembly*. 1986b. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/123534>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. *Provisional verbatim record of the 50th meeting, held at Headquarters, New York, on Monday, 27 October 1986: General Assembly, 41st session*. 1986c. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/280823?ln=en>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *General Assembly official records, 48th session: 63rd plenary meeting, 24 November 1993, New York*. 1993. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/178144?ln=en>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *Department of Economic and Social Affairs. World Population Prospects*. New York. 2019. Disponível em: <[https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019\\_Highlights.pdf](https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf)>. Acesso em: 1 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD. **Country Profiles 2019**. 2021a. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/MaritimeProfile/en-GB/004/index.html>>. Acesso em 3 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **United Nations Security Council Report S/PV.7675**. 2016. Disponível em: <[https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_pv\\_7675.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_pv_7675.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Food and Agriculture Organization of The United Nations. Illegal, Unreported and Unregulated (IUU) Fishing**. 2021b. Disponível em: <<http://www.fao.org/iuu-fishing/background/what-is-iuu-fishing/en/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **Seventy-fifth Session, 95th & 96th Meetings (AM & PM)**. 2021c. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2021/ga12351.doc.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **What is the ocean economy?**. 2021. Disponível em: <<https://www.oecd.org/ocean/topics/ocean-economy/>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

OVUAKPORIE, Ema. **Cote d’Ivoire crisis: S-Africa denies presence of warship**. Vanguard. Lagos. 2011. Disponível em: <<https://www.vanguardngr.com/2011/02/cote-d-ivoire-crisis-s-africa-denies-presence-of-warship/>>. Acesso em: 20 maio 2021.

PARKER, Michelle. **The Role of the Department of Defense in Provincial Reconstruction Team. Testimony presented before House Armed Services Committee, Subcommittee on Oversight and Investigations on September 5, 2007**. RAND Corporation. 2007. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/testimonies/CT290.html>>. Acesso em: 18 maio 2021.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011. 244 p. ISBN 9788523207748.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS. **Dez Anos de Produção no Pré-Sal**. 2018. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

PLOCH, Lauren. **Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa**. Congressional Research Service. 2009. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/natsec/RL34003.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021.

REINO UNIDO. **Defence Academy of the United Kingdom. Getting Strategy Right (Enough)**. 2017. Disponível em: <<https://nebula.wsimg.com/68287520fb0f33e0aad004ced7281f33?AccessKeyId=5F5B89AA45A3D66BEBBD&disposition=0&alloworigin=1>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. Atlântico Sul e Amazônia Azul: um desafio geopolítico para a sociedade brasileira? **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.134, n.04/06, abr. 2014, p. 29-45.

RICE, Condoleezza. *Transformational Diplomacy*. U.S. Department of State. 2006. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2006/59306.htm>>. Acesso em: 28 maio 2021.

ROWLANDS, Kevin. *Naval Diplomacy for the 21st Century: A Model for the Post-Cold War Global Order*. Londres. Routledge. 2019. Edição Kindle.

SAIS CHINA AFRICA RESEARCH INITIATIVE – SAIS-CARI. *China-Africa Trade*. Washington DC. 2021a. Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Chinese Loans to Africa Database*. Washington DC. 2021b. Disponível em: <<https://chinaafricaloandata.bu.edu/>>. Acesso em: 4 jul. 2021.

SANGER, David E.; LANDLER, Mark. *Biden Tries to Rally G7 Nations to Counter China's Influence*. The New York Times. 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2021/06/12/world/europe/biden-china-g7.html>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 168 p. ISBN 9788580540390.

SCHIRCH, Lisa. *From Realist to Constructivist Approaches to Foreign Policy*. 2009. Disponível em: <[https://www.sfcg.org/events/pdf/CPRF\\_3D\\_Report\\_0211.pdf](https://www.sfcg.org/events/pdf/CPRF_3D_Report_0211.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2020.

SEABRA, Pedro. *Desafios e Oportunidades do Multilateralismo no Atlântico Sul*. Lisboa. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/20447/1/Seabra%20NeD%202019.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Pedro Nunes Alves Vidal de. *From geopolitical spill-over to tacit bargaining: Brazilian-African defence cooperation in the South Atlantic (2003-2014)*. 2017. 243f. Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, na especialidade de Relações Internacionais. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: <[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22855/1/ulsd072338\\_td\\_Pedro\\_Seabra.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22855/1/ulsd072338_td_Pedro_Seabra.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SHABAN, Abdur Rahman Alfa. *Handful African presidents not attending 2018 FOCAC summit in China*. 2018. Disponível em: <<https://www.africanews.com/2018/09/03/handful-african-presidents-not-attending-2018-focac-summit-in-china/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

SHELTON, Garth; PARUK, Farhana. *The Forum on China–Africa cooperation: A strategic opportunity*. Institute for Security Studies. 2008. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/103618/MONO156FULL.PDF>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SIEBELS, Dirk. *Maritime Security in East and West Africa: A Tale of Two Regions*. Suíça. Palgrave Pivot, 2020.

SILVA, Eduardo Posada da. Capitão de Mar e Guerra. Adido Naval do Brasil na República da China. Entrevista concedida ao autor em 23 de julho de 2021.

\_\_\_\_\_, Daniela Dionisio da. **O Atlântico de língua portuguesa em perspectiva comparada de segurança e defesa – dos documentos políticos às elaborações estratégicas (1996 a 2013)**. 2015. 340f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY – SADC. *Member States*. 2021. Disponível em: <<https://www.sadc.int/member-states/>>. Acesso em: 11 maio 2021.

SOUZA, Eduardo Pimentel Jorge e. Capitão de Mar e Guerra. Chefe do Departamento de Gestão de Ensino, da Diretoria de Ensino da Marinha do Brasil. Entrevista pessoal concedida ao autor em 19 de julho de 2021.

SPAZIANO, Lauren. *USNS Carson City Departs Mindelo, Cabo Verde*. 2019. Disponível em: <<https://www.africom.mil/article/32114/usns-carson-city-departs-mindelo-cabo-verde>>. Acesso em: 5 jun 2021.

STEFFEN, Dirk. *Obangame Express 2015: Two Steps Forward. One Step Back*. Center for International Maritime Security. 2015. Disponível em: <<https://cimsec.org/tag/obangame-express/>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

STROBEL, Warren P.; LUBOLD Gordon. *Pentagon Draw-Down at U.S. Embassies Prompts Concern About Ceding Field to Global Rivals*. The Wall Street Journal. 2020. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/pentagon-draw-down-at-u-s-embassies-prompts-concern-about-ceding-field-to-global-rivals-11604248527>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

TANG, Bihan *et al.* *Medical services provided on the ‘Harmonious Mission—2017’ Peace Ark from China*. 2021. Disponível em: <<https://militaryhealth.bmj.com/content/jramc/early/2021/02/05/bmjmilitary-2020-001659.full.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

TAYLOR, Ian. *The Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC)*. New York. Routledge. 2011. ISBN: 0-203-83500-X.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT - EIU. *Africa-China relations: Taming the dragon: new frontiers of cooperation?*. Londres. 2021. Disponível em: <<https://www.eiu.com/n/campaigns/africa-china-relations/>>. Acesso em: 3 jul. 2021.

TILL, Geoffrey. *Seapower. A Guide for the Twenty-first Century*. 4. ed. Londres. Routledge. 2018.

TODD, Felix. *China, cobalt and the Congo: Why Xi Jinping is winning the ‘batteries arms race’*. NS Energy. 2019. Disponível em: <<https://www.nsenergybusiness.com/features/china-cobalt-congo-batteries/>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

UNIÃO AFRICANA. *2050 Africa’s Integrated Maritime Strategy*. 2012. Disponível em: <[https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/11151/2050\\_aims\\_strategy.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/11151/2050_aims_strategy.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 17 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. *U.S. President on historic visit to the African Union*. Addis Ababa. 2015. Disponível em: <[https://au.int/sites/default/files/newsevents/pressreleases/25832-pr-pr\\_-\\_president\\_barack\\_obama\\_visits\\_au\\_-\\_24\\_july\\_2015.pdf](https://au.int/sites/default/files/newsevents/pressreleases/25832-pr-pr_-_president_barack_obama_visits_au_-_24_july_2015.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Conditions for Success in the Implementation of the African Continental Free Trade Agreement*. 2020. Disponível em: <<https://au.int/en/documents/20200209/conditions-success-implementation-african-continental-free-trade-agreement>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *Agenda 2063: The Africa We Want*. 2021. Disponível em: <<https://au.int/en/agenda2063/overview>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

UNIÃO EUROPEIA. *Council Conclusions launching the pilot case of the Coordinated Maritime Presences concept in the Gulf of Guinea*. 2021. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/media/48054/st05387-en21.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2021.

USMAN, Evelyn. *New CNS flags off 'Exercise Secured Waters' to address maritime illegalities*. Vanguard. 2021. Disponível em: <<https://www.vanguardngr.com/2021/02/new-cns-flags-off-exercise-secured-waters-to-address-maritime-illegalities/>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

WADE, Abdoulaye. *Time for the west to practise what it preaches*. Financial Times. 2008. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/5d347f88-c897-11dc-94a6-0000779fd2ac>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

WALKER, Timoty. *Securing a Sustainable Oceans Economy: South Africa's approach*. Institute of Security Studies. 2018. Disponível em: <https://issafrica.org/research/southern-africa-report/securing-a-sustainable-oceans-economy-south-africas-approach>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *SADC's Pursuit of Maritime Security in a Region Lacking Regionalism*. Institute of Security Studies. 2020. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/342071325\\_SADC%27S\\_PURSUIT\\_OF\\_MARITIME\\_SECURITY\\_IN\\_A\\_REGION\\_LACKING\\_REGIONALISM](https://www.researchgate.net/publication/342071325_SADC%27S_PURSUIT_OF_MARITIME_SECURITY_IN_A_REGION_LACKING_REGIONALISM)>. Acesso em: 10 maio 2021.

\_\_\_\_\_. REVA, Denys. *South Africa's maritime domain awareness: A capability baseline assessment*. Institute for Security Studies (ISS). Pretória. 2020. Disponível em: <<https://issafrica.org/research/books-and-other-publications/south-africas-maritime-domain-awareness-a-capability-baseline-assessment>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

WORLD BANK. *China Economic Update – June 2021*. Washington. *International Bank for Reconstruction and Development*. 2021b. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/country/china/publication/china-economic-update-june-2021>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *China Overview*. Washington. *International Bank for Reconstruction and Development*. 2021c. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/country/china/overview>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *Global Economic Prospects JAN 2021*. Washington. World Bank Group. 2021a. ISBN: 978-1-4648-1613-0. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. *Global Economic Prospects June 2021*. Washington. World Bank Group. 2021f. ISBN: 978-1-4648-1666-6. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *Innovative China: New Drivers of Growth*. Washington. *Development Research Center of the State Council, the People's Republic of China*. 2019. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/32351/9781464813351.pdf?sequence=7>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *World Integrated Trade Solution*. 2021d. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/visualization/detailed-country-analysis-visualization.html>>. Acesso em: 4 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files*. 2021e. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=ZG>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

WUTHNOW, Joel (Ed.) *et al. The PLA Beyond Borders: Chinese Military Operations in Regional and Global Context*. Washington, D.C. National Defense University Press. 2021. ISBN: 978-0-9968249-7-2. Disponível em: <[https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/Books/beyond-borders/990-059-NDU-PLA\\_Beyond\\_Borders\\_sp\\_jm14.pdf](https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/Books/beyond-borders/990-059-NDU-PLA_Beyond_Borders_sp_jm14.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

XINHUA. *Chinese-built Walvis Bay container terminal in Namibia inaugurated*. 2019. Disponível em: <[http://www.xinhuanet.com/english/2019-08/03/c\\_138279664.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2019-08/03/c_138279664.htm)>. Acesso em: 6 jul. 2021.

XU, Yanzhuo. *China, Africa and Responsible International Engagement*. New York. Routledge. 2018.

YANG, Zhongzhen; HE, Yunzhu; ZHU, Hao. *China's Investment in African Ports: Spatial Distribution, Entry Modes and Investor Profile*. PortEconomics. 2020. Disponível em: <<https://www.porteconomics.eu/mdocs-posts/2020-rtbm-yang-et-al/>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

YI, Xu (Ed.). *Civilian ship debuts underway replenishment to PLA naval ships*. *China Military Online*. 2019a. Disponível em: <[http://eng.mod.gov.cn/news/2019-11/21/content\\_4855357.htm](http://eng.mod.gov.cn/news/2019-11/21/content_4855357.htm)>. Acesso em: 11 jul 2021.

\_\_\_\_\_. *Feature: Overview of 1st China-Africa Peace and Security Forum*. *China Military Online*. 2019b. Disponível em: <[http://eng.mod.gov.cn/news/2019-07/17/content\\_4846012.htm](http://eng.mod.gov.cn/news/2019-07/17/content_4846012.htm)>. Acesso em: 12 jul 2021.

YOUFA, Liu. *Chinese Expert on China-Africa Relations over Past 55 Years*. Fórum de Cooperação China-África. 2011. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/xsjl/xzhd/t805423.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ZANELLA, Tiago V. **Direito do Mar: Fundamentos e Conceitos Normativos**. 2021. Edição Kindle.

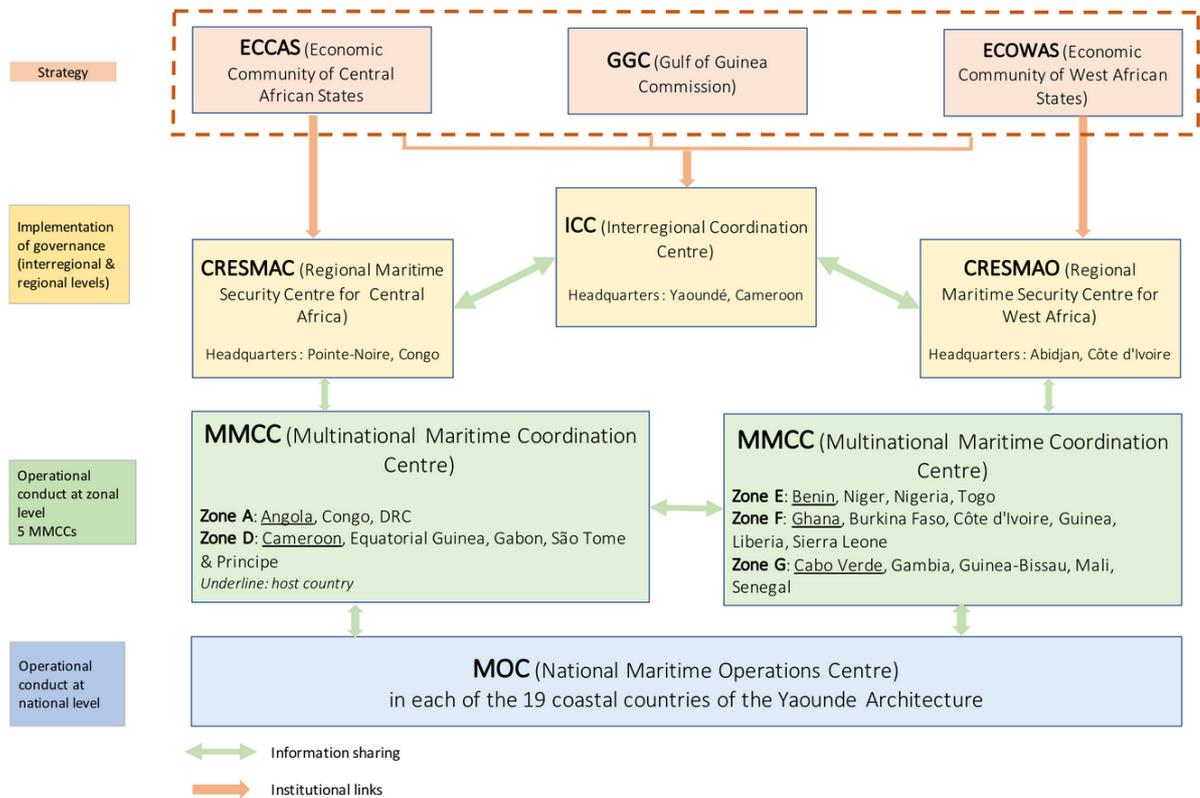
ZHAO, Suisheng (Ed.). *China in Africa: Strategic motives and economic interests*. New York. Routledge. 2015. ISBN: 978-1-138-89900-1

ZHOU, Hang; SEIBEL Katharina. *Maritime Insecurity in the Gulf of Guinea: A Greater Role for China?*. 2015. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/maritime-insecurity-in-the-gulf-of-guinea-a-greater-role-for-china/>>. Acesso em: 8 maio 2019.

ZOU, Keyuan (Ed.); WU, Shicun (Ed.); YE, Qiang (Ed.). *The 21<sup>st</sup> Century Maritime Silk Road: Challenges and Opportunities for Asia and Europe*. New York. Routledge. 2020. ISBN: 978-0-429-05858-5

## ANEXO A – Figuras e Gráficos

Maritime safety and security architecture in the Gulf of Guinea (Yaoundé Architecture)

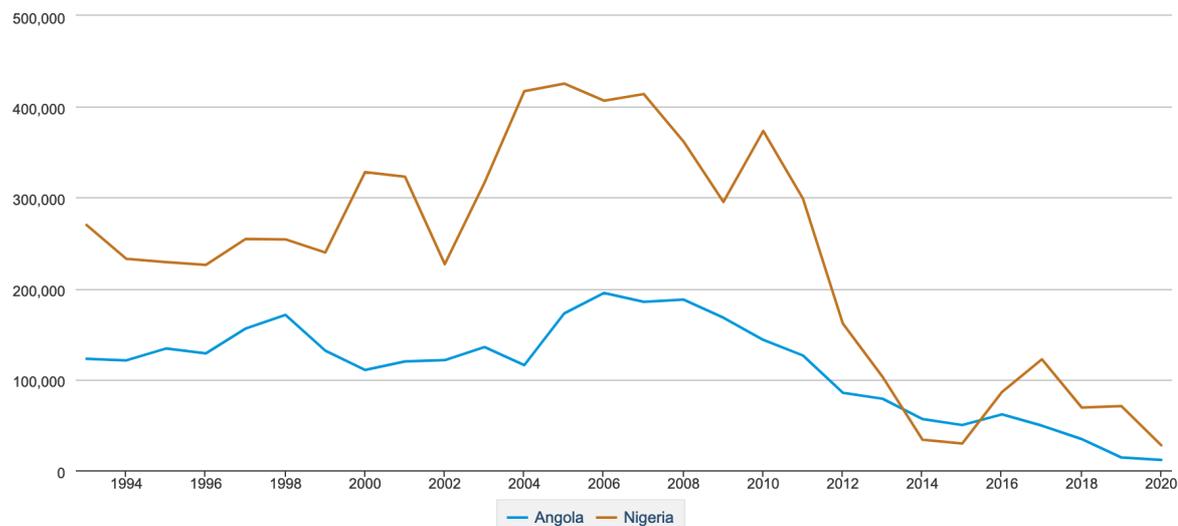


**Figura 1** – Arquitetura de segurança marítima do Golfo da Guiné, segundo o Código de Yaoundé. Fonte: The Gulf of Guinea Inter-regional Network<sup>86</sup>.

<sup>86</sup> <https://www.gogin.eu/en/about/yaounde-architecture/>

### U.S. Imports from of Crude Oil and Petroleum Products, Annual

Thousand Barrels



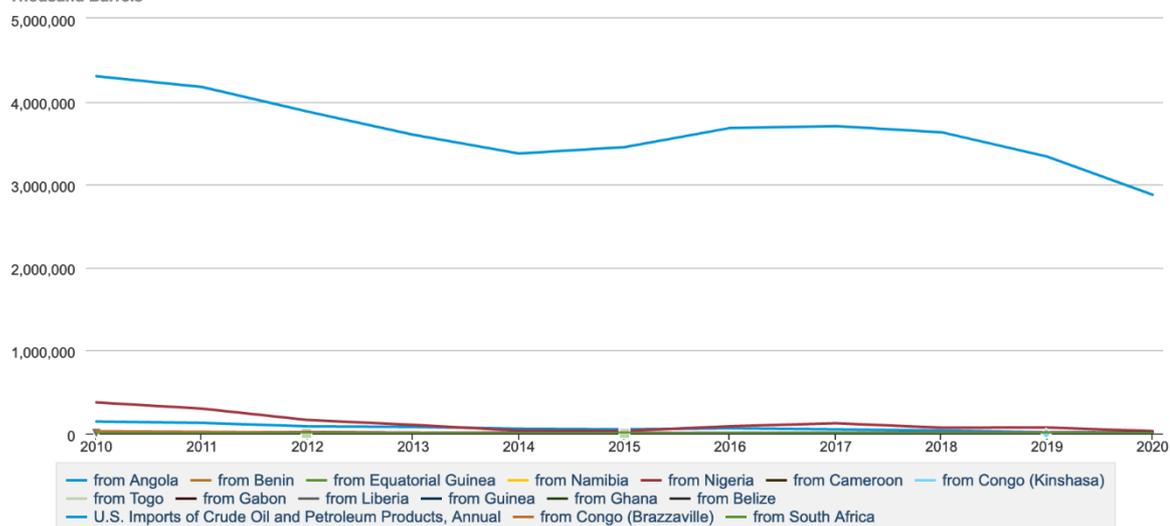
Source: U.S. Energy Information Administration

Gráfico 1 – Evolução da importação dos EUA de óleo cru e derivados de petróleo de Angola e Nigéria.

Fonte: U.S. Energy Information Administration

### U.S. Imports of Crude Oil and Petroleum Products, Annual

Thousand Barrels



Source: U.S. Energy Information Administration

Gráfico 2 – Evolução da importação dos EUA de óleo cru e derivados de petróleo dos Estados da Costa Oeste Africana.

Fonte: U.S. Energy Information Administration

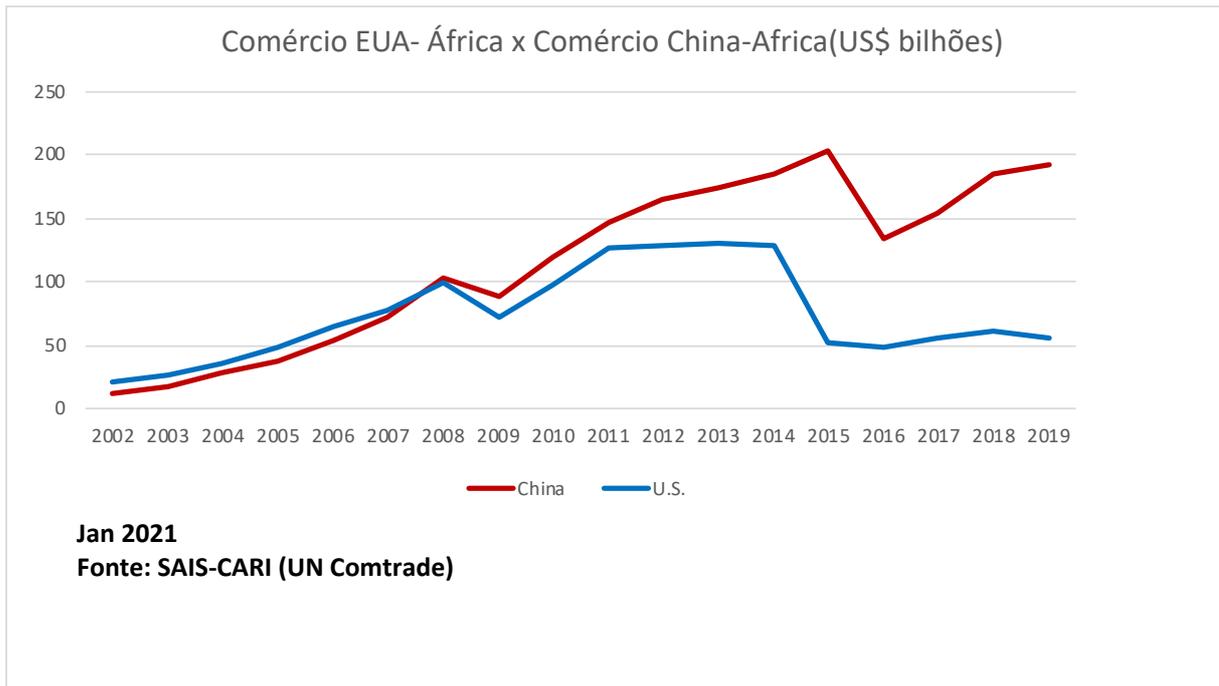


Gráfico 3 – Comércio entre EUA e África x Comércio entre China e África  
Fonte: SAIS China Africa Research Initiative

## ANEXO B – Tabelas

PAÍS	IMPORTAÇÕES PELOS EUA (em US\$ milhões)	EXPORTAÇÕES DOS EUA (em US\$ milhões)	TOTAL (em US\$ milhões)
África do Sul	7.634,5	4.687,7	12.322,2
Angola	1.037,4	512,2	1.549,6
Benin	8,6	264,8	273,4
Cabo Verde	3,7	7,1	10,8
Camarões	339,8	188,6	528,4
Costa do Marfim	925,0	273,8	1.198,8
Gabão	120,2	123,5	243,7
Gâmbia	1,6	40,7	42,3
Gana	961,3	804,6	1.765,9
Guiné	9,5	126,5	136,0
Guiné Bissau	1,9	1,2	3,1
Guiné Equatorial	379,7	192,9	572,6
Libéria	68,9	109,3	178,2
Namíbia	149,0	183,2	332,2
Nigéria	4.966,8	3.106,2	8.073,0
República Democrática do Congo	22,0	127,5	149,5
República do Congo	481,0	100,6	581,6
São Tomé e Príncipe	1,5	2,5	4,0
Serra Leoa	30,4	74,2	104,6
Senegal	131,4	191,3	322,7
Togo	13,0	437,3	450,3
<b>Total</b>			<b>28.842,9</b>

Tabela 1 – Comércio entre EUA e os Estados da Costa Oeste Africana em 2019.  
Fonte: *United States Census Bureau*

PAÍS	IMPORTAÇÕES PELA CHINA (em US\$ milhões)	EXPORTAÇÕES DA CHINA (em US\$ milhões)	TOTAL (em US\$ milhões)
África do Sul	25.948,9	16.542,9	42.491,8
Angola	23.837,4	2.055,7	25.893,1
Benin	154,4	2.152,5	2.306,9
Cabo Verde	–	64,2	64,2
Camarões	1.009,7	1.670,2	2.679,9
Costa do Marfim	455,7	2.041,6	2.497,2
Gabão	4.646,7	377,3	5.023,9
Gâmbia	71,4	512,5	583,9
Gana	2.576,4	4.903,3	7.479,7
Guiné	2.456,1	1.717,4	4.713,5
Guiné Bissau	8,4	31,9	40,3
Guiné Equatorial	1.723,1	113,2	1.836,3
Libéria	123,9	3.902,3	4.026,1
Namíbia	511,3	198,2	709,5
Nigéria	2.656,4	16.622,6	19.279,0
República Democrática do Congo	4.429,2	2.076,8	6.506,0
República do Congo	6.102,2	435,1	6.537,3
São Tomé e Príncipe	–	8,9	8,9
Serra Leoa	193,9	313,5	507,4
Senegal	300,8	2.211,0	2.511,8
Togo	180,4	2.130,8	2.311,2
<b>Total</b>			<b>138.007,9</b>

Tabela 2 – Comércio entre China e os Estados da Costa Oeste Africana em 2019.  
Fonte: *China Statistical Yearbook 2020*.

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com o Chefe do Departamento de Gestão de Ensino da Diretoria de Ensino da Marinha do Brasil - Capitão de Mar e Guerra Eduardo Pimentel Jorge de Souza.**

**1. Quais países da costa oeste africana encaminharam praças para cursos em organizações de Ensino da Marinha do Brasil?**

R: Nos últimos 10 anos, os seguintes países da costa oeste africana encaminharam praças para cursos no Sistema de Ensino Naval (SEN): Angola, Cabo Verde, Namíbia, São Tomé e Príncipe e Senegal.

**2. Quais organizações de Ensino da Marinha do Brasil receberam praças de países da costa oeste africana?**

R: Nos últimos 10 anos, as seguintes Organizações Militares de Ensino (OME) conduziram cursos para praças dos países da costa oeste africana: Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML), Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, (CIAW), Centro de Instrução e Adestramento Áttila Monteiro Aché (CIAMA), Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) e Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD).

**3. Quantos praças de países da costa oeste africana se formaram nas organizações de Ensino da Marinha do Brasil, desde 2010?**

R: Concluíram os cursos 1.573 praças provenientes dos países da costa oeste africana, desde 2010.

**4. Quais países da costa oeste africana encaminharam oficiais para cursos em organizações de Ensino da Marinha do Brasil?**

R: Nos últimos 10 anos, os seguintes países da costa oeste africana encaminharam oficiais para cursos no SEN: África do Sul, Angola, Cabo Verde, Camarões, Guiné, Guiné-Bissau, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Senegal.

**5. Quais organizações de Ensino da Marinha do Brasil receberam oficiais de países da costa oeste africana?**

R: Nos últimos 10 anos, as seguintes OME conduziram cursos para oficiais: Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB), Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, (CIAW), Centro de Instrução e Adestramento Áttila Monteiro Aché (CIAMA), Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR), Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), ex-Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM), Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), Escola de Guerra Naval (EGN), Escola Naval (EN) e Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD).

**6. Quantos oficiais de países da costa oeste africana se formaram nas organizações de Ensino da Marinha do Brasil, desde 2010?**

R: Desde 2010, 729 oficiais provenientes dos países da costa oeste africana concluíram cursos nas organizações de Ensino da Marinha do Brasil.

Data: 19 de julho de 2020

Local: Rio de Janeiro, RJ.

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o Comandante do Centro Integrado de Segurança Marítima da Marinha do Brasil (CISMAR) - Capitão de Mar e Guerra João Batista Barbosa.**

**1. Qual o volume de tráfego mercante nos últimos desde 2018, com origem ou destino para o Brasil, que passa pela rota do cabo?**

R. De acordo com o levantamento estatístico quantitativo e qualitativo de navios de longo curso que passaram no interior da área Sul da África do Sul (Cabo da Boa Esperança), foram observados os seguintes fluxos de chegada e saída do país:

a) Quantitativo de navios com **origem** em portos nacionais:

2018 – 1.792 navios;

2019 – 1.764 navios; e

2020 – 1.797 navios.

b) Quantitativo de navios com **destino** aos portos nacionais:

2018 - 489 navios;

2019 - 534 navios; e

2020 - 515 navios.

**2. Considerando os dados a partir de 2018, qual o percentual do tráfego mercante com origem ou destino para o Brasil que passa pela rota do cabo, em relação ao total do tráfego mercante relacionado ao comércio exterior brasileiro?**

R. De acordo com dados da ANTAQ, foram obtidas as seguintes quantidades totais de navios mercantes empregados no comércio exterior (longo curso), com origem ou destino para portos nacionais:

2018 – 4.680 Origem em portos nacionais e 2.551 Destino para portos nacionais.

2019 – 4.718 Origem em portos nacionais e 2.573 Destino para portos nacionais.

2020 – 4.936 Origem em portos nacionais e 2.589 Destino para portos nacionais.

A tabela abaixo expressa o percentual destes navios que passa pela rota do cabo:

Ano	Total NM com origem em portos nacionais	Rota do Cabo	%	Total NM com destino para portos nacionais	Rota do Cabo	%
2018	4.680	1.792	<b>38,29</b>	2.551	489	<b>19,17</b>
2019	4.718	1.764	<b>37,39</b>	2.573	534	<b>20,75</b>
2020	4.936	1.797	<b>36,41</b>	2.589	515	<b>19,89</b>

### 3. Quais são as interações do CISMAR com os países da costa oeste africana?

R. Em 2018, as Marinhas do Brasil e de Camarões assinaram um memorando de entendimento (MdE) para cooperação nas atividades relacionadas ao estabelecimento da consciência situacional marítima no Golfo da Guiné e segurança do tráfego marítimo, incluindo apoio técnico para desenvolvimento e estabelecimento de um sistema de controle do tráfego marítimo, formação e treinamento de pessoal.

Foi formado um Grupo de Trabalho Brasil-Camarões (GT-BRACAM), composto por quatro oficiais superiores de cada país, para identificação, coordenação, implementação e monitoramento das ações e atividades nos termos do MdE, por meio da elaboração e acompanhamento do Programa de Cooperação.

A Marinha do Brasil (MB) possui, desde 2018, um oficial superior, como Assessor Militar no Centro Interregional de Coordenação (CIC, na sua sigla em inglês), localizado em Yaoundé, Camarões, vinculado ao CISMAR, com as seguintes atribuições:

a) Propor procedimentos de troca de informações entre os centros previstos na arquitetura do protocolo de Yaoundé, como também entre o CIC e as demais agências de informações que tratam da criminalidade marítima internacional, considerando as redes existentes no Golfo da Guiné;

b) Propor um esquema para organização e funcionamento da sala de vigilância (operação) do CIC; e

c) Atuar como Oficial de ligação com os Centros dos países do CAMAS para troca de informações e experiências.

Em apoio às atividades do CIC, a MB disponibilizou acesso local ao Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM IV).

Uma das fontes do SISTRAM IV é o Sistema de Identificação e Acompanhamento a Longa Distância (LRIT, na sua sigla em inglês), cujo propósito é manter o acompanhamento da movimentação de navios mercantes sujeitos à regulamentação SOLAS<sup>87</sup>, através de informações padronizadas de posição, fornecidas pelos provedores de sistemas de acompanhamento.

Nesse contexto, o CISMAR atua também como Centro de Dados Regional LRIT (CDR LRIT) brasileiro, representando o Brasil como gerente regional de processamentos de dados LRIT para Brasil, Uruguai e Namíbia, cabendo-lhe realizar auditorias anuais junto aos afiliados, cujos contratos são firmados via EMGEPRON. Os navios SOLAS de bandeira brasileira, quando navegando em qualquer área marítima do mundo, deverão transmitir para o CDR-LRIT, a cada seis horas.

Em julho de 2021, o CISMAR recebeu seis militares da Marinha Nacional de Camarões (três Oficiais e três Sargentos) para a realização do Estágio Prático sobre o Controle do Tráfego Marítimo, como parte de um acordo internacional com a Marinha Nacional de Camarões.

Durante cinco dias, foram realizadas diversas apresentações, estudos de caso e prática dos sistemas de monitoramento marítimo. Foram abordados, ainda, temas como vigilância nas Áreas de Proteção Ambientais, Monumentos Naturais Marinhos, águas sobrejacentes aos cabos submarinos, sobre embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras, e em outras áreas de interesse.

Data: 21 de julho de 2020

Local: Rio de Janeiro, RJ.

---

<sup>87</sup> Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974/1988.

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o Adido Naval do Brasil na China - Capitão de Mar e Guerra Eduardo Posada da Silva.**

**1. Quais os Estados da costa oeste africana possuem Adidos Navais ou Adidos de Defesa creditados na China?**

R. Conforme relação a seguir:

<b>País</b>	<b>Posto</b>	<b>Força</b>	<b>Cargo</b>
África do Sul	Brigadeiro	Exército	Adido de Defesa
Angola	Brigadeiro	Exército	Adido de Defesa
Benin	Tenente-Coronel	Exército	Adido de Defesa
Camarões	Coronel	Força Aérea	Adido de Defesa
Costa do Marfim	Coronel	Exército	Adido de Defesa
Gabão	Coronel	Exército	Adido de Defesa
Gana	Brigadeiro	Exército	Adido de Defesa
Guiné	Coronel	Exército	Adido de Defesa
Guiné Equatorial	General de Divisão	Exército	Adido de Defesa
Namíbia	Contra-Almirante	Marinha	Adido de Defesa
Nigéria	Brigadeiro	Exército	Adido de Defesa
República do Congo	Contra-Almirante	Marinha	Adido de Defesa
Senegal	Coronel	Exército	Adido de Defesa
Serra Leoa	Coronel	Exército	Adido de Defesa

**2. Em quais Estados da costa oeste africana a China possui Adidos Navais ou Adidos de Defesa?**

R. A China possui Adidos de Defesa nos seguintes Estados da Costa Oeste Africana: África do Sul, Angola, Benin, Gana, Camarões, Costa do Marfim, Libéria, Namíbia, Nigéria, Senegal, Gabão e República do Congo.

Dentro da estrutura organizacional das Forças Armadas Chinesas, os Adidos de Defesa tratam de todas as interações com as Forças Singulares dos países em que são acreditados.

O Adido de Defesa chinês creditado na África do Sul é um General de Brigada, o que denota uma maior atenção da China ao referido Estado, no tocante à cooperação nos assuntos de Defesa.

Data: 23 de julho de 2020

Local: Rio de Janeiro, RJ.

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com o Encarregado da Divisão de Apoio aos Adidos Navais do Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil - Capitão de Mar e Guerra André Luiz Trindade Gomes.**

**1. Quais Estados da costa oeste africana possuem Adidos Navais acreditados no Brasil?**

R.: Senegal; Gana; Nigéria; Camarões; Angola; Namíbia e África do Sul.

**2. Quais Estados da costa oeste africana possuem Adidos de Defesa acreditados no Brasil, especificando se provenientes do Exército, da Marinha, da Guarda Costeira, ou da Força Aérea dos respectivos países?**

R.: Os seguintes Estados da costa oeste africana possuem Adidos de Defesa acreditados no Brasil.

- a) África do Sul: Força Aérea (AdiDefNavExAer).
- b) Angola: Exército (AdiDefNavExAer);
- c) Camarões: Marinha (AdiDefNavExAer);
- d) Gana: Exército (AdiDefNavExAer);
- e) Namíbia: Marinha (AdiDefNavExAer);
- f) Nigéria: Exército (AdiDefNavExAer); e
- g) Senegal: Força Aérea (respondendo como Adido de Defesa, Naval, Exército e Aéreo – AdiDefNavExAer);

**3. Em quais Estados da costa oeste africana o Brasil possui Adidos Navais?**

R. O Brasil possui Adidos Navais nos seguintes Estados da costa oeste africana:

- a) África do Sul (CMG respondendo por AdiDefNav);
- b) Cabo Verde (CMG respondendo como AdiDefNavExAer); e
- c) Namíbia (CMG respondendo por AdiDefNavExAer).

**4. Em quais Estados da costa oeste africana o Brasil possui Adidos de Defesa, especificando seus cargos cumulativos e se provenientes da Marinha, do Exército ou da Força Aérea Brasileira?**

R. O Brasil possui Adidos de Defesa nos seguintes Estados da costa oeste africana:

a) Angola e São Tomé e Príncipe – um só Adido (Coronel do Exército respondendo por AdiDefEx);

b) Nigéria e Gana – um só Adido (Coronel do Exército respondendo por AdiDefNavExAer); e

c) Senegal, Benin e Togo – um só Adido (Coronel da Força Aérea respondendo por AdiDefNavExAer);

Obs.: Em Senegal, Benin e Togo há rodízio de Adido entre as 3 FFAA a cada 2 anos.

**5. Em quais Estados da costa oeste africana a Marinha do Brasil possui Missões de Assessoria Naval (MAN) ou Grupo de Apoio Técnico (GAT), especificando suas respectivas datas de ativação?**

R. As Missões de Assessoria Naval (MAN) e os Grupos de Apoio Técnico (GAT) da MB estão distribuídos nos seguintes Estados:

a) Cabo Verde: Missão de Assessoria Naval – 17NOV2020;

b) São Tomé e Príncipe: MAN e Grupo de Apoio Técnico do Corpo de Fuzileiros Navais (GAT-FN) – 17NOV2020 (ambos); e

c) Namíbia:

O GAT-FN foi instituído em 09FEV2009. No caso da MAN, nos moldes do que é hoje, foi criada em ABR/2010 por meio da Portaria nº265/2009 do EMA. Porém, há um histórico um pouco mais longo, resumido na seguinte cronologia dos fatos:

- Decreto nº 1.125/1994 – Cria, em 2 de maio de 1994, a Missão Naval Brasileira na Namíbia (MNBN), composta por um Capitão de Fragata e com sede em *Windhoek* (também foi a precursora da ativação da Adidância);

- Lei Nº 10.685, de 5 de junho de 2003 - Aprova a Doação da Corveta Purus à Namíbia - Três praças da MB permaneceram na Namíbia para apoiar a operação daquele meio, vindo a compor o núcleo do Grupo de Apoio Técnico (GAT), cujo pessoal passou a ser substituído em períodos regulares de seis meses; e

- O Decreto nº 5.734/2006 revogou o Decreto de criação da MNBN, sendo as tarefas da antiga missão assumidas pelo recém-criado cargo de Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico na Namíbia, em 31/JUL/2006. Nesse mesmo ano, o GAT passou a ter um oficial CF (CA) como Encarregado e se consolidou, em definitivo, dentro da estrutura da Adidância.

**6. Em quais Estados da costa oeste africana a Marinha do Brasil possui Oficiais de Ligação em intercâmbio, especificando a organização a que está acreditado?**

R. Apenas em Camarões: 01 Oficial de Ligação (CF) junto ao Centro Interregional de Coordenação (CIC)

**7. Quais Estados da costa oeste africana possuem oficiais de ligação em intercâmbio na Marinha do Brasil, especificando as Organizações Militares a que estão acreditados?**

R.: Não há.

Data: 29 de julho de 2020

Local: Brasília, DF.

**APÊNDICE E – Ações de Diplomacia Naval, no curto e médio prazos, a serem desenvolvidas pela Marinha do Brasil, na costa oeste africana, para promoção da ZOPACAS como instrumento de cooperação para segurança marítima.**

A proposta, a seguir, de classificação das ações de Diplomacia Naval em curto e médio prazos, foi baseada no tempo estimado para sua implementação. Entretanto, estudos complementares, considerando a disponibilidade de meios navais, recursos orçamentários, relações institucionais e prioridades da Alta Administração Naval, serão necessários para aprimorar a classificação apresentada.

**1. Ações de Curto Prazo (até 4 anos)**

a) Realizar simpósio sobre a ZOPACAS com os Estados-Membros sobre a Segurança Marítima na costa oeste da África, lançando a referida iniciativa como plataforma de esforço unificado de cooperação com as Marinhas africanas;

b) Estabelecer fóruns formais e regulares de diálogo com as Marinhas da costa oeste africana, além do simpósio sobre a ZOPACAS, a fim de estabelecer um Plano de Ação com metas exequíveis e mensuráveis de cooperação;

c) Realizar uma comissão de longa duração na costa oeste africana, sob coordenação da MB, com emprego do Navio-Capitânia da Esquadra Brasileira, para fortalecimento da “marca” ZOPACAS;

d) Em aproveitamento da comissão supracitada, programar, a bordo do Navio-Capitânia, durante as visitas aos portos, a realização de reuniões de alto nível, assinatura de memorandos de entendimentos, reuniões entre empresários dos setores produtivos dos respectivos países, mostruário de produtos nacionais, simpósios e fóruns de diálogo;

e) Programar assistências cívico-social e hospitalar às comunidades locais dos portos visitados;

f) Prover apoio para manutenção de meios das Marinhas nos países visitados;

g) Embarcar, no Navio-Capitânia, observadores de todas as Marinhas envolvidas na operação para acompanhar as atividades no mar e interagir conjuntamente nos exercícios;

h) Coordenar com o Exército e a Força Aérea Brasileira as ações que as demais Forças singulares poderiam desenvolver na costa oeste africana, utilizando o Navio-Capitânia como base de apoio, em contribuição às atividades de Diplomacia Naval.

i) Realizar operações subsequentes, sob coordenação da MB, mantendo a ação de

presença na costa oeste africana, por meio da rotatividade de navios da Esquadra e dos Distritos Navais, a fim de cumprir os objetivos estabelecidos em reuniões preparatórias com as Marinhas apoiadas;

j) Programar operações que promovam a união entre as Marinhas da SADC, bem como entre estas e as Marinhas da ECCAS e ECOWAS;

k) Estabelecer as bases legais de atuação combinada da MB com as Marinhas locais da costa oeste da África, em especial no Golfo da Guiné, em prol da segurança marítima da região;

l) Compartilhar informações de inteligência e a expertise do CISMAR na operação interagências, bem como ampliar as atividades desenvolvidas com o Centro de Coordenação Interregional, em Yaoundé, Camarões, com a Nigéria e com a África do Sul;

m) Realizar gestões junto ao Ministério da Defesa para incluir oficiais da MB no revezamento do cargo de Adido de Defesa na Nigéria, ou criar um cargo de Adjunto do Adido, exclusivo para oficiais da MB;

n) Subsidiar o Ministério da Defesa para incluir Moçambique e áreas marítimas adjacentes como parte do Entorno Estratégico Brasileiro;

o) Subsidiar o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores para incluir Moçambique como membro da ZOPACAS;

p) Coordenar com a Escola Superior de Guerra e com as Marinhas da costa oeste africana a alocação de vagas em Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, conforme interesse das Marinhas apoiadas;

q) Disponibilizar vagas nos navios da MB para estágios de oficiais e praças das Marinhas da costa oeste da África;

r) Realizar treinamentos para tropas de Operações de Paz no continente africano, com emprego do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz;

s) Realizar ampla divulgação das ações realizadas, por meio das Embaixadas e do Centro de Comunicação Social da Marinha; e

t) Formular uma Estratégia Marítima para o Atlântico Sul que congregue as demandas de proteção da Amazônia Azul com as atividades de Diplomacia Naval para fortalecimento da ZOPACAS.

## 2. Ações de Médio Prazo (de 5 a 12 anos)

a) Manter as ações de presença na costa oeste africana, por meio da rotatividade de navios da Esquadra e dos Distritos Navais, preferencialmente, em operações sob coordenação da MB;

b) Estabelecer a integração do SisGAAz com os sistemas de monitoramento dos países da costa oeste africana, em especial Nigéria e África do Sul;

c) Criar, na Escola de Guerra Naval, um curso internacional de Política e Estratégias Marítimas, para Capitães de Mar e Guerra, no idioma inglês;

d) Realizar acordos de cooperação para pesquisa e desenvolvimento de inovações com emprego de tecnologias emergentes, em aproveitamento dos incentivos constantes na Política Nacional de Inovação e documentos decorrentes;

e) Promover o desenvolvimento da Indústria Naval brasileira e das Indústrias Navais dos países da costa oeste da África, a partir da cooperação para produção de projetos customizados e construção de navios e embarcações militares;

f) Promover parcerias para comercialização de itens de defesa de produção autóctone entre os Estados-Membros da ZOPACAS; e

g) Promover a aproximação entre representantes dos setores produtivos do Brasil e dos países da costa oeste africana, em especial, durante as visitas aos portos.